



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

**DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO LETRAS-
TRADUÇÃO-INGLÊS**

LARISSA BELCHIOR SANTOS COSTA

**VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS: A tradução
funcionalista de um manual da ONU e a promoção dos direitos
humanos**

Brasília, DF

2024

LARISSA BELCHIOR SANTOS COSTA

**VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS: A tradução
funcionalista de um manual da ONU e a promoção dos direitos
humanos**

Trabalho Final do Curso de Tradução-Ingês
apresentado como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Letras Tradução – Ingês.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Diana
Hamilton, da Universidade de Brasília.

Brasília, DF

2024

LARISSA BELCHIOR SANTOS COSTA

**VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS: A tradução
funcionalista de um manual da ONU e a promoção dos direitos
humanos**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade de Brasília,
como requisito parcial à obtenção do título
de bacharel em Curso Letras-Tradução.

Aprovada em ___/___/_____.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Norma Diana Hamilton

Universidade de Brasília

Orientadora

Profa. Dra. Alessandra Ramos de Oliveira Harden

Universidade de Brasília

Examinadora

Profa. Dra. Rachel Radhay

Universidade de Brasília

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Muitos foram fundamentais para eu ter chegado aqui hoje, afinal, ninguém chega a lugar algum sozinho. Formar-me em Tradução pela UNB tem sido como chegar a um porto seguro, pois foi um curso em que me encontrei e me apaixonei.

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram indiretamente e diretamente para a realização deste trabalho acadêmico.

Agradeço sinceramente à minha orientadora, Norma Diana Hamilton, pela orientação valiosa durante este trabalho e toda a minha graduação, além de todas as aulas enriquecedoras e os conhecimentos compartilhados ao longo dos semestres.

Agradeço a todos os professores da Universidade de Brasília com quem tive a oportunidade de estudar e aprender. Obrigada professora Elisa Teixeira, professor Dionei, professor Guilherme Borges, professor William Alves Biserra, muitos talvez não se lembrem de mim, mas saibam que suas aulas e a paixão de cada um pelo ensino e conhecimento foram essenciais para me fazer nunca desistir dos meus sonhos. Guardo a recordação de vocês e de suas aulas com carinho.

Agradeço à minha família e amigos, que estiveram ao meu lado durante esta jornada, pelo amor incondicional, encorajamento constante e compreensão nos momentos desafiadores. Vocês são meu porto seguro.

Agradeço também aos colegas que tive a oportunidade de conhecer durante a graduação e que compartilharam conhecimentos e experiências que enriqueceram o curso.

À equipe da DIM do MRE, minha eterna gratidão. Além de me introduzir ao mundo das relações internacionais, me apoiaram incondicionalmente durante dois anos e me fizeram crescer enquanto tradutora e profissional.

Por fim, expresso minha gratidão aos autores e pesquisadores cujos trabalhos foram fundamentais para o embasamento teórico deste estudo.

A todos, meu sincero obrigada.

“A essência dos Direitos Humanos é o direito de ter direitos.”

— *Hannah Arendt, filósofa política alemã.*

“Falo não por mim, mas por aqueles sem voz... aqueles que lutaram por seus direitos... seu direito de viver em paz, seu direito de ser tratado com dignidade, seu direito à igualdade de oportunidade, o seu direito de ser educado.”

— *Malala Yousafzai, ativista paquistanesa.*

RESUMO

A violência sexual nos conflitos armados é uma realidade devastadora que afeta principalmente mulheres adultas, mas também homens e crianças em diversas partes do mundo. Essa forma de violência é frequentemente utilizada como uma arma de guerra para atingir objetivos estratégicos e propagar terror entre populações civis e combatentes inimigos. No contexto brasileiro, a falta de informações sobre como lidar com a violência sexual em conflitos para mitigar seus danos expõe a possibilidade da tradução como ferramenta no acesso de orientações que ajudam a abordar esse tipo de violência nos acordos de cessar-fogo e de paz nos contextos de conflitos. Nesse contexto, a tradução para o português do manual da ONU, realizada neste trabalho, intitulado *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*, pode contribuir no aumento da visibilidade desse problema global para a garantia dos direitos humanos relacionados à violência sexual. É nessa premissa que o presente trabalho se debruça sobre a violência sexual e questões de gênero, a partir das teorias feministas, reflete sobre a tradução institucional e a mediação, e discute as estratégias de tradução de termos e expressões especializadas em relação à temática, assim como a função do texto traduzido, para que se ofereça uma tradução funcionalista do manual da ONU. A realização deste trabalho e a tradução do manual foram orientadas pelos procedimentos técnicos da tradução discutidos por Heloísa Barbosa (1990), os conceitos da análise funcionalista da tradução (2013; 2018) e a teoria de análise textual de Christiane Nord (2016). A aplicação desses procedimentos levou a algumas decisões tradutórias, as quais foram discutidas no trabalho. Este trabalho resultou na produção de uma tradução funcional, alinhada com o propósito do estudo de explorar o papel da tradução na promoção dos direitos humanos, particularmente para as vítimas de violência sexual em períodos de conflito.

Palavras-chave: Violência sexual nos conflitos; Mediação; Tradução especializada; Tradução institucional; Análise textual; Teoria funcionalista; Questões de gênero; Teorias Feministas; Estudos da Tradução; Manual; Nações Unidas.

ABSTRACT

Sexual violence in armed conflicts is a devastating reality that primarily affects adult women, but also men and children in various parts of the world. This form of violence is often used as a weapon of war to achieve strategic objectives and propagate terror among civilian populations and enemy combatants. In the Brazilian context, the lack of information on how to address sexual violence in conflicts to mitigate its damage highlights the potential of translation as a tool for accessing guidance that helps address this type of violence in ceasefire and peace agreements within conflict contexts. In this regard, the translation into Portuguese of the UN manual, undertaken in this work, titled *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*, can contribute to increasing the visibility of this global issue to ensure human rights related to sexual violence. This premise underpins the present work, which examines sexual violence and gender issues from feminist theories, reflects on institutional translation and mediation, and discusses strategies for translating specialized terms and expressions related to the topic, as well as the function of the translated text, to offer a functionalist translation of the UN manual. The realization of this work and the translation of the manual were guided by the technical procedures of translation discussed by Heloísa Barbosa (1990), the concepts of functionalist translation analysis (2013; 2018), and Christiane Nord's theory of textual analysis (2016). The application of these procedures led to several translation decisions, which were discussed in the paper. This work resulted in the creation of a functional translation, aligned with the purpose of the study to explore the role of translation in promoting human rights, especially for victims of sexual violence during periods of conflict.

Keywords: Sexual violence in conflicts; Mediation; Specialized translation; Institutional translation; Textual analysis; Functionalist theory; Gender issues; Feminist theories; Translation studies; Manual; United Nations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa _____	27
Figura 2 - Contra-capla _____	27
Figura 3 - Página após contracapa _____	28
Figura 4 - Índice _____	29
Figura 5 - Nota de rodapé _____	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Exemplo de linguagem utilizada	25
Quadro 2 – Exemplificação das tipologias encontradas no manual analisado	36
Quadro 3 - Comparação entre as características presentes no manual traduzido e nos manuais gerais.....	39
Quadro 4 - Exemplificação das questões propostas por Nord (2016).....	49
Quadro 5 - Análise diagnóstica da primeira tradução	71
Quadro 6 - Exemplificação da intenção do texto-fonte e do texto-alvo	76
Quadro 7 - Tradução do termo “humanitarian liaison”.....	85
Quadro 8- Tradução de “rank and file” e “caught on”	89
Quadro 9 - Tradução do título do manual	92
Quadro 10 - Tradução da sigla "DDR"	93
Quadro 11 - Exemplificação das entidades responsáveis pela criação do manual	95
Quadro 12- Exemplificação dos títulos institucionais	99
Quadro 13- Exemplificação do campo de aplicação do manual	101
Quadro 14 - Tradução dos termos “indecent assault” e “blanket amnesty” ..	102
Quadro 15 - Uso de linguagem inclusiva	104
Quadro 16 - Uso de pronomes inclusivos	104
Quadro 17 - Exemplificação de parataxe	106
Quadro 18 - Exemplificação de hipotaxes.....	107
Quadro 19 - Tradução das estruturas "importantly" e "it is important"	108
Quadro 20- Exemplificação de verbos modais.....	110
Quadro 21 - Sintaxe	111
Quadro 22 - Uso da voz passiva.....	113
Quadro 23 -Tradução dos trechos das tipologias textuais encontradas no texto- fonte	113
Quadro 24 - Uso de marcadores e listas numeradas.....	116
Quadro 25 - Exemplificação do uso de negrito	117
Quadro 26 - Exemplificação do uso de aspas.....	117
Quadro 27 - Uso de citações de documentos oficiais	119
Quadro 28 - Tradução de títulos	122

Quadro 29 - Uso da transcrição na tradução do termo “inter alia”	124
Quadro 30 - Uso da transcrição na tradução do termo “checklist”	124
Quadro 31 - Uso da transcrição na tradução do termo “continuum”	125
Quadro 32 - Uso da transcrição na tradução do termo “protection cluster”..	125
Quadro 33 -Tradução do termo ‘peacebuilding”	126
Quadro 34 - Tradução do termo “command responsibility”	128
Quadro 35 - Tradução do termo “criminal accountability”	128
Quadro 36 - Tradução dos termos “agreements” e “arrangements”	130
Quadro 37 - Uso da repetição lexical	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados quantitativos em relação às referências metacomunicativas em Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements	95
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	19
1.1 Violência sexual nos conflitos	19
1.2 Mediação em conflitos	20
1.3 Tradução institucional no contexto diplomático	22
CAPÍTULO 2	25
2.1 Apresentação do texto	25
2.2– Tipologia e gênero textual.....	33
2.2.1 – O manual	37
2.2.2 – O texto técnico	42
CAPÍTULO 3	45
3.1 A AÇÃO, A LEALDADE E A INTENCIONALIDADE SEGUNDO NORD A PARTIR DA TEORIA FUNCIONALISTA	45
3.2 ANÁLISE TEXTUAL VOLTADA À TRADUÇÃO	48
3.3 FATORES EXTRATEXTUAIS	50
3.3.1 Emissor	50
3.3.2 Intenção	53
3.3.3 Público	53
3.3.4 Meio	54
3.3.5 Lugar e tempo	55
3.3.6 Motivo	56
3.3.7 Função	57
3.4 FATORES INTRATEXTUAIS.....	59
3.4.1 Assunto	59
3.4.2 Conteúdo	60

3.4.3 Pressuposições	61
3.4.4 Estruturação do texto	62
3.4.5 Elementos não verbais	62
3.4.6 Léxico	63
3.4.7 Sintaxe	63
3.4.8 Elementos suprasegmentais	64
3.5 EFEITO.....	65
3.6 OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS TRADUTÓRIOS.....	66
3.7 A FIGURA DO TRADUTOR.....	67
3.8 RECURSOS	68
CAPÍTULO 4	70
4.1 ASPECTOS DA OBRA NUMA ABORDAGEM TRADUTÓRIA FUNCIONALISTA.....	70
4.2 FATORES EXTRATEXTUAIS	74
4.2.1 Emissor	74
4.2.2 Intenção	75
4.2.3 Público	76
4.2.4 Meio	77
4.2.5 Lugar e tempo	78
4.2.6 Motivo	81
4.2.7 Função	83
4.3 FATORES INTRATEXTUAIS.....	86
4.3.1. Assunto	86
4.3.2. Conteúdo	88
4.3.3 Pressuposições	91
4.3.4 Estruturação do texto	94
4.3.5 Elementos não verbais	97

4.3.6 Léxico	98
4.3.7 Sintaxe	106
4.3.8 Elementos suprasegmentais	116
4.4 EFEITO	119
CAPÍTULO 5	121
5. Títulos	121
5.1 Estrangeirismo	123
5.2 Termos técnicos	126
5.3 Repetição	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
BIBLIOGRAFIA	138
ANEXO A – GLOSSÁRIO	145

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para uma maior visibilidade à temática da violência sexual em conflitos armados, uma vez que ainda se observa a gravidade e o alcance das consequências desse tipo de violência nos conflitos atuais. A tradução para o português neste trabalho do manual *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements* (2012), publicado dentro do âmbito da ONU, pode funcionar como uma estratégia de maior atenção ao problema e de combate a essa violação de direitos humanos no Brasil e em outros países de língua portuguesa.

O manual fornece diretrizes para os (as) mediadores (as) da ONU e suas equipes da ONU sobre como abordar a violência sexual relacionada com conflitos nos processos de paz e cessar-fogo. Além disso, o referido documento pode ser um importante documento de consulta para outras partes interessadas no processo de mediação, como Estados, além de ser também relevante para as partes em conflito e a sociedade civil em geral.

Segundo o documento *Women's Participation in Peace Negotiations: Connections between Presence and Influence* (2012/10, p.3), a ausência das mulheres na mesa da paz é uma das principais razões pelas quais as negociações raramente abordam a violência sexual relacionada com conflitos. Diante das prioridades relacionadas com a questão de gênero nesses contextos, em 2011, com a resolução 65/283 da Assembleia Geral, solicitou-se “ao Secretário-Geral que se fosse desenvolvido orientações para que houvesse uma mediação e resolução de conflitos mais eficazes” (United Nations Women, 2012/10, p.7, *tradução nossa*¹). Mais tarde, em 2012, foi criado o manual *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*, agora adiante referenciado como *GM-SVPA*, para fins de simplificação.

Conforme aponta Isabela Andrade (2020, p. 8), pesquisadora brasileira, a questão da violência sexual em situações de conflito armado tem recebido considerável atenção tanto na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto no âmbito das teorias feministas. Esse tipo de violência é uma “violação grave

¹ No original: “In June 2011, the General Assembly resolution 65/283 requested the Secretary-General to develop guidance for more effective mediation and conflict resolution (United Nations Women, 2012/10, p.7).”

de Direito Humanos” (Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict, 2018). Sua presença nas zonas de guerra gera instabilidade política e social em diversos países.

Segundo documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), como por exemplo o manual *GM-SVPA* (2012), a violência sexual é utilizada como tática de guerra e terror em numerosos conflitos contemporâneos. Além disso, afeta desproporcionalmente mulheres e meninas, embora homens e meninos também sejam vítimas significativas (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3).

Um relatório da ONU de 2023 destaca como, em regiões como Israel e Gaza, Sudão, Ucrânia, Haiti, Mianmar e a República Democrática do Congo, a violência sexual é empregada sistematicamente para aterrorizar a população e atingir objetivos militares (ONU News, 2024). Além disso, dados que foram apresentados no Conselho de Segurança pela Representante Especial do Secretário-Geral para a Violência Sexual em Conflitos mostram um aumento drástico de 50% de casos de violência sexual em conflitos em 2023 em relação ao ano anterior (ONU News, 2024).

Apesar de existirem mecanismos legais, como as várias resoluções da ONU para prevenir e punir a violência sexual, a aplicação prática desses instrumentos é frequentemente inadequada e inconsistente (Andrade, 2020). Conseqüentemente, muitas vítimas não têm acesso à justiça nem recebem a devida reparação.

Para combater e mitigar os efeitos da violência sexual em conflitos, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 2007, o Plano Global de Ação para Combater a Violência Sexual Relacionada a Conflitos. Essa Ação da ONU é presidida pelo Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência Sexual em Conflitos (RESG-SVC) e é apoiada por um Secretariado localizado no Escritório do RESG-SVC. O Secretariado é governado por um Comitê Diretor composto por Diretores das 25 entidades associadas (ONU Mulheres, a Agência da ONU para Refugiados, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre outros).²

² As entidades associadas são Comitê Antiterrorista (na sigla em inglês, CTED), Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas (DPPA, em inglês), Departamento de Operações de Paz (DPO, em inglês), Organização Internacional do Trabalho (OIT, em inglês), Organização Internacional para as Migrações (IOM), Centro de Comércio Internacional (ITC, em inglês), Departamento de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA, em inglês), Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas (OHCHR, em inglês), Escritório do Assessor Especial das Nações Unidas para a Prevenção de Genocídio (OSAPG, em inglês), Gabinete do Enviado do Secretário-Geral para a Juventude (OSGEY, em inglês), Gabinete de Ligação das Nações Unidas do Representante Especial do Secretário-Geral para as Crianças e Conflitos Armados (OSRSG-CAAC, em inglês) Gabinete do

Dentro desse Plano, em 2012, o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas (DPPA)³ desenvolveu diretrizes conhecidas como manual de orientações para os (as) mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual relacionada em conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz, manual traduzido neste trabalho. Essas orientações complementam os esforços de outras entidades da ONU para combater o problema.

As diretrizes presentes no mencionado manual também promovem a inclusão da violência sexual na definição de atos abrangidos por um cessar-fogo e monitorizados, e sugerem formas de resolver o problema nas disposições de acordos de paz relacionadas com a segurança e a justiça.

Em relação à tradução de textos legais e a mediação nos acordos de paz e de cessar-fogo, é evidente que desempenham papéis cruciais no contexto da violência sexual relacionada a conflitos. Elas servem como pontes essenciais para a comunicação e compreensão entre diferentes grupos linguísticos e culturais. Essas funções são vitais em diversos aspectos, desde o apoio direto às vítimas até a implementação de estratégias jurídicas e políticas internacionais, conforme demonstrado pelo manual traduzido neste trabalho.

A proposta do presente trabalho é abordar a função da tradução na garantia dos direitos humanos relacionados à violência sexual. Esse material em língua portuguesa pode ser um material referência para a formação e informação dos (as) mediadores (as) e suas equipes, cuja língua principal é o português do Brasil. Além disso, espera-se que a tradução esteja disponível como um recurso público para aqueles que trabalham na mediação de conflitos, incluindo governos, organizações regionais e não governamentais brasileiras.

Representante Especial do Secretário-Geral sobre a Violência contra as Crianças (OSRSG-VAC, em inglês), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS, em inglês), Departamento de Comunicação Global da ONU (UNDGC, em inglês), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, em inglês), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, em inglês), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, em inglês), Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, em inglês), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, em inglês), Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (UNODA, em inglês), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, em inglês), ONU Mulheres, Escritório da ONU de Contraterrorismo (UNOCT, em inglês), Organização Mundial da Saúde (OMS, em inglês) e Programa Alimentar Mundial (PMA, em inglês).

³ Em 2017, António Guterres assumiu a Secretaria Geral em janeiro de 2017 e fez uma reforma administrativa no setor de paz e segurança, que transformou o DPA (Department of Political Affairs) em DPPA (Department of Peacebuilding and Political Affairs). Esta estrutura é vigente desde janeiro de 2019 e o secretário usou o mote de “primacy of politics” a fim de remodelar a coordenação das operações (Security Council Report, 2019, p.2).

Dessa forma, os objetivos específicos deste trabalho incluem:

- I. Realizar a tradução do manual supracitado;
- II. Debruçar sobre a violência sexual e questões de gênero, a partir das teorias feministas;
- III. Discutir as estratégias de tradução de termos e expressões especializadas em relação à temática, assim como a função do texto traduzido.

O Brasil tem uma extensa história de participação em operações de paz da ONU (Ministério da Defesa, 2020), contribuindo com tropas e pessoal para missões em regiões assoladas por conflitos. Essas missões frequentemente incluem mandatos para proteger civis contra a violência sexual. O treinamento que as tropas brasileiras recebem para lidar com a violência sexual em zonas de conflito é crucial e reflete o compromisso do país em enfrentar essa questão. Um exemplo notável é a liderança do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

No entanto, a realidade interna brasileira apresenta uma perspectiva distinta. A questão da violência sexual relacionada ao conflito, embora não seja imediatamente óbvia como nos cenários de guerra tradicionais, se manifesta em contextos de conflitos internos, disputas territoriais e nas tensões sociais e políticas. Isso inclui conflitos agrários, confrontos em áreas urbanas, bem como tensões em terras indígenas.

Nesses contextos, a violência sexual é frequentemente usada como arma para intimidar, marginalizar comunidades e reforçar o controle territorial (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.4). Diante disso, a importância de abordar essa forma de violência no Brasil se evidencia em vários aspectos críticos que impactam diretamente a sociedade e o desenvolvimento do país (consequências que abrangem desde danos psicológicos profundos às vítimas, desestabilização das comunidades afetadas, perpetuação de ciclos de violência até o aumento da desigualdade de gênero).

O conhecimento das realidades brasileiras, tanto interna quanto externa, despertou meu interesse pelos Direitos Humanos, especialmente os direitos das mulheres no contexto dos conflitos. Esse interesse foi intensificado durante meu estágio no Ministério das Relações Exteriores, na Divisão de Imigração, onde tive a oportunidade de explorar diversos temas, incluindo Política Internacional e Direitos Humanos. Em particular, fiquei intrigada com o impacto da questão da violência na

vida das mulheres, sejam elas imigrantes, apátridas ou vítimas de conflitos em seus próprios países.

Ao me deparar com inúmeros relatos de violência doméstica e sexual no contexto imigratório e de conflitos, percebi a falta de discussão e de informações, além da escassez de políticas domésticas e internacionais que abordassem esses temas. Durante esses contatos, também notei a importância crucial do mediador ou da mediadora nesses contextos. Eles são responsáveis pelo primeiro contato com o problema e são fundamentais para advogar em nome das vítimas. Além disso, mediam acordos de paz e cessar-fogo tão necessários para indivíduos historicamente vulneráveis, como meninas, adolescentes e mulheres.

Ao ler o manual *GM-SVPA*, pude confirmar a importância crucial do mediador nesses contextos. Isso reforçou meu interesse pela tradução como uma possível ferramenta poderosa na disseminação de informações entre diferentes idiomas. Refleti que materiais de consulta e treinamento, como o manual escolhido, poderiam contribuir significativamente para aumentar a visibilidade do problema e ajudar a mitigar os efeitos da violência sexual sobre as vítimas de conflito.

Como o manual da DPA, atual DPPA, não é disponibilizado em língua portuguesa, apenas em inglês, espanhol, russo, mandarim, francês e árabe, as seis línguas oficiais da ONU, escolhi o *GM-SVPA* como meu objeto de tradução para o Projeto Final. Meu objetivo é contribuir para aumentar a visibilidade da violência sexual nos conflitos, promover um entendimento mais profundo do tema e disponibilizar o manual em português. Dessa forma, mediadores (as) brasileiros (as), organizações governamentais e não governamentais, além de leitores (as) interessados (as), poderão acessar um material que visa melhorar a abordagem da violência sexual em contextos de conflito, facilitando a negociação de acordos de paz e cessar-fogo mais justos e duradouros.

Neste trabalho, a fim de atingir os objetivos estabelecidos, que incluem contribuir para uma maior visibilidade ao problema da violência sexual relacionada a conflitos, gerar um conhecimento mais profundo sobre o tema e disponibilizar o manual em português para os órgãos e os (as) receptores (as) do texto, utilizou-se dos procedimentos técnicos da tradução discutidos por Heloísa Barbosa (1990), teórica brasileira, os conceitos da análise funcionalista da tradução (2013; 2018) e a metodologia de análise textual de Christiane Nord (2016), teórica alemã. A aplicação

desses procedimentos resultou em algumas decisões tradutórias, as quais foram comentadas no trabalho.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No capítulo 1, debruça-se sobre o fenômeno da violência sexual nos conflitos, a importância da mediação como um meio diplomático na resolução de conflitos e instauração da paz, além da necessidade de se considerar a tradução institucional e diplomática na tradução de *GM-SVPA* (2012). No capítulo 2, discute-se sobre a estrutura textual do manual, assim como sua tipologia e gênero textual. No capítulo 3, aborda-se o aporte metodológico utilizado no presente trabalho de modo que são discutidos os conceitos da análise funcionalista da tradução segundo Nord (2016) e os procedimentos tradutórios discutidos por Barbosa (1990). No capítulo 4, realiza-se a análise textual do *GM-SVPA* utilizando a teoria de análise textual proposta por Nord (2016). Além disso, discutem-se questões relevantes sobre decisões tradutórias necessárias para alcançar os objetivos da versão, com exemplificações fundamentadas nas teorias abordadas nos tópicos anteriores. No capítulo 5, discute-se outras decisões tradutórias que surgiram durante o processo de tradução e que não foram abordadas no capítulo 4.

CAPÍTULO 1

Neste capítulo, debruça-se sobre o fenômeno da violência sexual nos conflitos e sobre a importância da mediação como um meio diplomático na resolução de conflitos e instauração da paz. Ademais, discorre-se sobre a necessidade de se considerar a tradução institucional e diplomática na tradução de *GM-SVPA* (2012), visto que o manual está inserido no contexto diplomático das Nações Unidas, uma instituição internacional que se baseia nas relações diplomáticas entre a comunidade internacional.

O objetivo do presente capítulo é fornecer uma compreensão ampla sobre as temáticas acima mencionadas, com o intuito de apresentar um panorama geral sobre a violência sexual em conflitos e discutir as questões relevantes nesse contexto, antes de abordar os aspectos específicos do manual traduzido.

1.1 VIOLÊNCIA SEXUAL NOS CONFLITOS

Em 2022, foram registradas 2.455 ocorrências de violência sexual em conflitos em 20 locais ao redor do mundo pelas Nações Unidas, sendo que 94 % das vítimas eram mulheres e meninas, enquanto 32% dos afetados são crianças (ONU News, 2023). No ano seguinte, em 2023, a ONU observou um aumento de 50% nos casos de violência sexual durante guerras, totalizando mais de 3,6 mil ocorrências (ONU News, 2023).

As perspectivas feministas em Relações Internacionais direcionadas à violência sexual em conflitos armados discorrem sobre o estudo da violência sexual em zonas de conflito, tema da área de Segurança Internacional. Conforme destacado por Elisabeth Jean Wood (2010, p.131-2), cientista política americana, “a violência sexual é, por vezes, tolerada ou promovida para que determinado grupo atinja seus objetivos estratégicos”.

Em cenários de conflito armado, o estupro, uma forma de violência sexual, serve como um meio de fortalecer laços entre os combatentes, além disso, pode atuar como um escape para os horrores da guerra e pode criar um clima de medo entre os adversários (Santos, 2022, p.24). Em relação a esse tipo de violência física, Rita

Segato (2003, p.13), antropóloga argentina, a insere como uma “condição necessária para a reprodução de gênero como estrutura de relações entre posições marcadas pelo diferencial hierárquico, e instância paradigmática de todas as ordens de *status* [*sic*]- racial, de classe, entre nações e regiões”.

Conforme aponta Segato (2018), a ausência do conjunto de potências (sexual, física, econômica, intelectual, moral e política), que permite ao homem mostrar-se viril perante seus pares e perante a sociedade, pode levá-lo ao desespero devido à falta de autoridade e poder. Na ausência de controle e posse sobre um território, a autora observa que a figura masculina pode não se sentir plenamente identificada como “homem”. Segundo Segato (2018), nesse contexto, o homem pode tentar restaurar sua autoridade, poder e moralidade perdidos ao dominar o corpo da mulher, visto como um território. Assim, a violência contra a mulher torna-se um meio para reafirmar a posição masculina, e o corpo feminino passa a ser um objeto de afirmação da sua identidade masculina (Segato, 2018).

No contexto dos conflitos, período no qual se observa a ausência de instituições de segurança pública, segundo Aline Santos (2022, p.5), pesquisadora brasileira, “com a celebração de comportamentos violentos e hierarquias de gênero, a tênue linha entre o moral e o imoral desmorona”. Nesse cenário instável, as mulheres do inimigo seriam vistas, também, como o inimigo e, portanto, estariam mais propensas a serem vítimas de violência, assim como seus familiares (Santos, 2022, p.5). Dessa forma, nessas circunstâncias, os agressores podem ter dificuldade em reconhecer que suas próprias ações os qualificam como agressores sexuais (Wood, 2010, p.133).

Apesar de um número crescente de acordos de paz que preverem mecanismos de justiça para assegurar a responsabilização por violações cometidas durante a guerra, a maioria desses acordos tem se mostrado ineficientes em relação à responsabilização pela violência sexual relacionada a conflitos e à reparação de suas vítimas (Andrade, 2020, p.106). Desse modo, embora esses mecanismos possam abordar várias formas de abuso e crimes, a violência sexual por vezes não é combatida, resultando em falhas significativas na justiça e na proteção das vítimas.

1.2 MEDIAÇÃO EM CONFLITOS

Após a Guerra Fria, a mediação tornou-se crucial no contexto internacional devido à ausência de uma ordem global consolidada, o que levou a mudanças

significativas na natureza dos conflitos e a dificuldades dos Estados em enfrentar esses desafios de forma eficaz (Medeiros; Dantas; Raffaele, 2021, p. 174).

Nesse íterim, a Organização das Nações Unidas (ONU) passa a exercer um papel primordial nos conflitos, principalmente nos meios diplomáticos de resolução de conflitos, isto é, na mediação de acordos políticos entre as partes (Medeiros; Dantas; Raffaele, 2021, p.192). Nesse sentido, a ONU é conceituada pela Carta das Nações Unidas como uma associação de Estados reunidos com o propósito declarado de:

Manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos; conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário (ONU, 2022, p.4-5).

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas atua como uma figura mediadora em acordos políticos com o objetivo de resolver disputas entre Estados e, assim, assegurar a paz e a segurança global (Freitas; Lacerda, 2016, p.95). Segundo o prefácio da *Diretrizes das Nações Unidas para uma mediação eficaz*, manual produzido pela ONU em 2012, a “mediação é um dos métodos mais eficazes para prevenir, gerenciar e resolver conflitos nos níveis internacional, nacional e local” (United Nations Peacemaker, 2012, p.3).

A figura do (a) mediador (a) nesses contextos é essencial, visto que é um indivíduo ou organismo “que coloca o seu conhecimento e habilidades à serviço das partes em um processo voluntário e confidencial, cujo resultado espera-se que seja imparcial” (Horowitz, 2007, p.53, *tradução nossa*).⁴ Portanto, o (a) mediador (a) desempenha um papel ativo ao sugerir ideias, explicar e comunicar as propostas de um lado para o outro, porém, é uma figura que não determina ou força nenhuma decisão (Medeiros; Dantas; Raffaele, 2021, p.177). Adicionalmente, o mediador pode ser uma pessoa selecionada por suas características ou posição, mas, no âmbito do Direito Internacional, é mais comum que essa tarefa seja atribuída a um Estado ou a uma organização internacional (Carreau; Bichara; 2015, p. 665).

A missão dessa figura envolve reunir informações, estabelecer a pauta entre os envolvidos e facilitar o entendimento mútuo, além de promover o reconhecimento

⁴ No original: “In plain terms, a mediator is a person who puts his knowledge and skills at the service of the parties in a voluntary and confidential process whose result is expected to be impartial for it does not benefit or have to do with the mediator” (Horowitz, 2007, p.53)

e o atendimento das demandas de cada parte (Freitas; Lacerda, 2016, p.92). Segundo as *Diretrizes das Nações Unidas para uma mediação eficaz* (2012), é fundamental que os mediadores sigam boas práticas para garantir abordagens bem-sucedidas. Quando a mediação é realizada de forma improvisada e sem a devida coordenação, cria-se uma dificuldade de obtenção de uma paz sustentável (United Nations Peacemaker, 2012, p.1).

Diante disso, abordagens eficazes de mediação, especialmente no contexto de conflitos complexos, exigem uma combinação de estratégias bem coordenadas, planejamento detalhado e execução cuidadosa. Por essas razões, a formação adequada dos (as) mediadores (as), como representantes da Organização das Nações Unidas, é crucial. O treinamento correto desses agentes garante que estejam bem equipados (as) para lidar com os complexos desafios da mediação de conflitos, compreender profundamente as dinâmicas de conflitos, aplicar técnicas de negociação eficazes, e implementar estratégias de resolução que promovam uma paz duradoura.

Dessa maneira, observa-se que os (as) mediadores (as) são fundamentais para promover a paz e a estabilidade global, atuando como facilitadores do diálogo, num contexto em que as soluções encontradas precisam ser mais duradouras e justas. Além de ajudar a negociar acordos, desempenham um papel vital na supervisão da implementação desses acordos, como o monitoramento de cessar-fogo, o desarmamento e a implementação de medidas de construção da paz.

1.3 TRADUÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DIPLOMÁTICO

É essencial discutir a tradução institucional, especialmente no contexto das organizações internacionais envolvidas na diplomacia. Essa análise é particularmente relevante para o presente trabalho, pois “a complexidade da diplomacia multilíngue da ONU, na qual a clareza das traduções é essencial para promover relações pacíficas entre nações” (Lemos; Thiago, 2023, p.156).

A tradução institucional ocorre em entidades oficiais, como organizações multinacionais e instituições governamentais, onde a tradução não serve apenas como meio de comunicação com o público-alvo, mas também como forma de representação (Barros, 2022, p. 26). Nesse âmbito, ela se refere à tradução de textos técnicos ou administrativos, realizada por grandes organizações contemporâneas,

que são predominantemente vistas como atores econômicos e políticos (Mossop, 1988, p. 69).

No cenário institucional, como o da ONU, a diplomacia abrange as relações entre povos, nações e indivíduos, sendo a linguagem empregada nessas interações de extrema relevância (Neves, 2021, p. 56). Durante essas trocas, é fundamental ter atenção ao que se expressa, considerando que valores e culturas diversas estão envolvidos.

Em *Use of Language in Diplomacy* (2001), o embaixador croata Stanko Nick afirma que “[...] o uso da linguagem na diplomacia é de grande importância, uma vez que a linguagem não é uma simples ferramenta, veículo para transmissão de pensamentos ou instrumento de comunicação, mas muitas vezes a própria essência da vocação diplomática [...]” (Nick, 2001, p.39, *tradução nossa*).⁵ Portanto, no contexto internacional e diplomático, a tradução desempenha um papel substancial na comunicação e no entendimento mútuo entre Estados.

Para promover um entendimento comum, é crucial que os tradutores adotem uma postura cuidadosa, prevenindo mal-entendidos, com o intuito de assegurar uma paz justa e duradoura no cenário global (Lemos; Thiago, 2023, p.165). Nesse papel, o tradutor atua como intermediário em instituições multilíngues, facilitando a comunicação entre diferentes idiomas (Barros, 2022, p. 26). Em muitas organizações multilíngues, como a Comissão Europeia e a ONU, a tradução desempenha uma função administrativa importante, sendo uma ferramenta essencial para atender às demandas de diferentes públicos (Koskinen, 2014, p. 490).

Por esse motivo, é aconselhável que o (a) tradutor (a) se atente às escolhas de tradução, que podem influenciar significativamente a forma como os discursos políticos são percebidos, uma vez que há um caráter político no processo tradutório. Mona Baker, estudiosa e tradutora egípcia na área dos Estudos de Tradução, discute em *Translation and Conflict: A Narrative Account* (2006) a função fundamental da tradução na resolução de conflitos internacionais. Ela enfatiza a importância da escolha de palavras e da representação precisa das diferentes perspectivas em conflitos, essenciais para evitar mal-entendidos e amplificar as vozes das partes

⁵ No original: “[...] the use of language in diplomacy is of major importance, since language is not a simple tool, vehicle for transmission of thoughts, or instrument of communication, but very often the very essence of the diplomatic vocation [...]” (Nick, 2001, p.39).

envolvidas. Portanto, a tradução pode ser vista como uma ferramenta ética para a resolução de conflitos e a promoção da paz.

CAPÍTULO 2

Neste capítulo, será feita a apresentação do texto traduzido, *GM-SVPA*, assim como a discussão sobre a tipologia e gênero textual do manual. Tais discussões são essenciais, uma vez que entender a estrutura do texto (gênero e tipologia) é importante para a identificação das dificuldades e das escolhas tradutórias, para que a tradutora tome decisões que sejam condizentes com a função da tradução proposta neste trabalho.

2.1 APRESENTAÇÃO DO TEXTO

O texto analisado, *GM-SVPA*, trata-se de um manual⁶ que oferece aos mediadores e mediadoras e às suas equipes princípios e estratégias, isto é, diretrizes gerais sobre como abordar a violência sexual relacionada ao conflito nos acordos de cessar-fogo e de paz. Esse manual foi desenvolvido pelo Departamento de Assuntos Políticos da ONU, atual DPPA, no ano de 2012 e está disponível na internet.⁷

O texto-fonte é dividido em quatro grandes partes compostas, cada uma por seções com títulos. As frases estão na ordem direta, geralmente em forma de tópicos, e são complexas, contendo múltiplas camadas de informação. A linguagem é bastante formal e especializada, repleta de terminologia técnica e conceitos específicos das relações internacionais e ao campo da segurança, direito internacional, e gestão de conflitos.

Quadro 1- Exemplo de linguagem utilizada

Texto-fonte
The mediator and his/her team are advised to consider three key areas in addressing sexual violence in security arrangements: (1) command responsibility and accountability of armed forces and groups; (2) community security; and (3) military and law-enforcement capability.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

⁶ No presente trabalho, não foi encontrada literatura suficiente na língua portuguesa suficiente que distingue claramente um guia de um manual e vice-versa, sendo que em muitos trabalhos, os textos são usados como sinônimos.

⁷Disponível em: <<https://dppa.un.org/en/guidance-mediators-addressing-conflict-related-sexual-violence-ceasefire-and-peace-agreements>>

No exemplo acima, a construção tem uma estrutura direta em termos gramaticais, pois segue a ordem básica de sujeito, verbo e objeto (SVO). A estrutura da frase é complexa, mas é organizada de forma clara. Começa com o sujeito ("The mediator and his/her team"), seguido pelo verbo principal ("are advised"), e então apresenta o objeto direto ("to consider three key areas..."). A frase continua com uma frase preposicional que detalha o contexto em que as áreas-chave devem ser consideradas.

A sentença apresenta uma estrutura direta em termos gramaticais, seguindo a ordem SVO, embora com modificações e expansões que adicionam complexidade. As ordens mantêm a clareza e segue uma ordem lógica, facilitando a compreensão das informações e recomendações apresentadas.

O vocabulário usado é técnico e específico do campo de estudos sobre conflitos, segurança e direitos humanos. Termos como "command responsibility", "community security", e "law-enforcement capability" são comuns em discussões sobre políticas públicas, segurança internacional e direitos humanos, contribuindo para a precisão e a relevância do texto.

Em relação à estrutura visual e à disposição do texto, nas primeiras páginas do manual, há uma capa e contracapa. A capa, elaborada com cores azul, vermelho e branca, é composta pelo símbolo da Nações Unidas, assim como o nome da instituição por extenso, o departamento, a unidade e a divisão responsáveis pela elaboração do manual. Segundo instruções editoriais do *United Nations Editorial Manual Online*, disponibilizado na internet⁸, o nome da instituição, "Nações Unidas", não deve ser abreviado em inglês.

Em relação ao título e o subtítulo do manual, segundo orientações do *United Nations Editorial Manual Online*, os títulos e subtítulos devem ser separados por dois pontos. De acordo com instruções editoriais, títulos e subtítulos de livros, publicações, periódicos, jornais, séries, bases de dados, sites e obras inéditas com mais de 50 páginas devem ser capitalizados. Além disso, as letras iniciais maiúsculas devem ser usadas para todas as palavras, exceto artigos, conjunções e preposições, a menos que sejam a primeira ou a última palavra do título ou subtítulo.

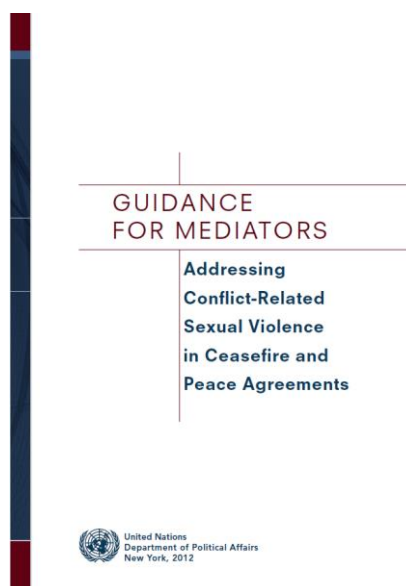
⁸ Disponível em: <<https://www.un.org/dgacm/en/content/editorial-manual>>

Pode-se observar que no manual traduzido, *GM-SVPA*, há a presença de algumas orientações editoriais. Em *GM-SVPA*, o título, “Guidance for mediators”, encontra-se capitalizado. O subtítulo, “Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements”, apresenta-se com iniciais em letras maiúsculas, exceto os artigos, conjunções e preposições presentes, como pode ser visto na Figura 1 e 2.

Figura 1 - Capa



Figura 2 - Contra-capa



Após a contracapa e antes do índice, há um pequeno texto que discorre sobre a produção deste manual e os responsáveis por sua elaboração, conforme apresentado abaixo.

Figura 3 - Página após contracapa

Development of this guidance for mediators benefited from material generated during the United Nations Inter-Agency High-Level Colloquium "Conflict-Related Sexual Violence and Peace Negotiations: Implementing Security Council Resolution 1820" in June 2009. The Colloquium was organized by the United Nations Development Fund for Women (now part of UN Women), Department of Political Affairs, Department of Peacekeeping Operations, United Nations Development Programme, and Office for the Coordination of Humanitarian Affairs on behalf of UN Action Against Sexual Violence in Conflict and in partnership with the Centre for Humanitarian Dialogue. The Department of Political Affairs is grateful for the contributions of these partners and for the financial support provided through UN Action Against Sexual Violence in Conflict.

A próxima página refere-se ao índice que é dividido em quatro partes: Parte I- Panorama Geral; Parte II- Como Abordar a Violência Sexual Relacionada a Conflitos Durante Hostilidades em Curso e Acordos de Cessar-Fogo; Parte III- Como Abordar a Violência Sexual Relacionada a Conflitos nos Arranjos de Segurança e Parte IV- Como abordar a Violência Sexual Relacionada a Conflitos na Elaboração de Disposições Relativas à Justiça e Reparações Pós-Conflito. Em cada parte, o autor aborda tópicos que julga serem de relevância no assunto e os parágrafos se desenvolvem com base em seus títulos. Ao final de cada parte, há a chamada "checklist do (a) mediador (a)" sobre o assunto principal da parte, que se refere a uma lista de verificação ou um conjunto de itens que um (a) mediador (a) deve considerar ou seguir durante o processo de mediação.

Segundo *United Nations Editorial Manual Online*, nos documentos produzidos pelas Nações Unidas, todos os títulos de um determinado nível devem ter uma estrutura gramatical semelhante e seguir uma hierarquia lógica. Além disso, os títulos dos capítulos ou seções principais devem ser identificados por algarismos romanos e os subtítulos de primeiro grau por letras maiúsculas. Um subtítulo intermediário, em negrito ou itálico, pode ser usado para uma série de títulos em que cada um se aplica a um único parágrafo. Tais características podem ser observadas nos títulos e subtítulos de *GM-SVPA*, conforme ilustrado a seguir.

Figura 4 - Índice

Table of Contents	iii
Part I.	
Global Overview	3
Legal Norms	5
<i>When is Sexual Violence Conflict-Related?</i>	5
<i>When is Sexual Violence an International Crime?</i>	5
Key Principles	6
Part II.	
Addressing Conflict-Related Sexual Violence During Ongoing Hostilities and Ceasefire Agreements	13
Principles	14
Implementation Guidance for the Mediator	16
<i>Knowledge Gathering, Knowledge Sharing and Strategic Communication</i>	16
<i>Information and Outreach</i>	19
<i>Pre-ceasefire Commitments</i>	19
<i>Inclusion of Language on Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire Agreements</i>	20
<i>Examples of Language Prohibiting Sexual Violence in the Definition of Ceasefire</i>	21
<i>Monitoring Sexual Violence</i>	22
<i>Education and Information Campaigns</i>	23
Mediator's Checklist	25

Outro recurso que deve ser discutido na presente seção é a nota de rodapé. De acordo com o *United Nations Manual Online*, as notas de rodapé em publicações das Nações Unidas devem ser utilizadas para se referir a:

- Publicações das Nações Unidas
- Relatórios de conferências das Nações Unidas
- Opiniões consultivas, julgamentos e ordens da Corte Internacional de Justiça
- Documentos e publicações emitidos por outras organizações e por governos

- Livros, periódicos e artigos contidos neles
- Trabalhos e relatórios de pesquisa em uma série publicada
- Trabalhos e dissertações não publicados
- Fontes multimídia

(United Nations Department for General Assembly and Conference Management, 2014, *tradução nossa*)

Esse recurso, segundo o *United Nations Manual Online*, deve ser colocado na parte inferior da página. Há certas regras para a escrita dessas notas fornecidas pelo Manual online como:

- a) Quando uma declaração está sendo substanciada ou explicada, o indicador da nota de rodapé é colocado no final da frase ou sentença apropriada;
- b) Quando há sinais de pontuação (por exemplo, uma vírgula, dois pontos ou ponto final) no ponto onde o indicador de nota de rodapé deve ser inserido, o indicador é colocado após a pontuação em inglês, mas antes da pontuação em francês e espanhol;
- c) Nos documentos e publicações, as notas de rodapé devem ser numeradas consecutivamente ao longo do corpo principal do texto, exceto nos casos como Relatórios das principais comissões da Assembleia Geral, Relatórios que contêm respostas a pedidos de informação de organizações e governos, entre outros.
- d) Os títulos de artigos, documentos internos, trabalhos não publicados (ou seja, aqueles para os quais não há ISBN ou ISSN) e a maioria dos relatórios de pesquisa são definidos em fonte padrão (romana) e colocados entre aspas.
- e) Nas referências a quaisquer outras fontes, incluindo documentos de cabeçalho, artigos de livro ou periódico, material de site e trabalhos inéditos com 50 páginas ou menos, apenas a primeira palavra do título (mas não o subtítulo), nomes próprios e adjetivos e nomes geográficos conhecidos são capitalizados.
- f) As referências necessárias devem ser cuidadosamente verificadas quanto à exatidão. No caso de documentos das Nações Unidas, devem ser citados os números dos parágrafos, e não as páginas.

- g) Os relatórios das conferências são citados em nota de rodapé contendo os seguintes elementos: título (em itálico); número do volume e título, se houver (número do volume em fonte padrão seguido de vírgula; título em itálico); quando uma obra em vários volumes é citada como um todo, forneça apenas os números dos volumes; a forma "United Nations publication, Sales No. ___" ou símbolo (entre parênteses) e "and corrigendum" or "and corrigenda", se houver (entre parênteses após "Sales No. ___") ou "e [símbolo]/Corr. ___" (depois de um símbolo).

(United Nations Department for General Assembly and Conference Management, 2014, *tradução nossa*)

Em *GM-SVPA*, observa-se a presença de notas de rodapé, utilizadas com o objetivo de direcionar o público-alvo a documentos das Nações Unidas e publicações, para que se forneça informações e referências adicionais, que ajudam os (as) leitores (as) a entender melhor o conteúdo. No manual traduzido, as notas de rodapé, numeradas e localizadas na parte inferior da página, direcionam principalmente a resoluções das Nações Unidas, citadas com o uso de aspas, conforme as orientações editoriais da instituição responsável pela produção, mencionadas anteriormente.

Figura 5 - Nota de rodapé

Legal Norms⁴

When is Sexual Violence Conflict-Related?

The United Nations Security Council considers that "sexual violence, when used or commissioned as a tactic of war in order to deliberately target civilians or as a part of a widespread or systematic attack against civilian populations, can significantly exacerbate situations of armed conflict and may impede the restoration of international peace and security".⁵ Three Security Council resolutions specifically oblige the UN system to address conflict-related sexual violence.⁶

Sexual violence as a "tactic of war" refers to acts of sexual violence that are linked with military/political objectives and that serve (or intend to serve) a strategic aim related to the conflict. Sexual violence, however, does not need to be explicitly orchestrated for military gain to be considered relevant to the Security Council's remit. The Council also considers sexual violence conflict-related when it is "committed against civilians", committed "in and around UN managed refugee and internally displaced persons camps", or committed during "disarmament, demobilization and reintegration processes".

When is Sexual Violence an International Crime?

Depending on the circumstances of the offense, sexual violence can constitute a war crime, crime against humanity, act of torture or

⁴ See "Analytical and conceptual framing of conflict-related sexual violence", UN Action Against Sexual Violence in Conflict.

⁵ Security Council resolution 1820 (2008).

⁶ Security Council resolution 1820 (2008), Security Council resolution 1888 (2009) and Security Council resolution 1960 (2010), among their provisions, prohibit amnesty for conflict-related sexual violence, require the UN system to develop mediation methods to address conflict-related sexual violence, and provide the accountability architecture to list and de-list perpetrators, as well as to report on patterns and trends in conflict-related sexual violence.

Outra observação que podemos fazer em relação ao título de capítulos, seções e subseções presentes em *GM-SVPA* é a presença de palavras capitalizadas. Segundo as normas do *United Nations Manual Online*, letras iniciais maiúsculas são usadas para:

- 1) A primeira palavra, substantivos próprios e outras palavras que normalmente são capitalizadas:
 - Nos títulos de documentos das Nações Unidas
 - Nos títulos de capítulos, seções, subseções, anexos, tabelas, figuras e artigos
 - Nas legendas de figuras e mapas
 - Nos títulos de artigos e trabalhos não publicados
- 2) Os títulos oficiais de pessoas, conselhos, comissões, comitês, unidades do Secretariado, organizações, instituições, partidos políticos e movimentos organizados devem ser capitalizados.
- 3) Substantivos próprios, adjetivos e nomes geográficos reconhecidos.

(United Nations Editorial Manual Online, 2014, *tradução nossa*)

O uso do elemento “see” ou *Vide*, em português, está presente nas notas de rodapé explicativas que encaminham os (as) leitores (as) a outras fontes para esclarecimentos ou informações adicionais. Essas fontes complementares e ilustrativas são introduzidas por “vide”, “ver”, “ver também” ou “ver, por exemplo”. Tais tipos de referências também podem ser observados em muitos artigos e documentos escritos na língua portuguesa.

Embora o foco principal deste trabalho não seja a análise descritiva do texto, é fundamental considerar a análise das microestruturas e macroestruturas, assim como entender que a publicação a ser traduzida está inserida em um contexto institucional. Portanto, é importante reconhecer que existem normas e diretrizes editoriais específicas da instituição que devem ser seguidas. Essas análises são necessárias para proporcionar ao (à) tradutor (a) um melhor entendimento antes e durante o processo de tradução, assegurando que o significado, estilo e contexto das estruturas do texto-fonte sejam comunicados de maneira eficaz na tradução final.

2.2– TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL

A definição e caracterização prévia do tipo de texto a ser traduzido constituem um passo essencial tanto para a identificação das dificuldades quanto para a escolha das respectivas estratégias de solução na tradução. De acordo com Katharina Reiss (2000, p.17, *tradução nossa*⁹), tradutora e teórica alemã, “o tipo de texto é o principal fator a influenciar a escolha pelo tradutor de um método de tradução adequado”.

Basil Hatim e Ian Mason (1990), estudiosos da Jordânia e do Reino Unido, respectivamente, desenvolveram uma abordagem para classificar os tipos de texto com base nas suas intenções comunicativas e no propósito retórico geral. Para isso, os teóricos adotaram a tipologia de Egon Werlich (1976), linguista alemão, que consiste em cinco tipos de texto: descrição, narração, exposição, argumentação e instrução.

Entretanto, Reiss (2000, p.26) foi responsável por estabelecer uma tipologia textual adequada à tradução, ao distinguir três tipos de texto com base no critério da função da linguagem que predomina no texto: expressivo, que busca expressar um

⁹ No original: “[...] the type of text is the primary factor influencing the translator’s choice of a proper translation method (Reiss, 2000, p.17).”

conteúdo de modo artístico; apelativo/operativo, com o objetivo de persuadir o interlocutor a uma ação e informativo, com o intuito de transmitir informações.

Vanilda Salton Köche, Odete Maria Benetti Boff, Adiane Fogali Marinello (2009), pesquisadoras e acadêmicas brasileiras, também apresentam uma discussão sobre tipologias textuais, abordando a chamada tipologia injuntiva, de grande importância para a presente análise. Essa tipologia “caracteriza-se por guiar os indivíduos para a execução de uma atividade específica e/ou estabelecer normas para direcionar as práticas sociais” (Boff, Köche e Marinello, 2009, p.8).

Conforme as referidas autoras (2009, p. 10), os mecanismos linguísticos usados para indicar a realização das ações incluem orações com verbos modais, verbos no futuro do presente e no infinitivo, e especialmente verbos no modo imperativo, que podem também aparecer de forma implícita. Além disso, elas observam que gêneros textuais com uma base injuntiva frequentemente utilizam períodos curtos e simples, pois períodos mais longos pois textos mais longos podem tornar as instruções mais difíceis de ser compreendidas e assimiladas.

Desta maneira, verifica-se que o texto injuntivo tem a função de transmitir a informação, através de uma abordagem explicativa. Adriana Rosa (2003, p.21), pesquisadora brasileira, classifica a tipologia injuntiva como parte de um processo social, onde os textos são usados para aquisição de conhecimento ou realização de uma tarefa específica.

Rosa propõe uma classificação inicial dos textos injuntivos com base na função sociocomunicativa de cada gênero (Rosa, 2003, p. 13). Ela divide esses textos em três categorias: os textos instrucionais-programadores, que servem para ensinar alguém a realizar uma ação específica, como receitas e manuais; os textos de conselho, que têm o propósito de sugerir ações, como orientações de saúde; e os textos reguladores-prescritivos, que visam obrigar alguém a agir de determinada maneira, como ordens e comandos.

Boff, Köche e Marinello (2009) também abordam a linguagem utilizada em textos injuntivos. Elas afirmam que, nesses textos, a linguagem é direta e clara, com o objetivo de guiar o leitor na execução de uma tarefa específica. Há uma sequência de comandos ou instruções (Boff, Köche, Marinello, 2009, p. 17). Um dos recursos linguísticos mais evidentes e frequentes nesses textos é o uso de verbos no modo imperativo, que transmitem uma "ordem" ou uma necessidade a ser atendida.

No que diz respeito aos textos instrucionais em inglês, o linguista alemão Paul Kussmaul (1997, p. 77, *apud* Silva, 2021, p. 31) observa que manuais e livretos instrucionais contêm diversas formas verbais. Entre essas microestruturas, encontram-se: o imperativo; "please" seguido de imperativo; "must" + *infinitive active*; "must" + *infinitive passive*; "have to"; as estruturas "it is advisable", "we recommend"; "it is recommended", "it is important"; e o verbo modal "should".

Ao comparar as análises de Boff, Köche e Marinello (2009) com as de Kussmaul (1997, p.77 *apud* Silva, 2021, p.31), nota-se semelhanças entre os textos instrucionais em inglês e português, como o uso de modos verbais específicos, orações imperativas, verbos modais e estruturas que sugerem recomendações. No entanto, Júlia da Silva (2021, p. 31), pesquisadora brasileira, ressalta que essas semelhanças no vocabulário e na estrutura não garantem uma correspondência completa em termos de discurso e tipologia. A pesquisadora aponta que "outras variáveis, como convenções, expectativas, gêneros e as limitações impostas por elas, influenciam a situação comunicativa e, conseqüentemente, a produção textual" (Silva, 2021, p.31).

Em relação às categorias dos tipos textuais, o linguista brasileiro Luiz Antônio Marcuschi classifica os tipos textuais nas categorias de narração, argumentação, exposição, descrição e injunção (Marcuschi, 2022, p. 3). Ele define o termo tipologia textual com "uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)" (Marcuschi, 2002, p.3).

Assim como Marcuschi (2002), Luiz Carlos Travaglia (2007), outro linguista brasileiro, não defende a ideia de que um texto deve aderir a uma única tipologia textual. Em vez disso, ele argumenta que os textos são "híbridos" e podem combinar diferentes tipos textuais em sua estrutura textual. Travaglia (2007) sugere que, embora possa haver um tipo textual predominante, uma vez que há relações hierárquicas entre os tipos textuais (Travaglia, 2007, p. 1302), os textos frequentemente se cruzam, se intercambiam e se conjugam em diferentes tipos textuais.

Neste trabalho, aplicou-se a ideia de hibridez textual defendida por Travaglia (2007) e a classificação sugerida por Marcuschi (2002). No quadro abaixo, é possível observar através de trechos retirados do *GM-SVPA* que o manual apresenta mais de um tipo textual, injunção e descrição, embora a injunção seja predominante.

Quadro 2 – Exemplificação das tipologias encontradas no manual analisado

TIPO TEXTUAL	EXEMPLOS
Injunção	“At the earliest point of the mediation process, particularly during ongoing hostilities ¹⁰ [sic] and in ceasefire agreements [sic], the mediator and his/her team <u>are advised</u> to <u>consider</u> three key areas when addressing conflict-related sexual violence: (1) <u>preparing</u> the ground and confidence-building measures; (2) <u>prohibiting</u> sexual violence and promoting command responsibility; and (3) <u>ensuring</u> robust monitoring arrangements” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.13, <i>grifos meus</i>).
Descrição	“In today’s violent conflicts, civilians <u>are</u> increasingly <u>caught</u> on the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians <u>is</u> conflict-related sexual violence. While women and girls <u>are</u> often primary targets, conflict-related sexual violence <u>is</u> also strategically <u>perpetrated</u> against men and boys” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3, <i>grifos meus</i>).

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012.)

No quadro acima, foram destacados os verbos de cada tipologia verbal, uma vez que, conforme defendido anteriormente por Travaglia (2007), entre outras estruturas, os tempos verbais definem uma tipologia textual. Existem diferenças nos tempos verbais geralmente associados às tipologias de texto (injunção, narração e descrição) em inglês.

A injunção utiliza principalmente o presente simples para dar instruções ou comandos diretos. Por exemplo, no trecho “[...] the mediator and his/her team are advised to consider three key areas [...]”, o verbo “are advised” está no presente simples, que é comum em textos injuntivos para fornecer conselhos ou recomendações diretas. Conforme destacado pelo site *Grammarling*, o tempo verbal presente simples é usado em instruções como alternativa ao imperativo, estrutura

comumente utilizada nos textos injuntivos ou instrucionais, conforme Kussmaul (1997 77, *apud* Silva, 2021, p. 31).

A construção "are advised" indica que há uma recomendação ou orientação. "To consider" é uma construção no infinitivo que segue o verbo "advised" e introduz as ações que devem ser ponderadas. O uso dos gerúndios ("preparing", "prohibiting", "ensuring") após "consider" é gramaticalmente necessário porque "consider" é um verbo que exige um complemento na forma de gerúndio.

Além disso, os verbos "preparing", "prohibiting" e "ensuring" estão na forma do gerúndio (*present participle*) e são usados para listar as ações específicas que o (a) mediador (a) e sua equipe devem considerar. Eles não são comandos diretos (como em um imperativo simples), mas fazem parte de uma lista de ações recomendadas ou instruções indiretas.

Por outro lado, a descrição envolve fornecer informações detalhadas e específicas sobre um assunto, o que inclui especificar ações ou condições. O trecho da segunda linha descreve uma situação atual nos conflitos violentos, mencionando como os civis estão cada vez mais expostos na linha de frente. Além disso, descreve a natureza da violência sexual relacionada a conflitos, destacando os alvos principais e a estratégia por trás desses atos.

Por descrever uma situação atual, o trecho utiliza predominantemente tempos verbais no presente ("are caught", "is waged", "is perpetrated"), o que é comum em descrições, especialmente quando se quer transmitir fatos atuais e permanentes. Essa escolha de tempos verbais reforça a ideia de que esses eventos estão ocorrendo agora e continuam sendo uma realidade presente nos conflitos violentos atuais.

Uma vez discutido sobre a tipologia textual, a atenção é direcionada à definição de gênero textual, que se refere, segundo Vera Lúcia Paredes Silva (1997, p.91), pesquisadora brasileira, ao emprego efetivo dos tipos textuais em "situações reais de comunicação". Segundo Marcuschi (2002, p.23), os gêneros textuais constituem textos empiricamente realizados, cumprindo funções em situações comunicativas. Exemplos de gêneros textuais são telefonema, sermão, carta comercial, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, entre outros.

O gênero textual do original traduzido neste trabalho é um manual. As suas principais características serão abordadas na seção a seguir.

2.2.1 – O manual

De acordo com a análise de Karolina Puchala (2011) sobre a obra de Hatim e Mason (1990), os manuais fazem parte da categoria de textos instrucionais. Esses manuais têm a função de orientar ações futuras, oferecendo instruções detalhadas sobre como usar, realizar, operar ou instalar algo. Em essência, eles visam guiar como as pessoas devem agir ou pensar por meio de orientações específicas (Hatim; Mason, 1990, p. 156).

O objetivo de tal gênero é instruir ou orientar, e, para alcançá-lo, deve-se valorizar uma forma objetiva, coesa e simplificada da sua estrutura e, principalmente, de sua linguagem. Em relação à linguagem, o manual possui particularidades de um texto injuntivo (verbos no imperativo, estruturas curtas), pois a sua função é transmitir determinadas informações de forma transparente, concisa e precisa, para que elas sejam entendidas e colocadas em prática rapidamente.

Os manuais possuem limitações. Os (As) autores (as) dos manuais normalmente estão imersos (as) em uma área específica de conteúdo, frequentemente repleta de termos complexos e técnicos. Esses termos precisam ser transmitidos de maneira prática e eficaz para a compreensão de um público específico. É importante compreender que, nesse tipo de texto, o foco está no (a) receptor (a) do manual, o que faz com que o texto fique restrito à área específica para a qual foi produzido.

O texto-fonte, *GM-SVPA*, compartilha características comuns com outros manuais, como instruções detalhadas, o uso frequente de verbos no imperativo e no presente do indicativo, detalhes, autor especialista na área e foco no público, que foram explicados adiante neste trabalho.

No entanto, o manual traduzido diferencia-se dos manuais de instrução para eletrônicos ou outros produtos. Estes últimos visam apenas fornecer orientações sobre o uso de um produto específico. O manual *GM-SVPA* tem como objetivo principal oferecer diretrizes atualizadas para mediadores (as) lidarem com a violência sexual em conflitos presentes nos acordos a serem estabelecidos. Essas diretrizes têm o propósito específico de auxiliar esses profissionais na abordagem eficaz desse problema complexo e crucial para a promoção da paz e da justiça.

Quadro 3 - Comparação entre as características presentes no manual traduzido e nos manuais gerais

	Manual da ONU	Manuais de Instrução
Propósito e Objetivo	O principal objetivo é fornecer diretrizes detalhadas e orientações para os (as) mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual relacionada a conflitos em acordos de cessar-fogo e paz. Isso envolve estratégias, princípios éticos e práticas específicas para lidar com questões sensíveis e complexas de direitos humanos e justiça.	O propósito é instruir o usuário sobre como operar, montar ou solucionar problemas técnicos de um dispositivo ou produto específico.
Conteúdo e Complexidade	O principal objetivo é fornecer diretrizes detalhadas e orientações para os (as) mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual relacionada a conflitos em acordos de cessar-fogo e paz. Isso envolve estratégias, princípios éticos e práticas específicas para lidar com questões sensíveis e complexas de direitos humanos e justiça.	Apresentam informações técnicas e operacionais específicas sobre o produto. Geralmente, são diretos, com passos sequenciais e instruções claras e práticas.
Forma e Estilo	Usa uma linguagem formal, técnica e especializada, adequada para um público profissional. Pode incluir termos jurídicos, referências a convenções internacionais.	Utilizam uma linguagem clara e simples, muitas vezes com gráficos e ilustrações para facilitar o entendimento. A estrutura é focada na eficiência da comunicação para ações práticas imediatas.
Contexto de Aplicação	Aplicado em contextos de mediação e negociações de alto nível, onde as decisões podem afetar populações inteiras e requerem considerações éticas e políticas profundas.	Aplicados no uso cotidiano de produtos, com foco na montagem, funcionamento de produtos e resolução de problemas específicos
Público-Alvo e Uso	Destinado aos (às) mediadores (as) de paz, profissionais de	Destinados ao consumidor final ou técnico que necessita de

	direitos humanos que precisam de uma orientação abrangente e normativa para tratar de questões delicadas em negociações de paz.	orientações específicas sobre como usar ou reparar um produto. O conhecimento prévio necessário é geralmente mínimo e técnico.
--	---	--

Fonte: Elaboração própria.

A identificação da autoria do texto, presente na capa, “Department of Political Affairs”, revela a origem do documento como uma produção oficial de uma divisão específica das Nações Unidas. Essa indicação confere credibilidade às informações fornecidas, uma vez que é emitida por uma instituição reconhecida internacionalmente. Associado a um departamento dedicado a assuntos políticos, espera-se que o conteúdo aborde questões relacionadas a políticas internacionais, refletindo a expertise e os objetivos dessa área dentro da organização. Essa especificidade temática oferece uma orientação inicial sobre o foco do texto e sua relevância para questões de política global.

O manual se dirige explicitamente a um público-alvo específico, conforme indicado pelo título com a estrutura “for mediators”, ou seja, para mediadores (as), em português. Esses profissionais são responsáveis por lidar com questões de mediação dentro da organização. Portanto, o manual presume um certo nível de familiaridade com o contexto e os procedimentos da ONU, o que pode influenciar a linguagem e a complexidade do conteúdo.

Comparado a outros textos, espera-se que o manual da ONU contenha termos mais técnicos e formas de discurso mais especializadas, como exemplificado abaixo, refletindo a natureza sofisticada das atividades de mediação e diplomacia conduzidas pela instituição.

- “Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of **ceasefire and peace agreements**, including those which define **disengagement** and set the rules and responsibilities for **demilitarized zones, buffer zones and DDR-related assembly areas/points**” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p. 29, *grifos nossos*)¹⁰

¹⁰ No original: “A violência sexual, quando utilizada como método ou tática de guerra, deve ser tratada como tal nas disposições pertinentes dos acordos de cessar-fogo e de paz, incluindo as que definem a desengajamento militar e estabelecem as regras e responsabilidades para as zonas desmilitarizadas, zonas-tampão e áreas ou pontos de reunião relacionados com DDR” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p. 29.)

Os termos destacados em negrito acima são específicos do contexto de conflitos armados e negociações de paz. Primeiramente, referem-se ao contexto específico dos conflitos armados, sendo utilizados principalmente em situações de guerra, conflito armado ou negociações de paz entre partes beligerantes. Esses termos descrevem medidas e estratégias específicas adotadas para controlar hostilidades, promover a segurança e facilitar a transição para a paz.

Cada um desses termos possui definições técnicas e jurídicas precisas que são estabelecidas em documentos formais como tratados internacionais, resoluções da ONU, acordos entre partes em conflito, entre outros. Eles são projetados para serem precisos e claros dentro do campo da diplomacia internacional e da gestão de crises. Por isso, não são amplamente entendidos no senso comum ou por leitores (as) sem um conhecimento prévio desses contextos e termos especializados.

Por exemplo, o termo "ceasefire" não é apenas uma pausa temporária no combate, mas um acordo formal que define as condições sob as quais as hostilidades serão interrompidas. Outro termo específico é "DDR-related assembly areas/points", expressão relacionada ao processo de DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração) de ex-combatentes promovido pela ONU nos contextos de conflito.

O termo, DDR, trata-se de um conjunto de processos estratégicos e coordenados frequentemente utilizados em contextos pós-conflito para ajudar ex-combatentes a reintegrarem-se à sociedade civil (Peixoto, 2006). Esse termo específico não é comumente usado fora de contextos especializados de resolução de conflitos e operações de paz.

A ONU desenvolveu esse vocabulário técnico para padronizar e facilitar a comunicação entre diferentes partes interessadas, incluindo Estados-membros, organizações não governamentais e grupos armados, durante processos complexos como o DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração). A implementação desses termos requer um entendimento detalhado das dinâmicas de conflito, das operações militares e das estratégias de segurança, noções que apenas mediadores (as) ou especialistas da área terão. Isso inclui aspectos como a retirada de tropas (*disengagement*), a criação de áreas desmilitarizadas (*demilitarized zones*) ou zonas-tampão (*buffer zones*) para separar forças hostis, e a reintegração de ex-combatentes (*DDR*).

2.2.2 – O texto técnico

O manual é um tipo de texto instrucional amplamente “usado nas mais diversas áreas especializadas e tem características de um texto técnico” (Godoy, 2014, p.22). O texto traduzido, *GM-SVPA*, pertence ao gênero textual técnico (manual). Predominantemente, enquadra-se no tipo textual injuntivo, caracterizado por fornecer instruções claras e diretas.

A classificação do manual como texto técnico decorre do seu propósito principal de oferecer orientações detalhadas e específicas, sendo no manual analisado destinado aos (às) mediadores (as). Como tal, apresenta uma abordagem tanto técnica quanto instrucional, pois fornece informações detalhadas para instruir e orientar os (as) profissionais desta área, além do uso de uma linguagem com características mais técnicas.

No texto técnico a relação entre texto e termo é crucial, conforme discutido pelo linguista tcheco Rostislav Kocourek (1991), linguista tcheco. Segundo o teórico, esses dois elementos são complementares e juntos formam uma determinada linguagem específica de uma área de conhecimento.

Ainda segundo Kocourek (1991), o termo desempenha um papel fundamental na construção da coerência nos textos técnico-científicos, pois é uma unidade semântica essencial no texto, que reflete o nível de complexidade e especificidade de um texto. Portanto, a seleção cuidadosa e o uso adequado dos termos são vitais para garantir a compreensão e a eficácia da comunicação dentro de um determinado campo de conhecimento.

Jacinto Martín et al. (1996 *apud* Galvão, 2004, p.249), linguistas espanhóis, afirmam que os textos técnicos-científicos se caracterizam pelos seguintes elementos:

- 1) **Universalidade:** Ao publicar um texto, o pesquisador pretende que suas descobertas sejam amplamente acessíveis, abrangendo uma vasta audiência e mantendo sua relevância em diferentes contextos e períodos.
- 2) **Objetividade:** O emissor busca redigir de maneira imparcial, clara e direta, removendo suas opiniões pessoais e focando apenas nos fatos.
- 3) **Denotação:** Em textos científicos, os termos geralmente têm uma significação denotativa, ou seja, são usados em seu sentido literal e específico.

- 4) **Função linguística:** Em textos técnico-científicos, que servem para a comunicação e intercâmbio de conhecimentos e definições, predomina a função denotativa da linguagem. Dessa forma, a função principal da mensagem é referencial ou simbólica.
- 5) **Formalização:** A linguagem especializada nos textos técnico-científicos busca atingir a máxima precisão, eliminando ambiguidades. A formalização resulta na criação de terminologias, ou conjuntos de termos com significados específicos e claramente definidos. Nessas terminologias, as relações entre os signos são bem determinadas.
- 6) **Coerência:** A natureza universal da linguagem utilizada exige que um termo, ao ser definido ou atribuído um valor específico no início do texto, mantenha esse significado ao longo de todo o discurso. Isso garante que a precisão e a clareza sejam preservadas.
- 7) **Adequação e elegância:** A precisão e a consistência dos elementos linguísticos não sugerem que os textos técnico-científicos precisem ser rígidos. O autor deve se dedicar a adequar suas mensagens às normas da língua, garantindo clareza e formalidade, sem perder a fluidez e a expressividade.

João Jr. Azenha (1999) propõe que a tradução técnica é mais do que uma simples tarefa linguística, uma vez que há condicionantes culturais envolvidos no processo, sendo, assim, um “fenômeno influenciado culturalmente” (Teixeira, 2008, p. 21). Conforme Azenha (1996, p. 141), essa forma de tradução está ligada a uma “realidade cultural externa à linguagem”, enfatizando seu papel crucial na comunicação. Como resultado, a tradução técnica transcende o aspecto das línguas e se configura como um fenômeno cultural complexo, que envolve não só dimensões lexicais e semânticas, mas também sintáticas e, principalmente, pragmáticas (Roscoe-Bessa, 2010, p. 20).

Desse modo, deve-se ressaltar a complexidade da tradução de textos técnicos, como é o caso do processo tradutório do texto *GM-SVPA* para o português. Além disso, como discutido anteriormente, deve-se atentar ao fato de que a tradução não se limita apenas à transposição linguística, mas envolve também uma adaptação cultural para que o texto-alvo seja eficaz na língua alvo. Ademais, a observação das características técnicas e injuntivas do texto, como a objetividade e a formalidade, é

essencial para que durante o processo tradutório se mantenha a clareza e a precisão das orientações presentes no texto-fonte.

Nesse contexto, conforme discutido por Rosemary Arrojo (1996, p. 64), renomada tradutora e crítica, é crucial destacar a importância do papel do (a) tradutor (a) e a responsabilidade fundamental que ele/ela detém, como será abordado no próximo capítulo. A responsabilidade dessa figura vai além da posse de habilidades linguísticas pertinentes, uma vez que também envolve a capacidade de tomar decisões conscientes em relação as características do texto original e do texto de chegada, observando, assim, o conteúdo do texto original e os contextos culturais de ambas as culturas envolvidas no processo tradutório.

CAPÍTULO 3

Neste capítulo, serão abordados os conceitos da análise funcionalista da tradução segundo Nord (2016), e os procedimentos tradutórios discutidos por Barbosa (1990). A intenção dessas discussões é oferecer um contexto abrangente sobre a abordagem funcionalista de Nord e os procedimentos tradutórios de Barbosa, de modo a posteriormente analisá-los no processo tradutório de *GM-SVPA*.

3.1 A AÇÃO, A LEALDADE E A INTENCIONALIDADE SEGUNDO NORD A PARTIR DA TEORIA FUNCIONALISTA

A tradução é um importante instrumento para que diferentes culturas e povos diversos se comuniquem e se entendam. Ela não apenas facilita a comunicação entre línguas diferentes, mas também promove um intercâmbio cultural, pois ao construir pontes entre diferentes mundos e contextos, a tradução permite que ideias, valores e conhecimentos sejam compartilhados de forma eficaz entre textos-fontes e textos-alvos.

Primeiramente, faz-se necessário entender o conceito de cultura, que é indissociável da tradução. De acordo com as palavras proferidas na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022), a *cultura* é definida como:

o conjunto das características distintivas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, [e que] engloba, para além das artes e letras, modos de vida, direitos fundamentais do ser humano, sistemas de valores, tradições e crenças (UNESCO, 2022, p.1)

Ao analisar tal discurso, observa-se que a cultura abrange uma gama de significados, incluindo os “direitos fundamentais”, consagrados em tratados internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Pela sua importância, a tradução leal desses documentos é fundamental para garantir que os direitos e liberdades humanas sejam entendidos de maneira consistente e eficaz em diferentes idiomas e culturas.

O princípio da "lealdade" é uma das diretrizes propostas por Christiane Nord em sua teoria da tradução, que visa orientar os (as) tradutores (as) na tomada de decisões e estratégias durante o processo de tradução. De acordo com Nord (2016, p.62), a lealdade refere-se ao compromisso ético que o (a) tradutor (a) deve se atentar no ato translativo, uma vez que ele/ela deve respeitar as relações humanas presentes no ato translativo. Desse modo, sugere-se o respeito às expectativas das pessoas envolvidas no ato translativo, bem como à intenção do (a) emissor (a).

Ao levantar essas questões, Nord (2016) também aborda a relação entre contexto de produção, de recepção e o funcionalismo na teoria da tradução. Em seus trabalhos, a teórica enfatiza a importância de considerar, por exemplo, o contexto de produção e recepção do texto-fonte e do texto-alvo, para que se possa produzir um texto-alvo funcional na cultura-alvo. De acordo com a autora, a tradução é sempre realizada para uma situação alvo com seus fatores determinantes (receptor (a), tempo, lugar, entre outros) (Nord, 2016, p.62).

Além do contexto cultural mais amplo, Nord (2013; 2018) também destaca a importância do contexto situacional específico em que o texto é produzido e recebido, de modo que se considere elementos, como o propósito comunicativo do texto, o público-alvo, o canal de comunicação e o momento em que o texto é produzido. De acordo com a autora (2016), recomenda-se que os (as) tradutores (as) levem em conta esses elementos contextuais ao realizar uma tradução, adaptando ou preservando elementos do texto, de acordo com as circunstâncias, para garantir que ele atenda às necessidades e expectativas do público-alvo e seja apropriado para o contexto de uso pretendido.

Nord (2016) também discorre sobre a importância de se entender o contexto pragmático, pois a pragmática desempenha um papel crucial na compreensão do significado além das palavras. A autora propõe, portanto, que os (as) tradutores (as), analisem tanto aspectos situacionais-pragmáticos quanto estruturais, considerando assim não apenas o significado semântico das palavras, mas também as intenções comunicativas subjacentes, as expectativas do público-alvo e as convenções comunicativas da língua-alvo.

No contexto de organizações internacionais, como a ONU, a tradução de documentos requer uma consideração cuidadosa do contexto situacional e pragmático em que os documentos são produzidos. Muitas vezes, é necessário adaptar o texto traduzido para garantir sua relevância e compreensão pelo público-alvo na língua-

alvo, além de assegurar uma interpretação precisa das intenções comunicativas durante negociações internacionais.

Nord (2018) cita Hans Josef Vermeer, linguista alemão, que discorre sobre a tradução ser classificada como uma ação, uma atividade humana, assim como uma interação intercultural intencional, interpessoal e parcialmente verbal baseada em um texto de origem (Vermeer, 1989, p.173 *apud* Nord, 2018, p. 23). Quanto a isso, Nord acrescenta que:

Quando dizemos que a tradução é uma interação intencional, queremos dizer que, em primeiro lugar, ela tem a intenção de alterar uma situação existente (no mínimo, a incapacidade de certas pessoas de se comunicarem entre si). Pode haver outras intenções de natureza mais estritamente comunicativas, como informar os destinatários-alvo sobre algo que o remetente do texto-fonte tem a dizer (Nord, 2018, p. 19, *tradução nossa*).¹¹

Por ser uma ação humana, o ato tradutório tem a intenção de provocar alguma mudança, uma vez que a ação é o processo de agir, o que significa "intencionalmente (à vontade) provocar ou impedir uma mudança no mundo (na natureza)" (Von-Wright, 1968, p. 38 *apud* Nord, 2018, p.16, *tradução nossa*)¹². Segundo Vermeer, outro teórico de destaque na abordagem funcionalista da tradução, com base na teoria da ação, a ação humana pode ser definida como "um comportamento intencional e significativo que ocorre em dada situação; é parte da situação ao mesmo tempo que modifica esta situação (Vermeer, 1943, p. 49, *apud* Nord, 2018, p. 11, *tradução nossa*)".¹³

A partir disso, a intencionalidade torna-se um conceito fundamental para a teoria funcionalista de Nord, já que se refere ao "interesse concreto que determinou a produção textual", que deve ser analisado pelo (a) tradutor (a) ao realizar uma tradução (Nord, 2016, p.200). Nord destaca a importância de compreender as intenções comunicativas do emissor (a) em relação ao texto-fonte para que se garanta uma tradução que se respeite as intenções e transmita eficazmente a mensagem original para o público-alvo na língua-alvo.

¹¹ No original: "When we say translation is an intentional interaction, we mean it is first and foremost intended to change an existing state of affairs (minimally, the inability of certain people to communicate with each other). There may be further intentions of a more strictly communicative nature, such as to inform the target addressees about something the source-text sender has to say" (Nord, 2018, p. 19).

¹² No original: "[...]intentionally (at will) bringing about or preventing a change in the world (in nature)" (Von-Wright, 1968, p. 38 *apud* Nord, 2018, p. 16).

¹³ No original: "[...] An intentional, purposeful behavior that takes place in a given situation; it is part of the situation at the same time as it modifies the situation" (Vermeer, 1943, p. 49, *apud* Nord, 2018, p. 11).

Para a referida autora (2016), a intencionalidade não se limita apenas às intenções explícitas do (a) emissor (a), mas também abrange as expectativas do (a) emissor (a) em relação à resposta do (a) leitor (a), o contexto de produção e de recepção do texto e os efeitos pretendidos sobre o público-alvo. Portanto, ao traduzir um texto, sugere-se que o (a) tradutor (a) leve em consideração não apenas o significado literal das palavras, mas também a intenção do (a) emissor (a) e a provável função do texto-alvo na situação comunicativa em que ocorrerá a sua recepção.

Diante dessas discussões, a tradução proposta neste trabalho adota como arcabouço teórico-metodológico a teoria funcionalista sugerida por Christiane Nord em 1991. Em contraste com abordagens mais tradicionais que se concentram na equivalência lexical ou gramatical entre as línguas de origem e de destino, a abordagem funcionalista focaliza na função comunicativa do texto-alvo.

Nas teorias tradicionais de tradução, a equivalência lexical é geralmente enfatizada. Há uma tentativa de encontrar palavras ou expressões na língua-alvo que correspondam o mais próximo possível às palavras ou expressões na língua de partida em termos de significado. Por outro lado, na teoria da tradução funcionalista, é mais relevante que o (a) tradutor (a) considere não apenas o significado das palavras ou expressões e as suas estruturas, mas também o contexto comunicativo, a função do texto na língua-fonte e língua-alvo e a intenção comunicativa do (a) autor (a).

Diante disso, a tradução funcionalista proposta por Nord (2016) destaca a necessidade de uma abordagem que leve em consideração os elementos situacionais e estruturais específicos dos textos analisados, assim como o propósito comunicativo do texto-alvo. Neste cenário, o modelo de análise textual de Nord (2016) é crucial análise desses elementos voltada à tradução. Esse modelo funciona como um guia, ajudando tradutores (as) a entender o texto-fonte e a tomar decisões ao longo de todo o processo de tradução, de maneira que se identifique métodos e soluções mais adequadas para a tradução.

3.2 ANÁLISE TEXTUAL VOLTADA À TRADUÇÃO

Na década de 1980, as abordagens funcionalistas nos Estudos da Tradução se desenvolveram como um novo entendimento em relação às visões tradicionalistas. Nessas abordagens, o foco da tradução direciona-se para a interação/comunicação

com o (a) leitor (a). Pesquisadores como Katharina Reiss, Hans Vermeer e Christiane Nord foram pioneiros nessa nova visão.

Anteriormente, a tradução era vista principalmente como uma transferência a nível de palavra. Entretanto, em 1986, Vermeer introduziu a teoria do *skopos*, que propõe que a tradução deve ser guiada pelo propósito do texto-alvo. Mais tarde, influenciada pelo teórico, Nord elaborou um modelo de análise textual que se concentra na comparação das funções textuais e das características textuais, analisando os conteúdos e estruturas para ajudar na escolha dos métodos tradutórios mais adequados ao objetivo/propósito pretendido da tradução.

Segundo Nord (2016, p.61), os textos devem ser culturalmente funcionais para o (a) leitor (a) no que diz respeito ao processo de produção de sentido na leitura. Assim, buscando uma abordagem que respeite a funcionalidade do texto-alvo, e que auxilie o (a) tradutor (a) em sua tarefa de traduzir, a pesquisadora propõe um modelo de análise textual que inclui a observância de uma série de elementos externos e internos do texto para a realização de uma análise dos fatores pertencentes à estrutura textual.

A análise proposta abrange tanto fatores extratextuais quanto intratextuais. Os fatores extratextuais referem-se ao contexto de produção e uso do texto, incluindo a situação comunicativa e a intenção do (a) emissor (a). Já os fatores intratextuais dizem respeito aos elementos linguísticos do próprio texto e podem ser identificados durante a leitura textual.

De acordo com Nord (2016, p.74), durante o processo de tradução, devem ser respondidas as seguintes questões, as quais estão associadas aos fatores intratextuais e extratextuais, respectivamente:

Quadro 4 - Exemplificação das questões propostas por Nord (2016)

Quem transmite?	Sobre qual assunto ele diz?
Para quê?	O quê?
Para quem?	(o que não)?
Por qual meio?	Em qual ordem?
Em qual lugar?	Usando quais elementos não verbais?

Quando?	Com quais palavras?
Por quê?	Em quais orações?
Com qual função?	Com qual tom?

Fonte: (Nord, 2016, p.74)

Neste trabalho, foram respondidas adiante as questões acima, de forma a utilizar o modelo de análise proposto por Nord (2016) dos elementos internos e externos de textos para analisar textualmente o manual *GM-SVPA*.

Com o intuito de “... estabelecer a função do texto de partida dentro da cultura de partida, para então compará-la à provável função do texto de chegada na cultura-alvo e, por fim, identificar tanto os elementos que serão preservados, quanto aqueles que serão adaptados na tradução” (Leal, 2006, p. 2), a seguir, será abordada mais detalhadamente os conceitos que envolvem a análise dos fatores externos e internos discutidos por Nord (2016), que posteriormente serão aplicadas ao texto-fonte.

3.3 FATORES EXTRATEXTUAIS

Os fatores extratextuais são elementos externos ao próprio texto. Esses fatores vão além das palavras e das estruturas linguísticas e incluem aspectos como o contexto cultural, a situação em que o texto é produzido e as expectativas do público-alvo. Tais fatores, que podem ser identificados antes da leitura textual, podem impactar a interpretação e a tradução de um texto.

Esses elementos observam características externas do texto, como o (a) produtor (a), o (a) emissor (a), as intenções e o receptor de um texto. Eles são cruciais para uma tradução eficaz, pois eles ajudam o (a) tradutor (a) a compreender o que está sendo dito, as razões por trás da produção e os contextos de produção.

3.3.1 Emissor

O emissor é a pessoa ou entidade responsável pela produção do texto, e suas características pessoais, objetivos comunicativos e intenções influenciam tanto o conteúdo quanto a forma do texto. Segundo Nord (2016, p.84), o emissor é a pessoa (ou instituição) que utiliza um texto com a finalidade de transmitir determinada

mensagem e/ou para produzir um determinado efeito. A intenção dessa figura é importante para o (a) tradutor (a), pois a sua análise ajuda a entender fatores externos ao texto, como o efeito pretendido no receptor, além de esclarecer aspectos internos ao texto, como sua estrutura (Nord, 2016, p.92).

Segundo a autora, em certos textos, o emissor e o produtor podem ser a mesma pessoa; no entanto, em muitas produções esses papéis são desempenhados por indivíduos diferentes. Nord (2016) faz essa distinção, indicando que o primeiro é a pessoa ou instituição que utiliza um texto para transmitir uma mensagem específica com um propósito determinado, enquanto o segundo é o autor do texto, que segue as instruções do emissor ao produzir o texto.

A figura do (a) tradutor (a) é de suma importância no processo de transferência de uma língua para outra. O tradutor desempenha um papel crucial como "intermediário" entre o emissor e o receptor do significado (Arrojo, 1992), uma vez que é responsável pela transferência linguística entre sistemas linguísticos distintos.

Hurtado Albir (2001, p. 41, *tradução nossa*) define a tradução como um “processo interpretativo e comunicativo que consiste na reformulação de um texto com os meios de outra língua que se desenvolve em um contexto social com uma finalidade determinada”.¹⁴ Em outras palavras, conforme exposto por Vermeer, a “tradução é a produção de um texto-alvo para um propósito específico [...] em uma situação específica para um destinatário específico (ou um grupo destinatário) a partir de um texto-fonte já existente” (Vermeer, 1992, p. 45, *tradução nossa*).¹⁵

A partir do conceito de tradução como um processo interpretativo e comunicativo, é importante não enxergar o (a) tradutor (a) apenas como um elemento passivo (a) de um texto, mas sim como um (a) produtor (a) ativo (a). Esse reconhecimento implica que o (a) tradutor (a) desempenha um papel interpretativo ao realizar uma tradução, tomando decisões que irão impactar no conteúdo, estilo e forma do texto final, como discutido por Nord:

O tradutor não é o emissor da mensagem do TA [Texto-Alvo], mas sim um produtor do texto na cultura-alvo, que se apropria da intenção do emissor ou

¹⁴No original: “[...] definir la traducción como un proceso interpretativo! comunicativo consistente en la reformulación de un texto con los medios de otra lengua que se desarrolla en un contexto social y con una finalidad determinada” (Hurtado Albir, 2001, p. 41)

¹⁵No original: “[...] translation is rather a target text production (“designing”) for a specific “scope” in a target situation for a specific target addressee (or addressee group) starting from an already existing source text” (Vermeer, 1992, p. 45).

do iniciador para produzir um instrumento comunicativo para a cultura-alvo, ou um documento para a cultura-alvo a partir de uma comunicação da cultura fonte (Nord, 2016, p.33).

Diante disso, neste trabalho, não se pretende adotar a tradutora como uma figura invisível no processo de tradução texto-fonte, mas sim reconhecê-la como parte emissora e uma produtora ativa de um texto-alvo. Essa posição decorre do entendimento de que cada leitor/tradutor “realiza uma leitura, uma interpretação influenciada por suas interrelações com outros textos” (Piucco, 2008, p.179).

Dessa maneira, anula-se a concepção de que o processo tradutório seja uma mera substituição ou transferência direta de significados estáveis de um texto para outro e de uma língua para outra (Arrojo, 2003, p.86). Neste trabalho, compreende-se, portanto, a tradução como a “produção ativa de um texto que se assemelha ao original, mas que mesmo assim o transforma e que sofre intervenção ativa do tradutor” (Venuti, 1995, p.112).

Em seu artigo, *As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*, o linguista e tradutor naturalizado brasileiro Francis Aubert (1993) apresenta um esquema comunicativo/tradutório que diferencia o emissor 1 (emissor (a) original/ autor (a) do texto produzido) do emissor 2 (emissor (a) tradutor (a) / tradutor (a) durante o ato tradutório). O (A) emissor (a) 2 transmite uma mensagem 2, que pode ser interpretada no processo tradutório como o texto-alvo, conforme discutido abaixo pelo (a) autor (a):

Ao assumir, porém, o papel de Emissor 2, o tradutor vê-se diante de outras contingências. Estabelece, direta ou indiretamente, uma relação comunicativa com os receptores. Consciente ou subconscientemente, tenderá a levar em conta que as condições de recepção dos destinatários da tradução são ao menos parcialmente distintas das condições de recepção vivenciadas por ele, tradutor. Negocia significados e sentidos não mais apenas com o texto-fonte e com o constructo mental que corresponde à sua visão do autor original do texto, mas [...] do novo texto que substituirá o primeiro, na recepção do (es) seu(s) público(s)-alvo. (Aubert, 1993, p.27)

Nesse contexto, o termo "emissor-tradutor", conforme definido por Aubert (1993), refere-se ao papel do (a) tradutor (a) em ajustar os recursos e estabelecer prioridades para que o texto final atenda às expectativas de qualidade dos leitores. O

(A) tradutor (a), então, não está apenas lidando com o texto original e suas possíveis interpretações, mas também considerando o que os leitores do texto traduzido esperam. Por isso, o (a) tradutor (a) deve escolher a abordagem de tradução mais adequada, levando em conta o contexto de cada texto e procurando termos que se ajustem bem à língua e à cultura de destino.

3.3.2 Intenção

O conceito de intenção na tradução é parte integrante do processo de compreensão do texto-fonte e da tomada de decisões por parte do (a) tradutor (a). A intenção é definida a partir da perspectiva do (a) emissor (a), que busca alcançar determinado propósito com o texto (Nord, 2016, p.91). Segundo Nord (2016, p.62), “espera-se do tradutor que não falsifique a intenção do autor”.

Segundo Nord, a intenção do (a) emissor (a) é o que define as estratégias de produção textual e exerce uma influência significativa na função do texto. A autora (2016) discorre que o (a) tradutor (a), ao captar essa intenção, cria um instrumento de comunicação, que é o texto-alvo, direcionado para a cultura-alvo, ou pode também desenvolver um texto para a cultura-alvo a partir de uma mensagem da cultura-fonte.

Entender a intenção definida pelo ponto de vista do emissor é particularmente importante para que o (a) tradutor (a) compreenda a intenção do (a) emissor (a), de modo que é através dela que se pode perceber os fatores intratextuais e extratextuais. A partir da análise da estrutura organizacional específica de um texto, por exemplo, pode-se determinar seu gênero e orientar os (as) receptores (as) sobre como devem empregar o texto (Nord, 2016, p.93).

3.3.3 Público

Quando aborda o elemento “público”, Nord faz referência a Reiss e Vermeer, que defendem a essencialidade das informações sobre o público (contexto sociocultural, expectativas para o texto, influenciabilidade, entre outros) (Reiss e Vermeer, 1984, p. 110 *apud* Nord, 2018, p.30). Como destacado na discussão sobre o (a) emissor (a), presente na seção 3.3.1, o (a) tradutor (a), enquanto emissor (a) precisa considerar as condições do (a) receptor (a) na nova situação comunicativa, que consiste no texto-alvo.

Um texto permanece um instrumento comunicativo provisório até que seja efetivamente recebido. Como um produto da intenção do (a) autor (a), o texto permanece provisório até que seja completado na situação de recepção, pelo (a) receptor (a) (Nord, 2016, p. 42). É o acolhimento que completa a situação comunicativa e define a função do texto (Nord, 2016, p. 42).

Há uma distinção feita por Nord (2016, p.99) entre o público destinatário e o (a) receptor (a) eventual. O primeiro é aquele para quem o (a) emissor se dirige diretamente, enquanto o segundo é aquele (a) que pode, eventualmente, ler ou ouvir o texto. Dado que, no texto traduzido, o (a) receptor (a) é diferente do (a) receptor (a) do texto-fonte, o (a) tradutor (a) deve analisar não só os atributos do público do texto-fonte, mas também do texto-alvo, “cujas expectativas irão influenciar a organização estilística do texto-alvo” (Nord, 2016, p.103).

Depois da coleta de todas as informações disponíveis sobre o (a) receptor (a) -destinatário (a) do texto-alvo (TA), o (a) tradutor (a) pode então verificar as características do (a) receptor (a) do texto-fonte (TF): idade, sexo, educação, ambiente social, origem geográfica, status social, papel desempenhado junto ao emissor, entre outros (Nord, 2016, p.100).

3.3.4 Meio

Todo texto circula por um meio, ou canal, no qual é transmitido e recebido pelos receptores (as). Segundo Nord, sugere-se que o (a) tradutor (a) se atente mais para as questões de perceptibilidade, armazenamento de informações e pressuposições da interação comunicativa (Nord, 2016, p.106). Segundo a autora, o canal de transmissão do texto é uma consideração importante na tradução, pois influencia a forma como o texto é percebido, armazenado, recebido e interpretado pelos (as) receptores (as).

No texto escrito, como é o caso de *GM-SVPA*, a comunicação ocorre principalmente por meio das palavras escritas, o que tende a conferir uma maior formalidade em comparação com a comunicação oral. Nos textos falados, a entonação, o tom de voz e a linguagem corporal desempenham papéis importantes na transmissão de nuances e na expressão de sentimentos e intenções.

Por outro lado, nos textos escritos, as nuances (tom e entonação) são transmitidas principalmente pela escolha de palavras, estrutura das frases e uso de

recursos visuais, como pontuação e formatação. Essa diferença no meio de comunicação influencia significativamente o estilo e o tom do texto.

Além disso, os textos podem ser disponibilizados em formatos diversos, como livros, *websites* e redes sociais. Esses meios variados ampliam o alcance e a acessibilidade dos conteúdos. Ao facilitar o acesso rápido por leitores (as) em diferentes plataformas, a consulta e aplicação das informações em contextos acadêmicos, profissionais ou pessoais é simplificada.

Compreender o meio é primordial para ajudar o (a) tradutor (a) a captar com precisão o significado original do texto. A tradução não se resume a apenas transferências de palavras de um idioma para outro durante o processo tradutório, mas também é sobre transmitir efetivamente uma determinada mensagem para que ela chegue de maneira eficaz e seja relevante e eficaz para o novo público-alvo.

3.3.5 Lugar e tempo

Ao considerar tanto o contexto espacial quanto o temporal, os (as) tradutores (as) podem produzir traduções que transmitam o mesmo significado e intenção do texto-fonte, ao mesmo tempo em que são culturalmente e temporalmente apropriadas para o público-alvo. Nord (2016) enfatiza que os (as) tradutores (as) considerem o contexto cultural do texto-fonte, incluindo sua origem geográfica, as circunstâncias político-culturais que são essenciais no texto-fonte e as características culturais.

Segundo Nord (2016, p.114), a dimensão do espaço não se limita apenas ao local onde o texto é produzido, mas também envolve o local onde o texto é recebido. Esse fator extratextual demanda uma atenção minuciosa, especialmente ao traduzir entre línguas com muitas variantes linguísticas, pois tais diferenças podem influenciar decisões importantes durante o processo de transferência. É preciso se atentar ao fator espacial para que se produza uma tradução que seja culturalmente relevante e compreensível para o público-alvo, a fim de evitar mal-entendidos ou interpretações inadequadas.

A autora ainda discorre sobre a dimensão temporal, que se refere ao contexto histórico e temporal em que o texto foi produzido. Considerar o tempo e o lugar de produção e recepção de um texto é importante para os (as) tradutores (as) considerarem as condições históricas e sociais que influenciaram, por exemplo, o texto-fonte, bem como as mudanças linguísticas observadas ao longo do tempo.

Pensar na temporalidade de um texto também é relevante para garantir que a tradução seja acessível e relevante ao novo público, de modo que se atualize ou não as referências históricas ou culturais, conforme necessário.

3.3.6 Motivo

Ao entender o motivo por trás do texto-fonte, o (a) tradutor (a) entende a razão pela qual um texto foi produzido. Segundo Nord (2016, p. 125-127), compreender o motivo significa entender por que o texto foi escrito de uma certa maneira, qual mensagem o (a) autor (a) quis transmitir e como ele/ela esperava que o público reagisse.

Conforme destacado por Nord (2016, p.128), a dimensão do motivo é tanto de interesse para o (a) tradutor (a) quanto o tempo da produção do texto, porque ele/ela precisa comparar o motivo da produção do texto-fonte com o motivo da produção do texto-alvo e entender o impacto que as diferenças e semelhanças possuem sobre as decisões de transferência no ato translativo.

A razão pela qual o texto foi escrito ou a ocasião para qual ele foi produzido podem influenciar nas escolhas lexicais e no estilo, tom e estrutura do texto traduzido. O motivo pode ser um prenúncio de certas características convencionais do próprio texto, e assim pode guiar as expectativas do (a) receptor (a) (Nord, 2016, p.127).

O motivo, muitas vezes, pode ser confundido com a intenção de um texto. Por isso, Nord aponta que é fundamental que se entenda a diferença entre esses dois fatores. De acordo com a autora, a intenção refere-se à finalidade ou ao propósito comunicativo de um texto. É o que o (a) autor (a) deseja alcançar ao escrever o texto, isto é, o objetivo que ele/ela pretende cumprir através da sua produção textual. Assim, a intenção pode estar relacionada à informação que o (a) autor (a) quer transmitir, à persuasão do (a) leitor (a), à expressão de sentimentos ou qualquer outro propósito comunicativo específico.

O motivo, por outro lado, está relacionado à razão pela qual o texto foi produzido (Nord, 2016, p.125). Ele engloba os fatores que levaram o (a) autor (a) a escrever o texto, como as necessidades comunicativas, o contexto social ou cultural, as expectativas do público-alvo, entre outros fatores.

Assim, enquanto a intenção se concentra no objetivo ou propósito pretendido pelo (a) autor (a) ao escrever o texto, o motivo abrange os fatores mais amplos que

motivaram a criação desse texto em primeiro lugar. Esses conceitos são importantes na teoria funcionalista da tradução, pois ajudam o (a) tradutor (a) a compreender não apenas o que está explicitamente escrito no texto-fonte, mas também os contextos e as intenções subjacentes. Com esse entendimento, o (a) tradutor (a) pode tomar decisões que preservem a eficácia comunicativa e a intenção do (a) autor (a).

3.3.7 Função

O funcionalismo defende que a tradução deve ser orientada pela função (*skopos*) do texto-alvo, que é determinada pela situação em que ele serve como instrumento de comunicação. Nord (2016, p.130) afirma que a função de um texto deve ser entendida como a função comunicativa do texto em um contexto específico de sua recepção. Segundo a teórica (2016, p.130), a função se origina da “configuração específica de fatores extratextuais”, como o papel do (a) autor (a), sua intenção, o público-alvo e suas expectativas, o canal, o lugar, o tempo, o motivo.

Nord apresenta um modelo de análise textual voltada à tradução, que permite comparar a função do texto-fonte na cultura-fonte e identificar a (s) provável (is) função (ões) do texto-alvo na cultura-alvo (Nord, 2016, p.133). Além disso, esse modelo auxilia na determinação de quais os elementos serão preservados e quais serão adaptados na tradução. A partir de uma análise do texto-fonte, é possível identificar aspectos essenciais para a tradução, garantindo que o texto-alvo seja funcional, sem comprometer o princípio de lealdade que deve ser respeitado pelo (a) tradutor (a) (Nord, 2016, p.297).

Nord (2016, p. 82- 83) discorre sobre a teoria das quatro funções básicas de comunicação, que compreende as seguintes: informativa, expressiva, conativa ou apelativa, e fática. A autora explica que a influência dessas funções básicas compõe o “mundo” de um texto, formando um quadro sistemático para as possíveis questões que podem ser colocadas em relação aos fatores situacionais do modelo analítico.

De acordo com a teórica, a primeira função envolve a transmissão de informações e fatos objetivos, sendo predominante em textos técnicos, científicos e jornalísticos. A segunda função refere-se à expressão dos sentimentos, emoções e atitudes do emissor, prevalecendo em textos literários. A terceira foca na influência sobre o (a) receptor (a), buscando persuadi-lo (a) ou convencê-lo (a) a tomar alguma ação, comum em textos publicitários. Por fim, a função fática serve para estabelecer,

prolongar ou encerrar o contato entre emissor (a) e receptor (a), geralmente encontrada em saudações, pequenas conversas ou frases que mantêm a interação sem transmitir informações substanciais.

Nord ainda afirma que ao comparar as funções do texto-fonte e o texto-alvo, é crucial que o (a) tradutor (a) avalie a relação entre os dois textos, para que ele/ela decida as estratégias utilizadas, assim como métodos tradutórios. Para isso, Nord (2016, p.134) distingue dois tipos de tradução: uma focada na fidelidade (tradução-documento) e a outra focada na liberdade (tradução-instrumento).

Na tradução-instrumento, o (a) tradutor (a) enfoca o texto-alvo e adapta o conteúdo para atender às expectativas e necessidades do público-alvo, levando em consideração sua cultura, contexto e convenções linguísticas. O objetivo principal é comunicar eficazmente a mensagem do texto-fonte na língua-alvo.

Por outro lado, na tradução documentária, comumente associada à tradução de documentos legais, científicos ou técnicos, o (a) tradutor (a) está mais preocupado (a) com o texto-fonte e com a precisão e fidelidade à fonte original. A ênfase está na reprodução exata do conteúdo e estilo do texto-fonte, muitas vezes sem muita consideração pelas expectativas ou preferências do público-alvo.

Essas duas abordagens têm implicações diferentes no processo de tradução. A tradução instrumental permite maior flexibilidade, permitindo adaptações que possam tornar o texto mais compreensível e relevante para o novo público. Por exemplo, podem ser necessárias explicações adicionais ou modificações de termos culturais específicos para garantir que a mensagem original seja bem compreendida.

Já a tradução documentária exige um rigor maior na manutenção da forma e conteúdo do texto-fonte, garantindo que cada detalhe seja preservado e reproduzido com exatidão. Essa abordagem é crucial quando a fidelidade ao texto-fonte é essencial, como em pesquisas científicas e manuais técnicos.

Nord (2018) afirma que, para uma tradução ser legitimamente instrumental, é necessário que a intenção do (a) emissor (a) não seja direcionada exclusivamente aos (às) receptores (as) da cultura fonte, mas também possa ser direcionada aos (às) receptores (as) da cultura-alvo (Nord, 2016, p.135). Assim, a tradução pode ser adaptada para ser relevante e compreensível para o novo público, sem perder a essência e as intenções presentes no texto-fonte.

3.4 FATORES INTRATEXTUAIS

De acordo com Nord (2016), os fatores intratextuais referem-se aos elementos presentes no próprio texto. Esses fatores são influenciados pelos fatores situacionais, como a origem geográfica do emissor, o meio escolhido, as condições de tempo e lugar da produção textual. Além disso, esses elementos intratextuais podem ser determinados pelas convenções de gênero ou pela intenção comunicativa específica do emissor [...]” (Nord, 2016, p.145).

Segundo a autora, existem oito fatores intratextuais a serem considerados ao executar a tarefa da tradução: “assunto, conteúdo, pressuposições, estruturação, elementos não verbais, léxico sintaxe e características suprasegmentais” (Nord, 2016, p.145). A composição de um texto também pode conter elementos não verbais, como “[...] os elementos paralinguísticos da comunicação face a face bem como elementos não linguísticos pertencentes ao texto escrito [...]” (Nord, 2016, p.190). No entanto, segundo a teórica, são os elementos verbais, como o léxico, as estruturas das frases e as características suprasegmentais (como o tom do texto), que desempenham um papel fundamental na transmissão da mensagem.

A teórica recomenda o (a) tradutor (a), sendo um (a) dos (as) possíveis receptores (as) do texto de partida, durante a leitura do texto, infira a intenção do (a) autor (a) durante a leitura do texto, utilizando-se dos fatores intratextuais, bem como dos fatores extratextuais.

3.4.1 Assunto

O assunto refere-se à “informação ou conteúdo presente no texto que identificam o tema” (Woiciechowski, 2021, p.8). Questionar “sobre o assunto revela informações sobre certos fatores extratextuais quando estes não estiverem sido determinados por uma análise externa” (Nord, 2016, p. 154). O assunto, por exemplo, pode determinar a estruturação do texto ou a escolha dos itens lexicais (Nord, 2016, p.153).

O (A) tradutor (a) deve analisar o assunto, que é fundamental “em todas as abordagens de análise textual orientada à tradução” (Nord, 2016, p.151), por várias razões. A primeira razão refere-se à habilidade do (a) tradutor (a) identificar “se um assunto domina consistentemente todo o texto, o que pode indicar de que o texto é

coerente” (Nord, 2016, p.152). Em relação à segunda razão, é importante observar se a aderência do assunto “em um contexto cultural específico pode indicar possíveis pressuposições e sua relevância para a tradução” (Nord, 2016, p.153).

A terceira razão é que se recomenda que o (a) tradutor (a) perceba se as realidades extralinguísticas de um texto “capacita o tradutor a decidir se possui conhecimento especializado exigido para compreensão e tradução do texto e/ou que tipo de pesquisa e deverá ser realizada antes de traduzi-lo” (Nord, 2016, p.153). Por último, a traduzibilidade de um texto pode ser demonstrada a partir da análise do assunto.

3.4.2 Conteúdo

A análise do conteúdo de um texto é importante para um (a) tradutor (a), pois possibilita que ele/ela se familiarize com o texto e, conseqüentemente, adquira uma maior competência linguística para traduzi-lo (Nord, 2016, p.161). O conteúdo refere-se a tudo o que é expresso em um texto e está relacionado com a “referência de um texto a objetos e fenômenos em uma realidade extralinguística [...]” (Nord, 2016, p.161).

Segundo Nord, há diferenças entre o elemento “conteúdo” e “assunto”. Segundo a teórica, o “conteúdo” consiste na “referência textual a objetos e fenômenos de uma realidade extralinguística” (Nord, 2016 p.161), e se restringe ao nível semântico das estruturas lexicais e gramaticais presentes em um texto. O “tema/assunto” se concentra especificamente no tópico principal ou foco central do texto.

Segundo Nord, a paráfrase pode ser uma técnica adequada para a análise do conteúdo, assim como o entendimento dos mecanismos de coesão presentes em um texto (Nord, 2016, p.163). A autora aponta que esses mecanismos são, por exemplo, os conectores lógicos e a perspectiva funcional da frase.

Nos textos, há além de informações com significados denotativos, informações com significados conotativos. Em ambos os casos, é possível analisar os valores estilísticos, lexicais e sintáticos (Nord, 2016, p.166).

Dessa forma, a autora destaca a importância dos conectivos linguísticos na análise do conteúdo textual. Ela sugere que a análise comece pelos elementos que conectam as partes superficiais do texto, como conjunções, pronomes e advérbios,

que contribuem para a coesão e coerência. Esses elementos são essenciais para entender a estrutura e a lógica interna do texto, facilitando uma interpretação e tradução adequadas.

A totalidade do conteúdo de um texto é só compreendido se o texto for coerente e coeso. Assim, a análise dos mecanismos conectores desempenha um papel crucial nesse processo, pois ajuda a manter a coerência e coesão na tradução. Esses elementos asseguram que o texto-alvo preserve a lógica e a fluidez do texto-fonte, ao mesmo tempo em que respeita as diferenças culturais e linguísticas entre a língua-fonte e a língua-alvo, uma vez que termos correspondentes nem sempre carregam o mesmo significado em duas línguas.

3.4.3 Pressuposições

Toda comunicação está impregnada de pressuposições, que são suposições subjacentes ao que é dito ou escrito. Essas pressuposições podem ser crenças, valores, que muitas vezes, não são diretamente expressos na comunicação. Segundo Nord, há um foco na “pressuposição pragmática” “que são implicitamente aceitas pelo falante que acredita acontecer o mesmo com o ouvinte” (Nord, 2016, p.170).

Nord explica que, como as pressuposições não são verbalizadas no texto, é aconselhável que o (a) tradutor (a) considere o conhecimento compartilhado entre o (a) emissor (a) e o (a) receptor da mensagem. Diante disso, deve-se atentar à seguinte questão: O que o (a) emissor (a) assume que o (a) receptor (a) já sabe ou entende?

A autora menciona a necessidade do (a) tradutor (a) considerar que muitas informações que são comuns ao (à) receptor (a) do texto-fonte pode serem desconhecidas para o (a) leitor (a) do texto-alvo e, a partir disso, ele/ela decide pela menção dessas informações no texto-alvo.

Ao contrário do que afirma Nord sobre a não verbalização das pressuposições nos textos, o linguista britânico Norman Fairclough defende que existem “várias pistas formais na organização da superfície do texto” que podem levar às pressuposições (Fairclough, 2001, p.155). Desse modo, ao levar em consideração as ideias defendidas por esses dois teóricos, observa-se que o (a) tradutor (a) pode ou não encontrar expressamente pressuposições em um texto, o que dependerá do texto analisado.

3.4.4 Estruturação do texto

A estrutura de um texto se manifesta tanto em sua macroestrutura quanto em sua microestrutura. De acordo com Nord, o aspecto da estruturação sugere “que a macroestrutura informacional do texto (isto é, a estrutura e ordem de unidades informacionais) consiste em um número de microestruturas” (Nord, 2016, p.178). Desse modo, a macroestrutura de um texto, como capítulos e parágrafos, é composta por microestruturas, como estruturas sintáticas, léxico e elementos suprasegmentais, delimitados “pela continuidade ou descontinuidade dos tempos verbais” (Nord, 2016, p. 179).

Observar a composição de um texto é crucial para a tradução por diversos motivos. Primeiramente, segundo Nord (2016, p.181-83), um texto pode possuir diversos textos dentro do próprio texto que podem ter diferentes funções, o que exige ao (à) tradutor (a) diferentes procedimentos tradutórios. Em segundo lugar, o começo e o fim de um texto podem exercer funções importantes na compreensão do texto, exigindo uma análise separada dos dois (Nord, 2016, p.183). Em terceiro, certos tipos e gêneros textuais que possuem certas características próprias, o que pode resultar em diferenças no padrão da estrutura entre a cultura-fonte e a cultura-alvo (Nord, 2016, p.184).

3.4.5 Elementos não verbais

Os elementos não verbais são signos oriundos de outros códigos não linguísticos como imagens ou vídeos, empregados para suplementar, retirar ambiguidades ou intensificar a mensagem do texto (Nord, 2016, p.190). Segundo Nord (2016), esses elementos formam um conceito funcional e complementam a comunicação verbal.

De acordo com a abordagem funcional, fazem parte dos elementos verbais os elementos paralinguísticos da comunicação face a face bem e os elementos não linguísticos pertencentes ao texto escrito (Nord, 2016, p.190). Os elementos paralinguísticos da comunicação face a face são por exemplo, expressões faciais e gestos, enquanto os elementos não linguísticos podem ser fotos e logotipos (Nord, 2016, p. 190).

Para os (as) tradutores (as), entender e interpretar corretamente os elementos não verbais é fundamental para captar o significado completo de um texto. Isso inclui considerar como esses elementos contribuem para a intenção comunicativa do (a) autor (a) e como podem ser adaptados ou preservados na língua alvo. A tradução de elementos não verbais pode apresentar desafios adicionais devido às diferenças culturais e linguísticas entre o texto-fonte e a língua alvo.

3.4.6 Léxico

O léxico, ou o conjunto de palavras e termos de uma língua, é a base fundamental da comunicação. O léxico é determinado por escolhas que contemplam fatores internos e externos, ou seja, se revelam informações sobre fatores extratextuais e aspectos intratextuais (Nord, 2016, p.197). Na prática da tradução, a seleção cuidadosa das palavras é essencial para garantir que o significado do texto-fonte seja compreendido e transmitido de forma eficaz na língua alvo.

Nord discute a "intencionalidade semântica", termo que se refere "às razões que induziram o (a) autor (a) a selecionar uma determinada informação dentre a quantidade infinita de informações possíveis para o texto" (Nord, 2016, p.202). Além disso, essa intencionalidade também considera o efeito que a escolha de determinadas informações exerce sobre um público (Nord, 2016, p.202).

Desse modo, o conceito de intencionalidade semântica discutido por Nord abrange a seleção específica de palavras, estruturas e recursos linguísticos pelo (a) autor (a) para comunicar uma mensagem precisa entre diversas outras informações possíveis, e o impacto que essa escolha tem no (a) receptor (a).

3.4.7 Sintaxe

A sintaxe é crucial para a coesão e a coerência do texto. A maneira como as frases são conectadas e a lógica da ordem delas podem afetar profundamente a compreensão de um texto. A complexidade e construção das frases, sua extensão e a distribuição de orações principais e subordinadas são características sintáticas importantes para uma análise textual relevante para a tradução (Nord, 2016, p. 362).

Observar a sintaxe de um texto possibilita analisar os tipos de frase, a distribuição de orações principais e subordinadas (parataxe e hipotaxe), bem como a

conexão entre as frases através de elementos como conectores, conjunções e advérbios. A partir da análise dessas relações entre as palavras, reconhece-se a estruturação da informação em um texto.

Conforme mencionado por Nord (2016), na análise da distribuição das orações, há duas relações sintático-semânticas importantes de serem analisadas: a parataxe e a hipotaxe. A parataxe refere-se a uma estrutura sintática em que as orações ou frases são justapostas ou coordenadas sem o uso de conectivos explícitos ou são ligadas por conectivos simples. Em textos com parataxe, as orações tendem a ser apresentadas como independentes umas das outras, ainda que possam estar relacionadas em conteúdo.

A hipotaxe, em contraste, trata-se de orações subordinadas que possuem uma relação de dependência com uma oração principal. Essa estrutura é marcada pelo uso de conectivos mais complexos. Segundo Nord, o uso de hipotaxes costuma ser um meio para descrever fatos complexos (Nord, 2016, p. 209), que se relacionam, mas há uma sobreposição dos níveis de importância das orações que é marcada, diferentemente do que acontece no uso da parataxe.

Dessa forma, a construção e a complexidade das sentenças, a organização das orações principais e subordinadas, a extensão das frases, e o emprego de mecanismos de conectores e de coesão são aspectos importantes na análise textual voltada para a tradução. Isso inclui tanto as estruturas sintáticas típicas de certos tipos de textos quanto aquelas selecionadas para provocar um efeito particular no leitor.

3.4.8 Elementos suprasegmentais

Os elementos suprasegmentais incluem todos os aspectos da organização textual que vão além dos segmentos lexicais ou sintáticos, frases e parágrafos, formando a "configuração" fonológica ou o "tom" do texto (Nord, 2016, p.212). Segundo Nord, em textos escritos, esses elementos são indicados por meios visuais como itálico, negrito e aspas, travessões e parênteses e possuem funções tanto informativas (denotativas) quanto estilísticas (conotativas) (Nord, 2016, p.145).

Segundo a autora (2016), esses elementos suprasegmentais têm uma função informativa ao destacar informações importantes, definir o contexto ou organizar a estrutura do texto de uma maneira que facilite a compreensão. Por exemplo, um travessão pode indicar uma pausa prolongada ou uma mudança de tema. Além disso,

esses elementos também têm uma função estilística ao influenciar o tom, a ênfase e a atmosfera geral do texto.

O uso de certos recursos visuais pode conferir ao texto uma voz específica, moldar seu estilo narrativo ou criar uma impressão particular no (a) leitor (a). Portanto, os elementos suprasegmentais são cruciais tanto na análise linguística quanto na tradução, pois ajudam a captar o significado explícito das palavras, bem como a intenção, o impacto estilístico e a organização textual do texto-fonte.

3.5 EFEITO

O conceito de "efeito" refere-se ao impacto que a tradução tem no (a) receptor (a) final do texto traduzido. O (A) tradutor(a) deve antecipar como um texto traduzido influenciará o público que o receberá, levando em conta que esse impacto pode ser igual ou diferente do efeito que o texto-fonte causava na audiência-fonte, dependendo do objetivo da tradução (Nord, 2016, p. 230).

O efeito é sempre definido do ponto de vista do (a) emissor (a) que visa transmitir uma mensagem para se obter um determinado efeito em um (a) determinado (a) receptor (a). É nesse sentido que Nord salienta que a distinção entre intenção, função e efeito precisa ficar clara, uma vez que esses conceitos são constantemente confundidos.

A intenção é sempre definida do ponto de vista do (a) emissor (a) do texto-fonte, que pretende alcançar um certo propósito com o seu texto. O efeito é sempre definido do ponto de vista do (a) emissor (a), cujo interesse é transmitir uma mensagem para se obter um determinado efeito (Nord, 2016, p.91). A função comunicativa do texto é definida extratextualmente e antes da recepção.

Nord salienta que tanto o efeito quanto a função podem ser preservados ou adaptados na tradução, devendo a intenção ser respeitada. Além disso, segundo a autora, o efeito de um texto pode ser influenciado por fatores culturais, sociais e situacionais externos ao próprio texto.

Ao considerar o efeito que o texto traduzido terá sobre o (a) receptor (a) na língua alvo, recomenda-se que o (a) tradutor (a) considere não apenas as estruturas linguísticas e os significados das palavras, mas também os contextos culturais e as expectativas dos (as) leitores (as) na língua-alvo, pois, conforme pontuado em reflexões anteriores, a tradução não é apenas uma transferência de palavras e

significados, mas também envolve adaptações ou preservações que visam atingir um impacto ou efeito, que pode ser ou não o mesmo do texto-fonte no (a) leitor (a) na nova cultura e no novo contexto linguístico.

3.6 OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS TRADUTÓRIOS

Antes de analisar textualmente o manual traduzido com base nos conceitos de Nord (2016), é fundamental compreender os procedimentos técnicos tradutórios gerais empregados na tradução final. A discussão da tradução final será abordada nas seções seguintes, a fim de justificar as decisões tradutórias adotadas na versão final do manual.

As decisões tradutórias adotadas durante o processo tradutório do *GM-SVPA* foram fundamentadas nos procedimentos técnicos de tradução propostos por Barbosa (1990) em seu trabalho "Procedimentos Técnicos da Tradução: Uma nova proposta". A autora baseia-se nos procedimentos técnicos de tradução propostos por Vinay e Darbelnet (1977) e lista treze técnicas. Esses procedimentos incluem tradução literal, transposição, modulação, equivalência, omissão, explicitação, entre outros. Tais procedimentos orientaram as escolhas feitas na tradução do manual, garantindo uma abordagem tradutória consistente.

Na sua obra de 1990, Barbosa apresenta uma abordagem minuciosa e bem estruturada dos processos tradutórios, buscando expandir e adaptar técnicas já existentes para facilitar sua aplicação pelos (as) tradutores (as), especialmente em contextos de línguas distintas, como o inglês e o português. Seu trabalho é de grande relevância para os (as) tradutores (as) que atuam no cenário brasileiro, fornecendo uma perspectiva valiosa que complementa os modelos tradicionais europeus e norte-americanos. Entre os procedimentos abordados pela autora, alguns se destacam:

- **Transposição:** Esta técnica envolve mudar a classe gramatical de uma palavra sem alterar o significado do texto. É uma ferramenta útil em idiomas que apresentam estruturas gramaticais diferentes.
- **Modulação:** Modificação na forma de expressar uma ideia, adaptando-a de forma que se encaixe melhor na estrutura linguística e cultural da língua-alvo. Isso pode envolver uma mudança de perspectiva ou de categoria gramatical.

- **Equivalência:** Busca de termos ou expressões equivalentes que transmitam o mesmo efeito ou sentido na língua-alvo, mas que não sejam traduções literais.
- **Adaptação:** Ajuste cultural profundo de elementos específicos do texto, de modo que se adeque melhor ao contexto sociocultural e às expectativas dos (as) leitores (as) da língua-alvo. Isso pode envolver mudanças significativas no conteúdo ou na forma.
- **Explicitação:** Técnica que envolve tornar explícito na tradução o que está implícito no texto-fonte, ajudando assim a garantir a clareza e a compreensão no texto traduzido.
- **Explicação:** Usada quando há a necessidade de eliminar os estrangeirismos do texto-alvo para facilitar a compreensão, de modo a substituí-los pela explicação do (a) tradutor (a).
- **Compensação:** Usada para ajustar a perda de sentido ou de efeito em uma parte do texto, compensando em outra parte.
- **Omissão:** Consiste em deixar de traduzir certos elementos do texto-fonte que podem ser considerados redundantes ou irrelevantes para os (as) leitores (as) da língua-alvo. É particularmente útil em contextos em que a preservação da fluidez e da naturalidade do texto traduzido é mais importante do que a aderência estrita a cada elemento do texto-fonte.

A teórica também destaca que os (as) tradutores (as) empreguem uma variedade de técnicas conforme necessário para manter a integridade do conteúdo e da forma do texto-fonte, ajustando-o às expectativas e normas da cultura de destino.

3.7 A FIGURA DO TRADUTOR

O (A) tradutor(a) exerce uma função crucial na comunicação internacional, atuando como ponte entre diferentes línguas e culturas. A capacidade de lidar com nuances linguísticas e contextos culturais, que são qualidades de um (a) tradutor (a), é vital para garantir que a tradução seja eficaz e que o conhecimento e as informações sejam transmitidos de forma clara amplamente.

A tradução se configura como um ato de comunicação, conforme discutido anteriormente. Silvânia Margarida (2011) ressalta que nesse processo, o(a) autor(a) do texto original, o(a) leitor(a) do texto original, o(a) tradutor(a) como criador(a) do

texto na língua-alvo e o(a) leitor(a) da língua-alvo interagem dinamicamente. Marcelo Greuel (1997) enfatiza que, na função de autor(a) da língua-alvo, o(a) tradutor(a) tem um papel fundamental na adaptação e transmissão da mensagem para o novo público, conforme exposto abaixo:

[...] passa a ser autor, porque uma característica essencial de ser autor é ser primeiro leitor da obra. O texto original muda, pois, mediante a tradução, o seu estatuto. Passa, por vezes, até a substituir o original, como p.e., na tradução de *O mundo de Sofia [sic.]*, a partir da tradução alemã *Sophies Welt*. O tradutor é, portanto, o autor de uma nova forma, e como a forma dá o acesso ao conteúdo, autor de uma forma específica de abordagens do conteúdo expresso no original. (Greuel, 1997, p.35)

Dessa maneira, observa-se que a tradução é um ato de comunicação que carrega em si não só palavras, mas ideologias, culturas, relações sociais, políticas e hierárquicas. Diante disso, a pesquisadora espanhola Olga Castro (2013) argumenta que existe uma relação direta entre poder, ideologia e tradução, especialmente a partir de uma perspectiva de gênero. Para a autora, a tradução não é um processo neutro, mas sim uma prática carregada de poder e ideologia (Castro, 2013, p.5).

De acordo com a autora, a linguagem atua como um meio político de mediação e comunicação, tendo o potencial de preservar ou desafiar as estruturas de poder dentro de contextos sociais e culturais (Castro, 2013, p.5). Dessa forma, o(a) tradutor(a) desempenha um papel crucial ao determinar como um texto será compreendido em uma nova língua e cultura, tendo a capacidade de reforçar ou desafiar normas e valores estabelecidos.

3.8 RECURSOS

A versão em inglês de *GM-SVPA* foi elaborada com auxílio de diversas plataformas. Primeiramente, o texto-fonte foi adicionado na plataforma de tradução *Smartcat*, com auxílio de computador. Por meio desse recurso, foi desenvolvido um levantamento terminológico a respeito dos termos técnicos da lei, bem como de termos relacionados. Os termos coletados durante a tradução para a formação de uma memória do processo tradutório do manual podem ser observados no Anexo A, que consiste em um glossário em quadros com os termos encontrados.

Outro recurso que foi de grande ajuda para o trabalho foi a plataforma *Antconc*, a qual possibilita a criação de um corpus personalizado, com uma seleção de textos da área estudada. A seleção de textos em português foi de extrema importância para fundamentar as escolhas tradutórias apresentadas nos próximos capítulos. Alguns desses textos foram “Ação contra a Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada” da Divisão de Proteção Internacional da ACNUR; “Desmobilização, desarmamento e reintegração” de João Gomes Porto, pesquisador brasileiro, publicado na revista científica *Janus de Relações Internacionais*; “Diretrizes das Nações Unidas para uma mediação eficaz”, texto da ONU traduzido, resultado de um projeto da Unidade do Sul Global para Mediação com BRICS Policy Center; “Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito” de Paul van Zyl, professor da Universidade de Direito de Nova Iorque e vice-presidente do Centro Internacional de Justiça de Transição, publicado no site da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

É necessário pontuar que a disponibilidade de textos referentes à temática do manual em questão, a violência sexual relacionada a conflitos, é escassa, o que tornou a procura por termos correspondentes na língua-alvo igualmente difícil. Devido a fatores como a especificidade, complexidade, sensibilidade do tema e a falta de a prioridade política necessária em relação à temática, os textos sobre a temática são poucos, o que dificultou o trabalho tradutório. Diante disso, foram utilizados outros recursos para amenizar tal escassez, como o uso dos procedimentos tradutórios de Barbosa (1990).

Outros recursos utilizados foram os dicionários online de língua inglesa (como *Cambridge Dictionary* e *The Free Dictionary*), e de língua portuguesa (como Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Michaelis), além dos sites institucionais oficiais, como o site da ONU, da ACNUR e do Ministério das Relações Exteriores. O uso dessas plataformas e recursos foi essencial para que fosse feita uma tradução que priorizasse a qualidade e fluência para o público-alvo.

CAPÍTULO 4

Neste capítulo, realiza-se a análise textual do manual *GM-SVPA*. A análise baseia-se nos conceitos da análise funcionalista da tradução discutidos anteriormente e na análise textual proposta por Nord (2016). Essas abordagens orientaram diversas decisões tradutórias, que são detalhadas e comentadas neste capítulo juntamente com a análise textual do texto-fonte. As discussões foram fundamentais para alcançar os objetivos deste trabalho: aumentar a conscientização sobre a violência sexual em contextos de conflito; promover um entendimento mais profundo sobre o tema e disponibilizar o manual em português para os organismos e destinatários pertinentes.

4.1 ASPECTOS DA OBRA NUMA ABORDAGEM TRADUTÓRIA FUNCIONALISTA

A análise textual proposta neste trabalho abrange uma compreensão completa do conteúdo, estrutura, estilo e intenção comunicativa do texto-fonte. Isso requer considerar não apenas os aspectos do texto-fonte (fatores intratextuais), mas também os aspectos pragmáticos, culturais e contextuais. Estes últimos elementos são elementos externos ao texto (fatores extratextuais) que também podem influenciar as decisões de tradução.

Neste trabalho, a tradução é guiada pela teoria funcionalista proposta por Christiane Nord, que serve como a estrutura teórica e metodológica adotada. Diferentemente das abordagens tradicionais que se concentram na equivalência lexical ou gramatical entre as línguas de origem e destino, a abordagem funcionalista foca na função comunicativa do texto-alvo. De acordo com a teoria funcionalista de Nord e outros estudiosos, a ênfase recai sobre a função pretendida ou exigida do texto traduzido (*skopos* do texto-alvo).

Ao analisar o texto em questão e responder às questões propostas por Nord, mencionadas na seção 3.2, com base no modelo de análise textual e teoria formulados por Nord (2016) e no Projeto de Tradução elaborado por Lima (2021), apresenta-se abaixo o quadro de análise diagnóstica da primeira tradução de *GM-SVPA*:

Quadro 5 - Análise diagnóstica da primeira tradução

	Perfil do texto-fonte (TF)	Perfil do texto-alvo (TA)
Fatores extratextuais		
Emissor	Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas	1- Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas. 2- Tradutora
Intenção	1. Divulgar orientações para ajudar o (a) mediador (a) e sua equipe na abordagem da violência sexual relacionada a conflitos 2. Fornecer estratégias para incluir a questão da violência sexual nos acordos de cessar-fogo e de segurança e na elaboração de disposições para justiça e reparações pós-conflito.	1. Divulgar orientações para ajudar o (a) mediador (a) brasileiro (a) e sua equipe na abordagem da violência sexual relacionada a conflitos 2. Fornecer estratégias para incluir a questão da violência sexual nos acordos de cessar-fogo e de segurança e na elaboração de disposições para justiça e reparações pós-conflito.
Público	Os (As) mediadores (as) e sua equipe que leem textos em inglês.	Os (As) mediadores (as) e sua equipe que leem textos em português brasileiro
Meio	Escrito – Site da ONU	Escrito- Site em português da ONU
Lugar	Estados Unidos	Brasil
Tempo	2012	2024
Motivo	Para combater e mitigar os efeitos da violência sexual em conflitos e promover uma maior atenção às questões de gênero, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 2007, o Plano Global de Ação para Combater a Violência Sexual Relacionada a Conflitos. Dentro desse Plano, em 2012, o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da	No contexto brasileiro, a falta de informações sobre como lidar com a violência sexual em conflitos e mitigar seus danos contribui para a utilização da tradução como ferramenta no acesso de orientações sobre como abordar a violência sexual nos acordos de cessar-fogo e de paz nos contextos de conflitos.

	Paz das Nações Unidas (DPPA) desenvolveu diretrizes – formalmente conhecidas como Manual de Orientações para os (as) mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual relacionada em conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz.	
Função	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre orientações práticas e educativas para mediadores (as) e suas equipes; - Instruir sobre como lidar com a violência sexual em conflitos - Servir como material didático para capacitar os profissionais da mediação e os mediadores (as) com conhecimentos práticos - Função informativa, instrucional e didática. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre orientações práticas e educativas para mediadores (as) e suas equipes; - Instruir sobre como lidar com a violência sexual em conflitos - Servir como material didático para capacitar os profissionais da mediação e os mediadores (as) com conhecimentos práticos - Função informativa, instrucional e didática.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Lima (2021), Nord (2016), Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

	Perfil do texto-fonte (TF)	Perfil do texto-alvo (TA)
Fatores intratextuais		
Assunto	Como abordar a violência sexual relacionada a conflitos nos acordos de paz e cessar-fogo?	Como abordar a violência sexual relacionada a conflitos nos acordos de paz e cessar-fogo?
Conteúdo	Princípios e orientações	Princípios e orientações
Pressuposições	Receptores (as), enviados da ONU ou governos, sociedade civil, organizações regionais e não governamentais, trabalham	Receptores (as), enviados da ONU que tem o português brasileiro como língua materna ou governos, sociedade civil,

	na mediação de conflitos e possuem habilidade linguística necessária para entender o manual, porém não estão familiarizados com as novas diretrizes da ONU para ajudá-los a abordar a violência sexual em conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz.	organizações regionais e não governamentais brasileiras que não possuem habilidade linguística necessária para entender o manual e não estão familiarizados com as novas diretrizes da ONU para ajudá-los a abordar a violência sexual em conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz.
Estruturação	<ul style="list-style-type: none"> - Guia online com estrutura conforme regras do <i>United Nations Editorial Manual Online</i>; - Texto dividido em quatro parte, com títulos e subtítulos nas seções; - Presença de notas de roda pé referenciando fontes externas de consultas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Guia online com estrutura conforme regras do <i>United Nations Editorial Manual Online</i>; - Texto dividido em quatro parte, com títulos e subtítulos nas seções; - Presença de notas de roda pé referenciando fontes externas de consultas.
Elementos não verbais	Emblema das Nações Unidas	Por se tratar de uma tradução não-oficial, recomenda-se não usar o Emblema das Nações Unidas.
Léxico	<ul style="list-style-type: none"> - Conforme <i>United Nations Editorial Manual Online</i> – Linguagem clara, precisa e lógica; - Presença de termos técnicos da área jurídica, das relações internacionais e da organização internacional produtora e emissora (ONU). 	<ul style="list-style-type: none"> - Adoção de alguns princípios da <i>United Nations Editorial Manual Online</i>, com modificações e adequações ao português brasileiro. - Presença de termos técnicos da área jurídica, das relações internacionais e da organização internacional produtora e emissora (ONU).
Sintaxe	Ordem direta	Ordem direta
Características suprasegmentais	Componentes em caixa alta, em negrito e em itálico.	Componentes em caixa alta, em negrito e em itálico.

Efeito comunicativo		
Efeito	Efeito orientativo e informativo – Informa orientações para que os (as) mediadores (as) abordem a violência sexual em conflitos nos acordos de paz e cessar-fogo.	Efeito orientativo e informativo – Informa orientações para que os (as) mediadores (as) brasileiros abordem a violência sexual em conflitos nos acordos de paz e cessar-fogo.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Lima (2021), Nord (2016), Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Este quadro de análise diagnóstica fornece uma visão abrangente dos aspectos intratextuais e extratextuais que são considerados na tradução. A partir do conhecimento desses elementos, o (a) tradutor (a) pode trabalhar a partir da análise, conhecendo melhor o público-alvo.

Nesse modelo de análise textual voltado à tradução, destaca-se a importância de uma abordagem funcionalista de Nord que observa o princípio de funcionalidade do texto-alvo e a lealdade do (a) tradutor (a) para com as relações éticas existentes na translação.

Nos próximos tópicos, a análise dos fatores extratextuais e intratextuais de *GM-SVPA* será realizada, assim como serão apresentados trechos da tradução a fim de explicar algumas escolhas tradutórias.

4.2 FATORES EXTRATEXTUAIS

Compreender os fatores extratextuais permite ao (à) tradutor (a) fazer escolhas informadas em relação à preservação ou adaptação de elementos da situação do texto-fonte no ato translativo. Isso é especialmente importante em traduções de textos técnicos e especializados, como em *GM-SVPA*, em que a precisão dos termos e a clareza das orientações são essenciais para garantir que as instruções e informações presentes no manual sejam corretamente compreendidas e aplicadas pelo seu público-alvo.

4.2.1 Emissor

Nord, em sua abordagem funcionalista da tradução, destaca a importância do (a) emissor (a) no processo de tradução. Do ponto de vista do (a) emissor (a), há uma função e um efeito que se pretende com a produção de um texto. Para Nord (2016, p.40), a intenção do (a) emissor (a) é o que determina as estratégias de produção textual (como a escolha do assunto e a escolha de recursos estilísticos) e que exerce uma forte influência na função do texto.

Conforme discutido anteriormente, a relação entre emissor (a) e tradutor (a) não é estática; ao contrário, cada tradutor (a) leva suas próprias experiências e entendimentos de outros textos para o processo de tradução. Essas vivências e conhecimentos influenciam como o (a) tradutor (a) interpreta e recria o texto-fonte, moldando a forma como a mensagem é recebida pelo público-alvo na tradução final.

Nesse sentido, o (a) emissor (a) do texto não é apenas a entidade que concebe e produz o conteúdo original, mas também é também o (a) próprio (a) tradutor (a) do texto. O (A) tradutor (a), ao realizar a tradução, atua como um (a) mediador (a) entre a intenção comunicativa do texto-fonte e a situação comunicativa do novo público-alvo, sendo influenciado nesse processo por suas próprias experiências, conhecimentos e interações com outros textos.

No caso específico da tradução do manual *GM-SVPA*, tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a tradutora desempenham o papel de emissores. A ONU concebe e produz o texto-fonte, enquanto o (a) tradutor (a), ao adaptar o manual para um novo idioma e contexto cultural, influencia como a mensagem é recebida e interpretada pelos (as) mediadores (as) brasileiros (as). Isso destaca a complexidade da tradução, onde a interação entre emissor (a), tradutor (a) e público-alvo é crucial para a eficácia da comunicação e para respeito à intenção do texto-fonte.

4.2.2 Intenção

Assim como discutido anteriormente, Nord enfatiza que a intenção do emissor é crucial na tradução, pois define o propósito comunicativo do texto-fonte. A intenção pode incluir objetivos como informar (intenção referencial) e persuadir (intenção apelativa). Compreender a intenção do (a) emissor (a) permite ao (à) tradutor (a) determinar a estruturação do texto fonte no que se refere ao conteúdo (como por exemplo, assunto) e à forma (por exemplo, o uso de elementos não verbais).

GM-SVPA é um material de capacitação dos (as) mediadores (as), constituído de orientações para a abordagem da violência sexual em conflitos durante a mediação dos acordos de paz e cessar-fogo. O público-alvo inclui todos (as) mediadores (as) e suas equipes.

A intenção do documento, como observado no trecho do quadro abaixo, é, principalmente, fornecer orientação prática aos (às) mediadores (as) para integrar a questão da violência sexual relacionada a conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz, como se observa no trecho do quadro a seguir. O objetivo principal é assegurar que a violência sexual, frequentemente usada como tática de guerra, seja adequadamente abordada e prevenida durante os processos de mediação e nas fases posteriores à assinatura dos acordos.

Quadro 6 - Exemplificação da intenção do texto-fonte e do texto-alvo

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>This guidance offers advice to aid the mediator and his/her team in addressing a frequently used method and tactic of warfare: conflict-related sexual violence. It provides strategies for including this security and peacebuilding concern within ceasefire and security arrangements and in framing provisions for post-conflict justice and reparations.</i></p>	<p>Este manual oferece orientação para auxiliar o (a) mediador (a) e sua equipe a abordar um método e uma tática de guerra frequentemente utilizados: a violência sexual relacionada a conflitos. Ele fornece estratégias para incluir essa preocupação de segurança e de consolidação da paz nos arranjos de cessar-fogo e segurança, bem como elaborar disposições relativas à justiça e reparações pós-conflito.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Ao incluir disposições específicas sobre a prevenção e resposta à violência sexual, o documento visa proteger os direitos das vítimas, promover a responsabilização dos perpetradores e contribuir para uma paz sustentável e inclusiva.

4.2.3 Público

Nord discute a importância de considerar o público-alvo durante o processo de tradução. Ela enfatiza que o texto traduzido deve ser funcional na cultura-alvo, de maneira

que na tradução seja considerada as expectativas das pessoas e as características culturais do público que irá recebê-lo.

Portanto, sugere-se que o (a) tradutor (a) faça escolhas linguísticas, estilísticas e contextuais que garantam a compreensão e a eficácia da mensagem no novo contexto cultural. Dessa forma, refletir sobre o público-alvo não apenas facilita a comunicação eficaz, mas também promove a aceitação e a recepção adequada do texto traduzido, tornando-o relevante e acessível para o público pretendido.

O próprio título do manual *GM-SVPA* (2012) se direciona ao público de destino – os (as) mediadores (as), possivelmente falantes de inglês devido ao fato de que foi disponibilizado em língua inglesa. No caso da tradução do manual para o português, o público-alvo seria os (as) mediadores (as) brasileiros (as) ou falantes de língua portuguesa.

Idealmente, o público-alvo do manual seria voltado apenas para os (as) mediadores (as) e sua equipe, um público receptor familiarizado com o tema “mediação”. Entretanto, há também os (as) receptores (as) eventuais, uma vez que o manual pode ter um alcance maior. Por exemplo, outras pessoas que trabalham na mediação de conflitos, incluindo governos, organizações regionais e não governamentais, as partes em conflito, a sociedade civil e outras partes interessadas podem ser receptores (as) eventuais do texto.

4.2.4 Meio

Todo texto é transmitido por um canal ou meio adequado e terá a função de cumprir um propósito comunicativo pretendido ou exigido. O meio ou canal influencia a escolha das estratégias de tradução, pois determina como o texto será apresentado e consumido.

GM-SVPA, como abordado anteriormente, caracteriza-se por ser um manual, o que exige uma linguagem acessível, direta e objetiva. Isso permite que os (as) leitores (as) compreendam facilmente as informações e instruções apresentadas no texto. Além disso, como se trata de um texto escrito, espera-se uma linguagem mais clara, detalhada e formal em comparação com a linguagem oral, uma vez que o texto passa por revisão e edição prévia. Essa clareza e formalidade contribuem para a credibilidade e autoridade do conteúdo apresentado.

Adicionalmente, o manual é disponibilizado online, através do *website* da ONU¹⁶, o que amplia seu alcance e facilita o acesso por mediadores (as) ao redor do mundo. Essa disponibilidade garante que as orientações possam ser consultadas rapidamente e aplicadas em diversos contextos de mediação e resolução de conflitos.

Ao escolher produzir um manual para divulgar orientações sobre a abordagem da violência sexual em conflitos nos processos de paz e cessar-fogo, a ONU demonstra a intenção de oferecer um documento objetivo e prático à comunidade internacional, especialmente aos (às) mediadores (as) e suas equipes. Essa decisão reflete o desejo de disponibilizar informações claras e úteis, sem inserir subjetividade, destacando o caráter objetivo e informativo do material.

4.2.5 Lugar e tempo

Para Nord, o tempo, ou período histórico em que o texto foi escrito, influencia a linguagem e as referências culturais, enquanto o lugar reflete a cultura e as tradições da origem do texto. Compreender esses aspectos ajuda o (a) tradutor (a) a captar nuances e significados específicos, garantindo que a tradução respeite e transmita os elementos contextuais temporais e locais de maneira eficaz no novo contexto cultural e temporal.

GM-SVPA foi produzido pelo Departamento de Assuntos Políticos da ONU, atual DPPA, com sede na sede da ONU em Nova York. Originalmente redigido em inglês, o texto se beneficia do status dessa língua como a principal língua franca global. Sabe-se que o inglês é amplamente reconhecido e utilizado em comunicações internacionais, sendo utilizado para estabelecer normas, padrões e procedimentos internacionais.

É evidente, portanto, que o manual traduzido neste trabalho tem como objetivo alcançar um amplo público internacional. Como mencionado em seções anteriormente, o manual é desenvolvido para os (as) mediadores (as) que trabalham com mediação na ONU, sendo potencialmente acessível para a comunidade internacional em geral.

¹⁶ Disponível em <<https://dppa.un.org/en/guidance-mediators-addressing-conflict-related-sexual-violence-ceasefire-and-peace-agreements>>

Ao considerar as funções do departamento responsável, DPA, atual DPPA, que consiste em monitorar, avaliar os desenvolvimentos políticos globais, aconselhar e auxiliar o Secretário-Geral da ONU e seus enviados na prevenção e resolução pacífica de conflitos em todo o mundo, fica evidente que o objetivo do departamento e, portanto, da instituição que ele se insere, é ter um alcance global.

Consequentemente, a pretensão do próprio conteúdo do texto também é um alcance global, já que busca divulgar orientações aplicáveis em diversas regiões do mundo que enfrentam conflitos armados. Refletir sobre a universalidade de *GM-SVPA*, texto traduzido, levanta a questão fundamental sobre o paradigma que motivou a criação desse manual e, mais importante, sua concretização.

Desde 2008, o Conselho de Segurança tem reconhecido a violência sexual como uma ameaça à segurança e um obstáculo à paz (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2012, p.2), questões primordiais para a organização, uma vez que a paz é a principal missão das Organizações Unidas. O preâmbulo da Carta das Nações Unidas oferece uma visão sobre a missão e os objetivos da ONU, delineando seu compromisso em promover a paz e a segurança internacionais, bem como os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, como especificado abaixo:

“NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla” (Nações Unidas, 2022, p.3).

O manual em questão apresenta diretrizes para incorporar a questão da violência sexual na definição do cessar-fogo e na sua monitorização, além de inserir tal questão nos acordos de paz, a fim de que se garanta dois direitos essenciais, que são mencionados acima, os “direitos fundamentais do homem” e a “dignidade e o valor do ser humano”. Para assegurar esses princípios fundamentais, o manual insta os (as) mediadores (as) a envolver as partes na discussão da questão e a buscar

compromissos firmes para cessar todos os atos de violência sexual relacionados com conflitos.

Margot Wallström, ex-Representante Especial do Secretário-Geral para a Violência Sexual em Conflitos, enfatizou em uma conferência de imprensa em 2012 a importância das orientações presentes no manual. Ela observou que o manual “repensa criticamente a forma como concebemos e implementamos acordos de cessar-fogo e de paz. Fornece formas de elaborar acordos que vão além de simplesmente silenciar armas – mas parar táticas de terror, como a violação” (ONU News, 2012, *tradução nossa*).¹⁷

O texto foi publicado em janeiro de 2012, dois anos após a aprovação da Resolução 1960 pelo Conselho de Segurança da ONU, que destacou a importância de se adotar medidas apropriadas para lidar com a violência sexual em conflitos armados. Em resposta a essa resolução, a equipe de gênero, então parte da Unidade de Apoio à Mediação na Divisão de Política e Mediação do Departamento de Assuntos Políticos (DPA), emitiu orientações para mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual em acordos de cessar-fogo e paz.

Com um objetivo de ser global e aplicável aos conflitos em geral, a universalidade da linguagem e a ausência de referências a locais específicos no manual refletem a natureza global do documento e a autoridade das Nações Unidas em lidar com questões de conflito e paz em uma escala internacional. Essas características demonstram o compromisso da ONU em promover diretrizes que sejam aplicáveis em diferentes contextos ao redor do mundo, sem restrições geográficas ou culturais que poderiam limitar sua utilidade. Essa abordagem ampla e inclusiva contribui para a relevância e eficácia do manual em alcançar seu objetivo de abordar a violência sexual em situações de conflito e paz em escala global.

GM-SVPA, especialmente, direciona-se para as zonas de conflito, onde a violência sexual é frequentemente usada como arma de guerra. Temporalmente, o documento, produzido em 2012, aborda todas as fases do ciclo de conflito – antes, durante e após os conflitos, orientando sobre a prevenção da violência sexual antes e durante os conflitos, além de guiar sobre como lidar com suas consequências no pós-

¹⁷ No original: “It critically rethinks how we conceive and implement ceasefire and peace agreements. It provides ways of framing agreements that go beyond simply silencing guns – but stopping tactics of terror, such as rape” (ONU News, 2012)

conflito. Desse modo, o texto enfatiza uma abordagem abrangente ao longo do ciclo completo do conflito, enfatizando uma abordagem que cobre todo o ciclo de conflito.

4.2.6 Motivo

Compreender o motivo de um texto esclarece a intenção comunicativa do (a) autor (a). O motivo, ou a razão pela qual o texto foi escrito, orienta o (a) tradutor (a) na escolha das estratégias adequadas de acordo com o *skopos* da tradução, de modo a não agir contrariamente à intenção do (a) emissor (a).

GM-SVPA é um dos produtos do Plano Global de Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflitos (*UN Action*)¹⁸. Os principais motivos da produção deste manual é o combate e a mitigação dos efeitos da violência sexual em conflitos e a promoção de uma maior atenção às questões de gênero.

Conforme discutido anteriormente, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 2007, o Plano Global de Ação para Combater a Violência Sexual Relacionada a Conflitos. Dentro desse Plano, em 2012, o Departamento de Assuntos Políticos (DPA), atual Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas (DPPA), desenvolveu o manual em questão para orientar os mediadores (as) da ONU sobre a abordagem da violência sexual em conflitos. O objetivo é fornecer-lhes conhecimento para que possam advogar por acordos na mesa de paz que contribuam para deter o problema e prevenir sua recorrência.

A ONU define “violência sexual relacionada ao conflito” como abrangendo práticas como estupro, escravidão sexual ou indução à prostituição, gravidez e aborto forçados, esterilização, casamento e qualquer outra forma de violência sexual similar (ONU News, 2021). O tráfico humano para fins de violência ou exploração sexual nessas situações também fazem parte de tal termo.

O manual inicia reconhecendo a prevalência e a gravidade da violência sexual em conflitos armados, enfatizando que essa prática constitui uma grave violação dos direitos humanos e exacerba as tensões em situações de conflito. Além disso, destaca que, embora as mulheres e meninas são frequentemente alvos primários, homens e

¹⁸ Ver mais em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ação-contra-a-violência-sexual-e-de-gênero_ACNUR-2011.pdf>

meninos são igualmente afetados (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3)

Nas páginas iniciais, a motivação da produção do manual é explicitamente revelada:

Ao tentar mediar acordos duradouros e abrangentes, o (a) mediador (a) e sua equipe enfrentam demandas significativas para incluir uma série de elementos. Este manual oferece orientação para auxiliar o (a) mediador (a) e sua equipe a abordar um método e uma tática frequentemente utilizados na guerra: a violência sexual relacionada ao conflito. Ele fornece estratégias para incluir essa preocupação de segurança e de consolidação da paz nos acordos de cessar-fogo e segurança, bem como elaborar disposições relativas à justiça e reparações pós-conflito. Este manual surgiu a partir de um Colóquio de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Violência Sexual Relacionada ao Conflito e de uma estreita consulta com os (as) mediadores (as) eminentes, equipe de apoio à mediação e especialistas no assunto (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3, *tradução nossa*).

Em relação a motivação do texto-alvo, primeiramente, é necessário ressaltar o contexto em que o Brasil se insere dentro da temática da violência sexual relacionada a conflitos. Observa-se que o Brasil está amplamente envolvido externamente no contexto das operações para a paz e missões políticas, devido à sua longa história de participação em operações de paz da ONU.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2021), o país possui um sólido histórico de contribuições para as operações de paz e missões políticas especiais da ONU. Nos últimos 70 anos, participou em mais de 50 missões de manutenção da paz, com mais de 55 mil militares e policiais (Ministério das Relações Exteriores, 2021). Liderou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) durante treze anos ininterruptos, bem como a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) durante quase dez anos (Ministério das Relações Exteriores, 2021).

A participação externa do Brasil em operações de paz contrasta com a situação interna do país, onde a violência sexual pode se manifestar em contextos de conflitos internos, em disputas por território, nas tensões sociais e políticas internas. Embora não ocorra da mesma forma que nos cenários de guerra tradicionais, no território brasileiro nacional, a violência sexual pode ser utilizada como uma forma de intimidar comunidades e de controle territorial (Department of Political and Peacebuilding Affairs

2012, p.4), como nos conflitos agrários e nas tensões em terras indígenas em todo o território nacional.

A importância de abordar essa forma de violência no Brasil se evidencia em vários aspectos críticos, como o impacto social direto em populações mais vulneráveis e a perda de confiança nas instituições. Esses aspectos têm um impacto significativo na sociedade e no desenvolvimento do país. Portanto, atribuir uma maior atenção a essa questão é essencial nos processos de resolução de conflitos e construção de paz, contribuindo para a estabilização de comunidades e o restabelecimento da confiança nas instituições, tanto em nível internacional quanto nacional.

Ao analisar todo esse contexto social doméstico e internacional no qual o Brasil está inserido, e considerando que é a iniciador (a) responsável por definir o motivo pelo qual o texto está sendo traduzido, que neste trabalho se refere à figura da tradutora, a tradutora reconheceu que a motivação para a construção de um texto-alvo foi a necessidade de utilizar a tradução como ferramenta importante no acesso de orientações que auxiliam na abordagem da violência sexual nos acordos de cessar-fogo e de paz nos contextos de conflitos, uma vez que há a falta de informações sobre como lidar com esse tipo de violência nos acordos de paz e cessar-fogo durante e após os conflitos.

Desse modo, utiliza-se a tradução como ferramenta de divulgação de informações para ajudar na garantia dos direitos prejudicados das vítimas de violência sexual nos conflitos e na mitigação dos seus danos no contexto brasileiro, uma vez que esse tipo de violência representa uma ameaça à vida digna de cada indivíduo, bem como à paz e à segurança coletiva da humanidade.

Ao capacitar pessoas qualificadas, como os (as) mediadores (as), para abordar a violência sexual baseada em gênero em decisões importantes durante os conflitos, como a assinatura de um acordo de paz ou de cessar-fogo, busca-se garantir legalmente os direitos humanos, a proteção das crianças, civis, mulheres, paz e segurança. Desse modo, essa questão não é apenas regional, mas internacional, exigindo que toda a comunidade internacional trabalhe para prevenir e combater essa tática de guerra.

4.2.7 Função

Nord aborda a função do texto como um elemento central na tradução. O (A) tradutor (a) é incentivado a comparar as funções do texto-fonte e do texto-alvo através do modelo de análise textual proposto por Nord e identificar informações tradutórias que informam ao (à) tradutor (a) quais elementos podem ser preservados ou adaptados de acordo com a função pretendida ou exigida da tradução, de forma que a mensagem seja clara e eficaz no novo contexto cultural e linguístico. Essa abordagem não apenas garante a transferência de conteúdo, mas também respeita a intenção original do texto e assegura a funcionalidade da tradução realizada.

No contexto específico de *GM-SVPA*, o manual possui três funções: informativa, instrucional e didática. Além de divulgar orientações práticas e educativas para mediadores (as) e suas equipes, o manual visa instruir sobre como lidar com a violência sexual em conflitos e serve como material didático para capacitar os profissionais da mediação.

O manual tem função didática de oferecer instruções claras e diretas para mediadores (as) sobre como lidar com a violência sexual em situações de conflito armado, detalhando procedimentos específicos e medidas de proteção para as vítimas. Além de capacitar mediadores (as) com conhecimentos práticos, o manual também visa aumentar a conscientização sobre a gravidade e as implicações da violência sexual.

Baseado em padrões internacionais, ele assegura que as práticas recomendadas estejam alinhadas com os padrões globalmente aceitos na mediação de conflitos. Em suma, a função didática do manual é educar mediadores (as), preparando-os (as) para agir de forma eficaz e sensível na promoção da paz e segurança em contextos de conflito armado, especificamente no enfrentamento da violência sexual.

Por ser um manual elaborado pela ONU, organização internacional, sobre um tema global como a violência sexual em conflitos, seu público-alvo é a comunidade global de mediadores (as). O alcance do texto é amplo, com o objetivo de disseminar diretrizes cruciais.

As funções informativa, didática e orientativa da versão em português do *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements* refletem uma certa liberdade tradutória na resolução de questões que podem dificultar a compreensão do texto, uma vez que o público-alvo do novo

texto são os (as) mediadores (as) brasileiros (as) e a cultura-alvo (brasileira) possui particularidades diferentes da cultura de origem (inglesa).

Diante da função didática e orientativa, os (as) leitores (as) da tradução devem compreender sem interferências as orientações presentes no manual em português para que sejam aplicadas de forma eficaz, assim como ocorre com os (as) leitores (as) do texto-fonte. Desse modo, algumas adaptações foram feitas pela tradutora, como explicações, conforme exemplificado abaixo, com base nas pressuposições que a tradutora fez sobre o público e a cultura do texto-fonte, visando um maior alcance do texto-alvo.

Quadro 7 - Tradução do termo “humanitarian liaison”

Texto-fonte	Texto-alvo
12 <i>The mediation team could enlist the support of a <u>humanitarian liaison</u> in order to gather knowledge needed from the local level.</i>	12 A equipe de mediação poderia solicitar o apoio de um <u>Oficial de Ligação para ajuda humanitária</u> para obter o conhecimento necessário a nível local.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O termo "Humanitarian Liaison Officer" (HLO, em inglês), encontrado em textos de língua inglesa que perpassam a área humanitária, refere-se a um cargo que integra o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, em inglês). Conforme descrito pelo site UNDP Careers, um "humanitarian liaison" é uma pessoa ou ocupação encarregada de facilitar a comunicação e a coordenação entre diferentes grupos ou organizações envolvidas em operações humanitárias.¹⁹ Esse papel desempenha uma função crucial em situações de conflito ou após desastres, onde múltiplas entidades, incluindo ONGs, agências governamentais e internacionais, colaboram para fornecer assistência e apoio às populações afetadas.

O termo em português com sentido mais próximo do sentido original de “liaison officer” e que também é utilizado na área de assistência humanitária é o termo “Oficial de Ligação”. Tal tradução pode-se ser encontrada no Military Dictionary (1941), dicionário técnico produzido pelo United States Department of War.

¹⁹ Liaison Specialist (Humanitarian) - Development Project Funded Post. https://jobs.undp.org/cj_view_job.cfm?cur_job_id=15412. Acesso em 10 de mar. 2024.

Na língua portuguesa, o termo “oficial de ligação” normalmente vem acompanhado de uma especificação que identifica a qual categoria ou grupo em que o oficial pertence ou está relacionado, como por exemplo o uso dos complementos nominais “das Forças Armadas” em “Oficial de Ligação das Forças Armadas” (Ministério da Defesa, 2022) e “do Exército Brasileiro” em “Oficial de Ligação do Exército Brasileiro” (Ministério da Defesa, 2022).

Diante de tais especificações que acompanham o termo, optou-se por utilizar dois procedimentos discutidos por Barbosa (1990) na tradução do termo, a equivalência e a explicação. Utiliza-se a explicação para elucidar a finalidade em que o profissional atuará, no caso, “para a ajuda humanitária”, para que o adjetivo do inglês, “humanitarian”, não fosse perdido durante o processo tradutório. Assim, nessa escolha tradutória, considera-se que o termo se trata de um indivíduo que desempenha a função de um profissional de ligação entre entidades, organizações que atuam na área humanitária e fornecem ajuda humanitária para determinada área prejudicada, conforme observado no contexto em que o termo se insere.

Desse modo, ao traduzir o manual para o português, sugere-se que o (a) tradutor (a) assegure que as orientações e informações contidas no manual sejam compreensíveis e aplicáveis aos (às) mediadores (as) brasileiros (as). Essa tarefa envolve a adaptação de termos e referências culturais específicas, ao mesmo tempo em que se mantém a intenção original do texto, que consiste no fornecimento de diretrizes claras e úteis sobre como abordar a violência sexual em situações de conflito nos acordos de paz e de cessar-fogo.

4.3 FATORES INTRATEXTUAIS

As reflexões anteriormente analisaram a relação de *GM-SVPA* com o meio exterior e a situação comunicativa em que se insere. Embora a análise da situação em que um determinado texto foi produzido seja fundamental para o processo tradutório, a análise dos aspectos intratextuais da análise é igualmente imprescindível. A seguir será feita a análise dos fatores intratextuais com base em *GM-SVPA*.

4.3.1. Assunto

Conforme discutido anteriormente, o assunto refere-se ao tema que se é tratado no texto. No caso do manual, *GM-SVPA*, a definição do tema não requer muita análise intratextual. O próprio título do documento já explicita o tema do manual: a abordagem da violência sexual relacionada ao conflito nos acordos de paz e cessar-fogo.

A partir da análise do título, fica claro que o manual abordará uma terminologia específica relacionada aos direitos humanos e às relações internacionais, conforme mostrado na seção 2.2.1 e conforme será discutido na seção 4.2.6, centrada na questão da violência sexual relacionada ao conflito.

Dado que se trata de um crime internacional, é de se esperar que o texto contenha uma terminologia jurídica significativa. Essa terminologia deve ser preservada na tradução, uma vez que tanto o texto-fonte quanto o texto-alvo têm a mesma função: fornecer informações claras e eficazes, de forma didática, e instruir os (as) mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual relacionada ao conflito nos acordos de paz e cessar-fogo.

Além disso, o tema do manual *GM-SVPA* envolve questões políticas e ideológicas significativas. Trata-se não apenas da abordagem técnica para lidar com a violência sexual em contextos de conflito, mas também da dimensão política e ideológica subjacente a essa questão.

A violência sexual é um problema global que envolve os direitos humanos, justiça internacional e as relações internacionais. A partir da sua observância e de atualidade, surgem diversos debates das estruturas de poder, gênero e de segurança em níveis nacionais e globais. Portanto, recomenda-se que o processo tradutório de *GM-SVPA* não apenas transmita as informações de forma clara e precisa, mas também capte as nuances políticas e ideológicas que permeiam o tema do manual.

A questão ideológica presente no manual *GM-SVPA* refere-se às crenças, valores e posicionamentos políticos que moldam as abordagens para lidar com a violência sexual em contextos de conflito. Essa problemática não é apenas técnica, mas envolve considerações profundamente enraizadas em questões de direitos humanos, igualdade de gênero, justiça e responsabilidade.

A abordagem em relação ao enfrentamento da violência sexual em zonas de conflito, muitas vezes, reflete diferentes visões ideológicas sobre quais são os papéis dos (as) mediadores (as), das instituições internacionais na promoção da paz e na proteção dos direitos humanos. Por exemplo, há debates sobre a implementação de

medidas legais e punitivas para prevenir e punir crimes de violência sexual, como é discutido no manual traduzido neste trabalho.

Através da leitura do manual, percebe-se que a ONU condena esse tipo de violência e promove diretrizes através dele para capacitar mediadores (as) na prevenção e resposta à violência sexual em contextos de conflito armado. Além disso, o texto ajuda a abordar tal questão sensível e complexa durante negociações de paz, buscando promover a proteção dos direitos humanos e a segurança das populações afetadas pela violência sexual em zonas de guerra.

As questões ideológicas também abrangem percepções sobre poder, controle e dominação, especialmente em contextos em que a violência sexual é usada como tática de guerra para intimidar e desestabilizar populações civis (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.4), como também é destacado ao longo do manual.

GM-SVPA aborda uma série de questões políticas complexas e sensíveis. Entre elas estão a responsabilidade dos Estados na proteção de direitos humanos *versus* a intervenção internacional, a busca pela justiça para vítimas de violência sexual, o uso da violência como ferramenta de poder, intimidação, entre outras questões.

O manual também enfatiza a aplicação de normas internacionais de direitos humanos e direito humanitário para proteger as vítimas e responsabilizar os perpetradores. Essas questões políticas sublinham a importância do manual não apenas como um guia técnico, mas também como um instrumento para enfrentar desafios cruciais na promoção da paz e segurança em áreas afetadas por conflitos armados.

4.3.2. Conteúdo

Como abordado por Nord (2016, p. 161-162), o conteúdo de um texto engloba tudo o que é expresso e está diretamente ligado à referência do texto a objetos e fenômenos em uma realidade extralinguística. Esse elemento está restringido ao nível semântico das estruturas lexicais e gramaticais presentes em um texto.

Conforme discutido anteriormente, Nord (2016) discute a paráfrase como uma técnica essencial na tradução, especialmente dentro de sua abordagem funcionalista.

Essa técnica consiste em uma estratégia que o (a) tradutor (a) utiliza para reexpressar o conteúdo e o significado de um texto-fonte em palavras diferentes na língua-alvo.

A aplicação dessa técnica pode ser vista na tradução de dois termos presentes GM-SVPA (2012): “rank and file” e “caught on”. No texto, o termo “rank and file” é utilizado para descrever os combatentes, enquanto a expressão idiomática “caught on” é utilizada para indicar que os civis estão cada vez mais sendo colocados na linha de frente dos conflitos. Observa-se que uma tradução literal e não cuidadosa desses termos para o português não seria apropriada devido às diferenças no uso idiomático, contexto cultural e especificidade semântica entre as línguas inglesa e portuguesa.

Quadro 8- Tradução de “rank and file” e “caught on”

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>Agreements can call for education and information campaigns which can increase government transparency and public confidence²⁰ and can educate and inform combatants (<u>rank and file</u>), those associated with armed groups and the wider public of the contents, implications and expectations of the agreement, including those relating to conflict-related sexual violence</i></p>	<p>Os acordos podem solicitar campanhas de educação e informação, as quais podem aumentar a transparência do governo e a confiança pública²⁰ e podem educar e informar os combatentes (<u>soldados</u>), aqueles associados a grupos armados e o público em geral sobre os conteúdos, as implicações e as expectativas do acordo, incluindo aqueles relacionados à violência sexual relacionada ao conflito.</p>
<p><i>In today's violent conflicts, civilians are increasingly <u>caught on</u> the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians is conflict-related sexual violence. While women and girls are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against men and boys.</i></p>	<p>Nos conflitos violentos atuais, os civis estão cada vez mais <u>atingidos, presos e obrigados</u> a estarem na linha de frente. Uma das formas mais devastadoras de hostilidade extrema perpetrada contra civis é a violência sexual relacionada a conflitos. Embora as mulheres e as meninas sejam, em geral, os principais alvos, a violência sexual relacionada a conflitos também é estrategicamente praticada contra homens e meninos.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A expressão “rank and file” tem origem nas forças armadas e, de acordo com o *Cambridge Dictionary online*, refere-se aos membros comuns de uma organização,

em contraste aos seus líderes.²⁰ A tradução literal da expressão, como por exemplo “classificação e arquivo”, não seria adequada, pois não faria sentido para os (as) leitores (as) brasileiros (as) e não transmitiria o mesmo significado, isto é, designar os combatentes que pertencem à base de uma instituição hierárquica.

A expressão apositiva "rank and file" funciona como um aposto usado para especificar que os "combatants" são os membros comuns, agindo como um aposto na estrutura sintática da frase. Visando manter o sentido no português, optou-se por traduzir a expressão "rank and file" pelo substantivo “soldados”, uma vez que esse substantivo se refere, segundo a *Super Interessante* (2011), à base do Exército brasileiro²¹. A base da pirâmide são os soldados, o posto mais baixo na hierarquia militar, e depois, pela ordem, vêm os cabos sargentos, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis, coronéis, e os generais²². Desse modo, o substantivo “soldado” mantém o significado do inglês e é utilizado em contexto semelhante para descrever os membros comuns, da base de uma organização.

De acordo com os procedimentos de Barbosa (1990), o procedimento mais adequado para explicar a tradução de "rank and file" para soldados seria a equivalência. A escolha de "soldados" em português mantém uma equivalência funcional, transmitindo o mesmo papel ou função dentro do contexto militar, além de ser utilizado em contexto semelhante para descrever os membros comuns, da base de uma organização. Assim, o mesmo significado do termo original é transmitido na escolha do substantivo “soldado” na tradução e enfatiza a correspondência de função e papel dentro do contexto específico da tradução.

Outra expressão que se pode analisar é "caught on", uma expressão idiomática. A palavra “caught” é o particípio passado do verbo "catch" (pegar, apanhar). A preposição “on” é uma preposição que indica a posição ou o estado de algo. Juntas, as duas palavras formam a expressão "caught on", que significa “ser apanhado ou ficar preso em alguma situação, muitas vezes involuntariamente”.

Segundo o site *Writing Explained*, “caught on” pode significar três coisas: 1- resolver um problema ou entender algo; 2- tornar-se popular ou aceito; 3- ficar preso

²⁰ *Rank and file*. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/rank-and-file>. Acesso em: 10 de mar. 2024.

²¹ SUPER INTERESSANTE. **Qual é a hierarquia das Forças Armadas?** As Forças Armadas são divididas em Exército, Marinha e Aeronáutica. Saiba como funcionam as patentes em cada uma delas. 2011. Elaborada por Marina Motomura. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-hierarquia-das-forcas-armadas/>. Acesso em: 10 mar. 2024

²² *Ibid.*

em um objeto²³. Os dois primeiros significados não se aplicam ao contexto em que a expressão do trecho selecionado é empregada. No contexto do trecho destacado, "caught on" significa estar envolvido em algo de maneira inesperada ou indesejada ou implica que os civis estão retidos de alguma forma na linha de frente dos conflitos.

No contexto da frase original ("civilians are increasingly caught on the front line"), "caught on" indica que os civis estão sendo cada vez mais envolvidos, expostos à linha de frente dos conflitos violentos, de forma que estão literalmente sendo "colocados" nessa situação perigosa e, conseqüentemente, atingidos. Ao usar a paráfrase para tornar a tradução mais natural, mantendo o sentido original, a tradutora tem o objetivo de captar o sentido mais amplo de pessoas afetadas e impactadas diretamente pelos conflitos, especialmente civis que são colocados na linha de frente, uma vez que estão expostos, presos e obrigados a estarem lá.

Além das reflexões anteriores, é essencial destacar a conexão com outros textos subjacentes em relação ao conteúdo do texto-fonte e texto-alvo. Em *GM-SVPA* (2012), por exemplo, são feitas referências explícitas às resoluções do Conselho de Segurança. Assim, percebe-se que o conteúdo desse manual está inserido em um contexto mais amplo de documentos e ações comunicativas.

Ao compreender essas referências e sua importância no contexto das operações de paz e na abordagem da violência sexual em conflitos, o (a) tradutor (a) pode assegurar que a tradução mantenha a relação direta com o conteúdo do texto-fonte. Essa consideração é crucial para garantir a sua eficácia na orientação dos (as) mediadores (as) e equipes na resolução de conflitos.

4.3.3 Pressuposições

Segundo Nord (2016), as pressuposições referem-se às suposições implícitas ou conhecimentos prévios que são assumidos como conhecidos pelo público-alvo do texto. Essas pressuposições podem englobar crenças culturais, conhecimentos específicos sobre o tema tratado e até mesmo expectativas sobre a forma como o texto será recebido e interpretado.

Conforme mencionado anteriormente e exposto pelo teórico Fairclough, existem várias pistas formais na organização da superfície do texto que podem levar

²³ WRITING EXPLAINED. **What Does To Catch On To Something Mean?** Disponível em: <https://writingexplained.org/idiom-dictionary/catch-on-to-something>. Acesso em: 01 jun. 2024.

às pressuposições. Por exemplo, como mostrado abaixo, o título do manual traduzido, a primeira estrutura que o (a) leitor (a) tem contato, apresenta pistas formais ao (à) leitor (a) que podem levar às pressuposições.

Quadro 9 - Tradução do título do manual

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Guidance for Mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements</i>	Orientações para os(as) mediadores (as): Como Abordar a Violência Sexual Relacionada ao Conflito nos Acordos de Cessar-fogo e de Paz?

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O título do manual pressupõe a existência do fenômeno da violência sexual em conflitos, que parece ser o foco central do texto. Ademais, pressupõe-se que o texto a ser lido trata-se de um manual que oferece orientações sobre como lidar a violência sexual em diferentes etapas do processo de mediação dos conflitos e da negociação de paz e de cessar-fogo. Além disso, sugere-se que exista uma abordagem específica para tratar essa questão em tais situações e que os (as) mediadores (as) desempenham um papel crucial nesse processo, uma vez que o título do manual se dirige especificamente a eles/elas.

Portanto, o (a) emissor (a) associa todas essas palavras-chaves a um fato principal: a violência sexual relacionada ao conflito. Com essa afirmação, pode-se deduzir que o (a) receptor (a) do texto também terá a mesma percepção sobre o título. Assim, a pressuposição final que se pode pensar é que há orientações a serem seguidas para abordar uma questão de segurança e paz nos acordos de cessar-fogo e de paz por parte dos (as) mediadores (as).

O texto também assume que as normas e diretrizes das Nações Unidas são universalmente aplicáveis, devendo ser seguidas globalmente pelos (as) mediadores (as), apesar de contextualizar diretrizes teóricas específicas. As expressões em tom imperativo no texto reforçam a legitimidade e eficácia das diretrizes da ONU, sugerindo evitar traduções que possam parecer menos assertivas ou ambíguas em relação ao texto-fonte.

Diante da universalidade do manual, recomenda-se que o (a) tradutor (a) evite regionalismos ou expressões idiomáticas que possam distorcer o sentido original e

global do texto, garantindo que a tradução mantenha a universalidade das normas e diretrizes da ONU. Além disso, sugere-se as traduções mantenham o tom formal do texto, de modo a escolher frases e palavras que transmitam a mesma urgência e gravidade da situação.

Apesar de Fairclough defender que as pressuposições podem estar explícitas no texto, Nord afirma que as pressuposições não são informações verbalizadas no texto. Segundo a autora, o (a) tradutor (a) deve considerar as informações que são comuns ao receptor do texto-fonte por estar inserido na cultura fonte, mas que são desconhecidas para o (a) leitor (a) do texto-alvo e, a partir disso, decidir sobre a explicação de tais informações. Aplicada ao manual, esta concepção pode gerar dúvidas para a tradução, uma vez que surgem questionamentos sobre a explicação ou não de termos que não aparecem explicados no texto-fonte, como é o caso do exemplo a seguir:

Quadro 10 - Tradução da sigla "DDR"

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace agreements, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized zones, buffer zones and <u>DDR</u>- related assembly areas/points.</i>	A violência sexual, quando utilizada como método ou tática de guerra, deveria ser tratada como tal nas disposições pertinentes dos acordos de cessar-fogo e de paz, incluindo as que definem a retirada e estabelecem as regras e responsabilidades para as zonas desmilitarizadas, zonas-tampão e áreas/pontos de reunião relacionados à <u>desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR)</u> .

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No exemplo acima, a sigla grifada “DDR” faz parte da terminologia da área de construção da paz e gestão de conflitos das Nações Unidas. Essa sigla não está explicada em nenhum momento do corpo do texto, assim, entende-se que o texto pressupõe que (a) leitor (a) possua conhecimento prévio acerca do entendimento do significado termo. Contudo, na prática, o (a) leitor (a) eventual do texto-fonte, como a sociedade civil, pode não ter conhecimento do termo o que pode interferir na compreensão textual do manual por esse público.

De acordo com Nord, “se o TF se refere a um mundo igualmente “distante” tanto dos (as) receptores (as) do TF como TA, é menos provável que surjam problemas de

tradução a partir do contraste entre as pressuposições do TF e do TA” (Nord, 2016, p.174). Entretanto, segundo a autora, pode caber à tradução resolver problemas relacionados à compreensão textual gerados pelo texto-fonte. Ao analisar as funções do manual (informativa, didática e orientativa), percebe-se essas funções permitem uma certa liberdade por parte do (a) tradutor (a) de resolver questões que poderiam dificultar a compreensão do texto.

Diante disso, a tradutora tomou algumas liberdades tradutórias, que inclui a tradução da sigla destacada. O uso da adição e da consequente explicação da sigla DDR, procedimentos técnicos explicados por Barbosa (1990), foi feita com base nas reflexões de Nord em relação ao papel da tradução no processo de compreensão textual, além das pressuposições sobre o público do texto-alvo.

4.3.4 Estruturação do texto

A estruturação do texto refere-se à organização e à disposição das informações dentro dele. Essa organização não se limita apenas à sequência das frases e parágrafos, mas também inclui a hierarquia das informações, a coesão textual e a conexão lógica entre os elementos do texto.

O manual *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*, quando examinado de forma abrangente, apresenta uma estrutura composta por: uma capa e contracapa; uma página que discorre sobre a criação do manual; e um sumário que mostra que o manual é dividido em quatro partes.

A primeira parte do texto é intitulada “Panorama Geral”; a segunda parte, “Como Abordar a Violência Sexual Relacionada ao Conflito Durante Hostilidades em Curso e Acordos de Cessar-Fogo”; a terceira parte, “Como Abordar a Violência Sexual Relacionada ao Conflito nos Acordos de Segurança” e, por fim, “Como abordar a Violência Sexual Relacionada ao Conflito na Elaboração de Disposições Relativas à Justiça e Reparações Pós-Conflito”.

Conforme discutido por Nord, é crucial determinar se um texto é independente ou parte de uma unidade maior. O manual em questão, apesar de ser um texto completo e compreensível por si só, integra uma iniciativa mais ampla: o Plano Global de Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflitos (*UN Action*). É importante reconhecer essa inserção do texto em um contexto maior e estar ciente da presença

dessa unidade maior dentro do texto analisado, um fenômeno denominado “metacomunicação”. As declarações metacomunicativas podem aparecer na forma de citações, notas de rodapé, exemplos, títulos, entre outros.

Observa-se uma frequência significativa de notas de rodapé, citações e exemplos no texto-fonte, como evidenciado na tabela abaixo, o que confirma a interação do manual com outros textos. Tais recursos são essenciais para situar o tema em um contexto mais amplo, demonstrando sua relevância e atualidade, através de estudos, documentos, resoluções e pesquisas sobre o tema. Esses elementos metacomunicativos permitem uma exploração mais profunda dos conceitos discutidos, sem interromper o fluxo principal do texto.

Tabela 1 - Dados quantitativos em relação às referências metacomunicativas em *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*

Referências metacomunicativas	Quantidade
Citações	12
Exemplos	7
Rodapé	31

Fonte: Elaboração própria

Nas páginas iniciais do manual são feitas referências a elementos e eventos importantes, como *Colóquio Interagências de Alto Nível das Nações Unidas*, como mostrado abaixo, que resultaram na elaboração das orientações, além de mencionar o Plano Global de Ação da ONU, do qual o texto faz parte. Essa abordagem visa informar o (a) leitor (a) sobre as fontes e o contexto da criação do manual, destacando a razão da produção e como ele foi desenvolvido.

Quadro 11 - Exemplificação das entidades responsáveis pela criação do manual

Texto-fonte	Texto-alvo
-------------	------------

<p><i>Development of this guidance for mediators benefited from material generated during the United Nations Inter-Agency High-Level Colloquium “Conflict-Related Sexual Violence and Peace Negotiations: Implementing Security Council Resolution 1820” in June 2009. The Colloquium was organized by the United Nations Development Fund for Women (now part of UN Women), Department of Political Affairs, Department of Peacekeeping Operations, United Nations Development Programme, and Office for the Coordination of Humanitarian Affairs on behalf of UN Action Against Sexual Violence in Conflict and in partnership with the centre for Humanitarian Dialogue. The Department of Political Affairs is grateful for the contributions of these partners and for the financial support provided through UN Action Against Sexual Violence in Conflict.</i></p>	<p>O desenvolvimento deste manual para mediadores (as) apoiou-se no material gerado durante o Colóquio Interagências de Alto Nível das Nações Unidas* intitulado “Conflict-Related Sexual Violence and Peace Negotiations: Implementing Security Council Resolution 1820”, realizado em junho de 2009. O Colóquio foi organizado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (atualmente parte da ONU Mulheres), Departamento de Assuntos Políticos, Departamento de Operações de Manutenção da Paz, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários em prol da Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflitos e em parceria com Centro para o Diálogo Humanitário*. O Departamento de Assuntos Políticos agradece às contribuições desses parceiros e pelo apoio financeiro fornecido através da Ação das Nações Unidas contra a Violência Sexual em Conflitos.</p>
---	---

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A estrutura de um texto deve considerar tanto os aspectos semânticos quanto lógicos, garantindo que as informações sejam apresentadas de maneira clara e coerente. Além disso, a introdução e a conclusão podem desempenhar papéis específicos na definição da função do texto.

No caso do *GM-SVPA*, a organização do conteúdo segue uma sequência lógica: a primeira parte oferece uma visão geral; a segunda parte explora a violência sexual em conflitos em andamento e acordos de cessar-fogo; a terceira parte examina a violência sexual no contexto de acordos de segurança; e a quarta parte foca nas disposições sobre justiça e reparações pós-conflito, abordando a violência sexual em acordos de segurança.

Cada parte do documento é subdividida em seções marcadas por títulos e subtítulos. Esses títulos são geralmente descritivos e fornecem uma visão geral imediata do conteúdo subsequente, enquanto os subtítulos abordam tópicos específicos dentro do tema do título. Essa estrutura organizacional ajuda a organizar

o conteúdo de maneira lógica e compreensível, assegurando que o documento seja não apenas informativo, mas também prático e diretamente aplicável no campo.

Dentro de cada título e subtítulo, objetivando a clareza e a fácil referência, o documento utiliza listas numeradas e com marcadores para destacar etapas, princípios ou componentes-chave. Essa técnica de formatação contribui para a organização visual do texto, tornando mais simples a memorização e o acompanhamento de procedimentos ou diretrizes específicas.

Há seções comuns em todas as partes, como os princípios, orientações para o (a) mediador (a) relacionadas à aplicação e checklists. A escolha da estrutura não é arbitrária; a divisão das partes sugere uma progressão do contexto mais amplo para o mais específico. Começa com um panorama geral no início, e então se foca progressivamente em aspectos mais específicos, como o contexto da justiça pós-conflito e reparações na Parte IV, "Como abordar a Violência Sexual Relacionada ao Conflito na Elaboração de Disposições Relativas à Justiça e Reparções Pós-Conflito".

Além disso, o documento oferece checklists resumidos que recapitulam os pontos principais a serem considerados pelos (as) mediadores (as) e sua equipe. Essas listas funcionam como um resumo prático para revisão rápida antes de ações ou decisões serem tomadas, garantindo que nenhum aspecto crucial seja esquecido.

4.3.5 Elementos não verbais

Nord enfatiza que os elementos não verbais desempenham um papel importante na estruturação e na interpretação do texto. Eles podem fornecer contextos visuais, destacar informações importantes, guiar a leitura ou reforçar uma mensagem.

Esses elementos são componentes importantes na comunicação textual e precisam ser tratados com cuidado pelo (a) tradutor (a) para garantir uma tradução completa e eficaz que preserve não apenas o conteúdo verbal, mas também a integridade visual de um texto.

Devido aos manuais prezarem por uma maior objetividade, há um certo limite nesses textos em relação ao uso de recursos não verbais, uma vez que o foco principal é sobre as orientações escritas. Nesse contexto, percebe-se que, dentre os elementos não verbais mencionados anteriormente, que são utilizados na estrutura textual, o único outro presente no *GM-SVPA* é o logotipo das Nações Unidas.

O emblema das Nações Unidas foi aprovado pela resolução nº 92 da Assembleia Geral em 7 de dezembro de 1946. O símbolo consiste numa projeção azimutal equidistante do mapa mundo, centrada no Polo Norte, inscrita numa coroa consistindo em ramos cruzados de oliveira, em dourado, com a água representada em branco (UNRIC, 2019). O mapa estende-se a 60 graus de latitude sul e inclui cinco círculos concêntricos (UNRIC, 2019).

Usando a linguagem dos símbolos, o logotipo das Nações Unidas declara a missão da organização intergovernamental com foco na promoção da paz e da cooperação internacional (Centro Regional de Informação das Nações Unidas, 2019). Enquanto a coroa de oliveiras é um antigo símbolo de paz, o mapa é a indicação do desejo da organização de estender sua influência a todo o mundo.

Os regulamentos para o controle e limitação da utilização do emblema das Nações Unidas em documentos e publicações estão presentes na instrução administrativa de 15 de janeiro de 1979 (ST/AI/189/Add.2) e na revisão de 23 de janeiro de 2008. Segundo a instrução administrativa de 1979 e a sua revisão em 2008, os Departamentos e Escritórios da ONU, incluindo escritórios fora da sede e comissões regionais, não precisam de uma autorização por escrito para usar o emblema da ONU para seus fins oficiais. Entretanto, para demais usos, tanto os Departamentos e Escritórios da ONU quanto os solicitantes externos devem fazer uma solicitação formal.

Outra regra estabelecida é que, se a "Organização das Nações Unidas" for usada junto ao emblema - como é necessário para indicar que a ONU é a editora - "Organização das Nações Unidas"- ela deve aparecer sob o logotipo ou ao lado dele. Além disso, o termo "Organização das Nações Unidas", disponível nas seis línguas oficiais, pode ser escrito em maiúsculas e minúsculas [*United Nations*], ou em maiúscula [*UNITED NATIONS*], mas deve estar centralizado. O texto nunca deve ser em letra minúscula [*united nations*].

Esse é um aspecto muito significativo a se levar em consideração na transferência. Como o texto-alvo proposto não é uma tradução oficial, não é apropriado incluir o emblema das Nações Unidas na tradução de chegada. Em termos práticos, não seria aconselhável reproduzir esse elemento no texto traduzido, pois o símbolo confere um caráter oficial ao documento.

4.3.6 Léxico

O léxico refere-se ao conjunto de palavras e vocabulário específicos utilizados e desempenha um papel fundamental na transmissão de nuances, estilo e tom do texto. A sua escolha pode refletir aspectos culturais, sociais e contextuais que são específicos de um texto e de um público-alvo para o qual ele foi escrito.

Como discutido anteriormente, o manual é caracterizado como um documento institucional, o que se reflete em elementos como os títulos institucionais nas páginas iniciais, como "United Nations" e "Department of Political Affairs", além do emblema da Organização das Nações Unidas, discutido anteriormente.

Quadro 12- Exemplificação dos títulos institucionais

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>United Nations</i>	<i>Organização das Nações Unidas</i>
<i>Department of Political Affairs</i>	<i>Departamento de Assuntos Políticos</i>
<i>Policy and Mediation Division</i>	<i>Divisão de Política e Mediação</i>
<i>Mediation Support Unit</i>	<i>Unidade de Apoio à Mediação</i>
<i>Department of Peacekeeping Operations</i>	<i>Departamento de Operações de Manutenção da Paz</i>
<i>Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i>	<i>Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários</i>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No campo do texto-alvo, percebe-se que os nomes institucionais foram traduzidos, uma escolha que pode ser considerada questionável do ponto de vista de uma abordagem não domesticadora da tradução. As traduções dos títulos institucionais utilizados são amplamente encontradas nos sites em português brasileiro da ONU, assim como em documentos em português brasileiro da própria instituição.

Devido à natureza global da ONU, à necessidade de objetividade no gênero do manual e à abrangência geográfica do texto-fonte, é evidente que a intenção do texto é clara e direta é de fornecer orientações para os (as) mediadores (as) sobre como lidar com a violência sexual relacionada aos conflitos nos acordos de cessar-fogo e

de paz. Essa intenção é notável, principalmente, na omissão de certas estruturas lexicais, como figuras de linguagem, adjetivações desnecessárias, regionalismos, entre outros elementos, que poderiam comprometer a objetividade e a universalidade desejada do texto.

O (A) receptor (a) é diretamente referenciado no manual. O próprio título do manual é direcionado especificamente ao seu público-alvo, ou seja, os (as) mediadores (as). Ao longo do texto, observa-se que a palavra “mediators” ou “os (as) mediadores (as)”, em português, é frequentemente utilizada, assinalando a grande ênfase que o texto dá ao seu público-alvo. Nota-se que essa palavra ocorre 25 vezes ao longo do texto, uma frequência significativa para um termo específico.

O tema e o conteúdo são fatores cruciais na escolha de determinadas palavras presentes em um texto. Segundo Fernanda Garcia (2014, p.46), pesquisadora brasileira, o campo semântico predominante varia conforme o assunto tratado. No caso do GM-SVPA, a presença de palavras-chave específicas reflete diretamente o tema central do manual: a abordagem da violência sexual em contextos de conflito, com foco particular em acordos de cessar-fogo e de paz. Essas palavras-chave ajudam a delinear a principal área do documento e a orientar a interpretação do conteúdo.

O manual utiliza uma linguagem altamente técnica e específica do campo jurídico e dos direitos humanos, o que indica que o texto apresenta um conteúdo com caráter mais jurídico e técnico. Alguns exemplos de termos técnicos presente no texto incluem:

- **"conflict-related sexual violence"**: Termo técnico que especifica um tipo de violência sexual diretamente ligada ao contexto de conflitos armados.
- **"ceasefire agreements"**: Termo que se refere aos acordos formais que buscam a cessação de hostilidades em um conflito.
- **"mediation"**: Termo usado para descrever o processo de intervenção em disputas e conflitos, com o objetivo de alcançar resolução ou acordo sem recorrer ao julgamento judicial.
- **"transitional justice"**: Um conceito do direito internacional que trata do conjunto de processos e mecanismos que tem com o objetivo de garantir responsabilização, promover a justiça e alcançar a reconciliação.

- **"high-level colloquium"**: Indica uma reunião de alto nível, geralmente envolvendo especialistas e autoridades em um determinado campo.
- **"peacebuilding"**: Refere-se ao conjunto de iniciativas que visam a reforçar a paz sustentável em áreas pós-conflito.

No que concerne à dimensão espacial, é notório que o texto analisado frequentemente emprega palavras-chave que delinham o campo de aplicação das orientações estabelecidas, como "Ceasefire and Peace Agreements", "agreements", "conflict", entre outros.

No que concerne à terminologia que se refere à aplicação temporal das orientações, como mostrado abaixo, há alguns exemplos que ilustram a referência à temporalidade, isto é, ao momento de aplicação:

Quadro 13- Exemplificação do campo de aplicação do manual

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>United Nations envoys are required to raise conflict- related sexual violence issues in <u>dialogue with parties to armed conflict.</u></i>	Os enviados das Nações Unidas são obrigados a levantar questões relacionadas à violência sexual relacionada ao conflito <u>no diálogo com as partes envolvidas no conflito armado.</u>
<i>Principle 4: Ensure monitoring for sexual violence is included <u>in ceasefire agreements</u>, including in relevant annexes.</i>	Princípio 4: Garantir que o monitoramento da violência sexual seja incluído <u>nos acordos de cessar-fogo</u> , inclusive em anexos relevantes.
<i>Addressing conflict- related sexual violence <u>in security arrangements</u> can help to protect against and prevent future occurrences and build effective, responsive security institutions.</i>	Abordar a violência sexual relacionada ao conflito <u>em arranjos de segurança</u> pode ajudar a proteger contra futuras ocorrências, preveni-las e criar instituições de segurança eficazes e responsivas.
<i>Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such <u>in relevant provisions of ceasefire and peace agreements</u>, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized zones, buffer zones and DDR- related assembly areas/points.</i>	A violência sexual, quando utilizada como método ou tática de guerra, deveria ser tratada como tal nas <u>disposições pertinentes dos acordos de cessar-fogo e de paz</u> , incluindo as que definem a retirada e estabelecem as regras e responsabilidades para as zonas desmilitarizadas, zonas-tampão e áreas/ pontos

	de reunião relacionados à desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR).
--	--

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Devido ao caráter global e institucional das orientações, que devem ser aplicadas pelos (as) mediadores (as) em qualquer situação de conflito onde a violência sexual pode estar acontecendo ou tenha ocorrido e o objetivo principal da ONU, as palavras-chaves que remetem à dimensão espacial do texto são genéricas e não específicas. Portanto, no contexto do manual traduzido, não houve necessidade de traduzir explicitamente referências a lugares específicos, embora seja citado no manual acordos específicos para fins de exemplificação e/ou ilustração de uma determinada situação.

Apesar de, em determinados trechos, a tradução literal ser utilizada, nos excertos abaixo, pode-se observar exemplos em que a tradução dos itens lexicais não é literal, pois se fosse utilizado tal procedimento, o texto perderia a clareza para o público-alvo do texto traduzido:

Quadro 14 - Tradução dos termos “indecent assault” e “blanket amnesty”

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>The definition of sexual violence under international law encompasses rape, sexual slavery, enforced prostitution, forced pregnancy, enforced sterilization, trafficking and any other form of sexual violence of comparable gravity, which may, depending on the circumstances, include situations of indecent assault, trafficking, inappropriate medical examinations and strip searches</i>	A definição de violência sexual segundo o direito internacional abrange estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada, tráfico de pessoas e qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável, que pode, dependendo das circunstâncias, incluir situações de <u>atentado violento ao pudor</u> , tráfico, exames médicos e revistas íntimas inadequados.
<i>Article 3.18: “The granting of a <u>blanket amnesty</u> for all political events which happened between 2002 and 2009, except for crimes against humanity, war crimes, crimes of genocide and other serious violations of human rights and fundamental freedoms.</i>	Artigo 3.18: “A concessão de uma <u>anistia geral</u> para todos os fatos políticos ocorridos entre 2002 e 2009, com exceção dos crimes contra a humanidade, dos crimes de guerra, dos crimes de genocídio e de outras violações graves dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A tradução mais literal do adjetivo “indecent” seria “indecente” ou “obsceno”. Entretanto, no contexto da frase acima, com o termo ‘indecent assault’, a tradução para “ataque indecente” ou “agressão obscena” não estaria correta, pois não reflete o campo lexical jurídico do Brasil. Se o (a) tradutor (a) optasse por essas opções de tradução literal, a escolha poderia causar um conflito semântico para o receptor e não refletir o campo lexical jurídico do Brasil. Dessa forma, a frase perderia a clareza e funcionalidade.

Segundo *The Free Dictionary*, “indecent assault” é um termo jurídico que significa “the act of taking indecent liberties with a person without his or her consent”.²⁴ Trata-se, portanto, de um termo especializado da área jurídica que, em português, teria como seu equivalente o termo “atentado ao pudor”. O artigo 214 do Código Penal define “atentado violento ao pudor” como o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal (Brasil, 1940). Desse modo, o termo em português “atentado violento ao pudor” funciona como um equivalente do termo “indecent assault”.

No segundo trecho, “blanket amnesty”, o mesmo raciocínio é aplicado. “Blanket” pode funcionar como um adjetivo ou substantivo em uma determinada frase. Como substantivo, “blanket” significa “cobertor” ou “manta”, enquanto como adjetivo, significa “geral” ou “total”. No referido termo, “blanket” funciona como adjetivo, qualificando “amnesty” ou “anistia”. Portanto, a tradução adequada para esse termo é “anistia geral”, que está presente na Lei da Anistia, em português, quando se refere a uma “anistia ampla e geral”.

Além do exposto acima, pode-se apontar que o texto utiliza palavras que carregam fortes conotações emocionais e morais para enfatizar a gravidade e a urgência do assunto, como as palavras-chave “violence”, “tactic”, “warfare”, que podem ser encontradas ao longo do texto. Essas palavras evocam imagens fortes e ressaltam a brutalidade dos atos descritos, mostrando o cuidado do (a) emissor (a) em relação às escolhas lexicais ao tratar de um assunto complexo e sensível. Ademais, essas escolhas expõem a interpretação que a ONU tem do acontecimento, reforçando que práticas de mediação de conflitos ao redor do mundo devem ser

²⁴ *Indecent assault*. <https://www.thefreedictionary.com/indecent+assault>. Acesso em 10 mar. 2024.

orientadas por abordagens que considerem integralmente a gravidade e o impacto da violência sexual relacionada ao conflito.

4.3.6.1. Inclusividade e Sensibilidade

O manual *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence* adota uma abordagem sensível às nuances de gênero e cultura, fundamentais nos processos de mediação e resolução de conflitos. Através de seu vocabulário, o documento demonstra uma compreensão clara de que o impacto da violência sexual em conflitos não se limita a um único grupo demográfico, e que a solução e a mediação devem considerar a diversidade das vítimas e das circunstâncias.

O texto faz um esforço consciente para reconhecer que tanto homens quanto mulheres são vítimas de violência sexual relacionada ao conflito. Ao especificar a estrutura "men and boys" ao lado da estrutura "women and girls", o documento reflete uma abordagem de gênero inclusiva, reconhecendo e validando a experiência de todas as vítimas potenciais de violência sexual e promovendo uma abordagem mais inclusiva:

Quadro 15 - Uso de linguagem inclusiva

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>While <u>women and girls</u> are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against <u>men and boys</u>.</i>	Embora as <u>mulheres e as meninas</u> sejam, em geral, os principais alvos, a violência sexual relacionada a conflitos também é estrategicamente praticada contra <u>homens e meninos</u> .

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Esse uso inclusivo na linguagem é refletido também através do uso dos pronomes possessivos *his* e *her* ao se referir aos mediadores e às mediadoras, evitando presumir que apenas uma certa categoria de pessoas, homem ou mulher, é afetada ou envolvida nos processos de mediação. O uso de "his/her" é uma tentativa de neutralidade de gênero, garantindo que o texto não favoreça ou implique em um gênero específico na discussão das responsabilidades e papéis dentro das equipes de mediação:

Quadro 16 - Uso de pronomes inclusivos

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>At the outset of a mediation process, <u>a mediator</u> and <u>his/her team</u> are advised to obtain information on conflict-related sexual violence that may be occurring or may have occurred.</i>	<i>No início de um processo de mediação, é aconselhável que o(a) mediador(a) e <u>sua equipe</u> obtenham informações sobre a violência sexual relacionada ao conflito que possa estar ocorrendo ou que possa ter ocorrido.</i>
<i>Do the <u>mediator and his/her team</u> have the information they need to determine whether conflict-related sexual violence may be occurring or may have occurred</i>	<i>O(A) mediador(a) e <u>sua equipe</u> têm as informações necessárias para determinar se a violência sexual relacionada ao conflito pode estar ocorrendo ou já ocorreu?</i>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A língua inglesa não flexiona os substantivos ou adjetivos de acordo com o gênero, diferentemente da língua portuguesa, em que a diferenciação de gênero é expressa através da flexão de substantivos e artigos. No inglês, o gênero pode ser expresso, por exemplo, no próprio conteúdo do signo, como nos pronomes *she/her/hers* e *he/him/his*.

Nos trechos da tabela acima, a palavra inglesa “mediator” pode se referir tanto aos mediadores quanto às mediadoras, fato que é reforçado pelo uso dos pronomes possessivos “his” e “her”. Para que a tradução preservasse a linguagem inclusiva proposta pelo texto-fonte e considerando as particularidades da língua-alvo, a solução encontrada foi adicionar entre parênteses o artigo “a” ou “as” ao longo das ocorrências da palavra “mediador”, para que o leitor do texto-alvo pudesse flexionar a palavra em gênero e número durante a leitura.

O uso inclusivo na linguagem demonstra que o (a) autor (a) do texto está atento (a) à discussão sobre as estruturas de poder que podem estar presentes na linguagem, através, por exemplo, da escolha do uso de substantivos no feminino e masculino, em vez de generalizá-los apenas no masculino quando se refere a um grupo em que há homens e mulheres. Essa abordagem reflete as ideias discutidas por Castro (2013) sobre a relação direta entre poder, ideologia e tradução, especialmente sob uma perspectiva de gênero.

Assim, a tradução pode ser vista como uma ferramenta que pode tanto oprimir quanto libertar, uma vez que o tradutor tem o poder de influenciar como um texto será interpretado em outra língua e cultura, podendo reforçar ou desafiar normas e valores estabelecidos. A escolha da tradução dos elementos pronominais pode, portanto,

contribuir para promover um mundo inclusivo em relação às questões de gênero através dos processos linguísticos e tradutórios.

4.3.7 Sintaxe

Durante o processo de tradução, é necessário atentar-se à estrutura sintática das línguas. Podem ser feitos ajustes na ordem das palavras, na construção das frases e na adaptação de estruturas gramaticais entre as línguas, garantindo que sejam naturalmente compreensíveis na língua-alvo. Dessa maneira, é possível preservar a integridade e a intenção comunicativa do texto-fonte.

Observar a sintaxe de um texto envolve analisar, por exemplo a extensão média das frases, os tipos de frases utilizados, a distribuição de orações principais e subordinadas (parataxe e hipotaxe), assim como os conectores e conjunções. Essa análise permite entender como as palavras se relacionam dentro de uma frase para então entender a organização textual.

Abaixo, pode-se observar alguns exemplos de parataxe em *GM-SVPA*:

Quadro 17 - Exemplificação de parataxe

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>In today's violent conflicts, civilians are increasingly caught on the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians is conflict-related sexual violence. While women and girls are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against men and boys.</i></p>	<p>Nos conflitos violentos atuais, os civis estão cada vez mais atingidos, presos e obrigados a estarem na linha de frente. Uma das formas mais devastadoras de hostilidade extrema perpetrada contra civis é a violência sexual relacionada a conflitos. Embora as mulheres e as meninas sejam, em geral, os principais alvos, a violência sexual relacionada a conflitos também é estrategicamente praticada contra homens e meninos.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No exemplo acima, na frase fornecida, várias ideias são apresentadas de forma coordenada, sem uma dependência gramatical explícita entre elas: "In today's violent conflicts, civilians are increasingly caught on the front line."; "One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians is conflict-related sexual

violence." e "While women and girls are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against men and boys."

Cada uma dessas sentenças expressa uma ideia separada, e elas estão conectadas por pontuações (ponto final), não por conjunções subordinativas que indicariam uma relação de dependência entre cláusulas. Portanto, o exemplo dado é de parataxe, onde as ideias são organizadas de maneira coordenada e independente, sem uma estrutura de hipotaxe que envolva subordinação de uma ideia à outra.

Em *GM-SVPA* também são encontrados exemplos de hipotaxes, em maior quantidade do que os exemplos de parataxe.

Quadro 18 - Exemplificação de hipotaxes

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace agreements, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized zones, buffer zones and DDR- related assembly areas/points.</i>	A violência sexual, quando utilizada como método ou tática de guerra, deveria ser tratada como tal nas disposições pertinentes dos acordos de cessar-fogo e de paz, incluindo as que definem a retirada e estabelecem as regras e responsabilidades para as zonas desmilitarizadas, zonas-tampão e áreas ou pontos de reunião relacionados à desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR).

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No exemplo acima, há uma cláusula principal e uma cláusula subordinada que explica uma condição ou circunstância específica. A cláusula principal é "Sexual violence should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace agreements,". A cláusula subordinada é "when used as a method or tactic of warfare,".

A cláusula subordinada introduz uma condição sob a qual a ação na cláusula principal deve ser aplicada. Ela está subordinada à ideia principal, pois especifica a circunstância em que a violência sexual deve ser tratada nas provisões relevantes de acordos de cessar-fogo e paz. Portanto, este exemplo apresenta uma estrutura de hipotaxe, onde há uma subordinação de ideias, com a cláusula subordinada dependente da cláusula principal para completar seu significado.

Dentro dessa discussão de estruturas subordinadas presentes no texto analisado, é importante destacar algumas escolhas tradutórias em relação a orações

subordinadas, como é o caso da tradução das estruturas "importantly" e "it is important", conforme destacado abaixo.

Quadro 19 - Tradução das estruturas "importantly" e "it is important"

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>It is important for transitional justice mechanisms to provide for strategies to protect victims and witnesses, including victim/witness protection programmes, provisions for in camera hearings, support counselors, etc.</i></p>	<p>É importante que os mecanismos de justiça de transição prevejam estratégias para proteger vítimas e testemunhas, incluindo programas de proteção de vítimas/testemunhas, disposições relativas à realização de audiências não públicas, prestação de apoio por parte de conselheiros durante as audiências e outros.</p>
<p>Importantly, pre-ceasefire commitments can act as confidence-building measures [sic.], which can be built upon in subsequent cease- fire and peace agreements.</p>	<p>É importante ressaltar que os compromissos prévios ao cessar-fogo podem funcionar como medidas de construção de confiança [sic.] que podem ser ampliadas em subsequentes acordos de cessar-fogo e de paz.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No primeiro exemplo, em inglês, a frase "It is important" segue uma estrutura típica de sujeito-verbo-predicativo do sujeito. O pronome "it" é usado de forma impessoal, servindo como um sujeito gramatical para introduzir a ideia de importância. A palavra "important" é um adjetivo que descreve o estado ou característica ligada ao sujeito.

Em português, a frase "é importante" omite o pronome sujeito que seria equivalente ao "it" em inglês. Isso ocorre porque o português permite a omissão do sujeito em frases impessoais, especialmente quando o contexto já indica de forma clara o que está sendo descrito ou quando se trata de uma construção impessoal como essa.

Na tradução da construção "It is important" para a construção "É importante", a sintaxe muda de uma construção com sujeito explícito em inglês para uma construção com sujeito implícito em português. Essa mudança reflete as diferenças sintáticas entre as duas línguas, com o português favorecendo uma forma mais concisa e direta, sem a necessidade de um sujeito impessoal explícito, permitindo que se omita o sujeito impessoal ("it") sem perda de significado. Essa omissão é natural e comum na

sintaxe do português, especialmente em construções impessoais onde o foco está no estado ou qualidade descritos pelo adjetivo.

No segundo exemplo, "importantly" é um advérbio que modifica o verbo ou a sentença para destacar a relevância ou importância do que está sendo dito. A expressão "é importante" é usada em português para enfatizar a importância de uma informação, como ocorre no inglês. A tradução não é literal, mas sim adaptativa para manter o sentido e a função do advérbio no contexto.

No texto fonte, o advérbio "importantly" é formal e apropriado para textos acadêmicos e técnicos, onde se busca enfatizar pontos cruciais. No texto alvo, a expressão "é importante" mantém a formalidade e a clareza necessária em documentos técnicos e acadêmicos. A tradução não só preserva o tom formal, mas também se encaixa bem no estilo de escrita e é uma construção natural e frequentemente usada em português para introduzir informações de destaque, tornando a tradução culturalmente e linguisticamente apropriada.

Em português, embora o advérbio "importantemente" exista como uma forma derivada do adjetivo "importante", ele não é comum no uso cotidiano e acadêmico da língua portuguesa. Em geral, advérbios que se formam a partir de adjetivos com o sufixo "-mente" são usados de maneira diferente e não são tão comuns quanto a forma adjetiva em construções de frases iniciais. Desse modo, em português, usar "importante" no início da frase em vez de "importantemente" é mais natural e alinhado com as normas estilísticas e linguísticas da língua. A forma adjetiva "importante" oferece clareza, fluidez e elegância, mantendo a eficácia da comunicação e a ênfase necessária.

Outro ponto a ser discutido é a tradução das construções "importantly" e "it is important", que pode resultar em diferenças sutis no tom e na ênfase do texto. O advérbio "importantly" tende a ser mais forte e dar mais ênfase do que a construção "it is important" devido ao papel do advérbio em criar uma introdução direta e destacada. Como advérbio, "importantly" serve para modificar o verbo da frase ou a declaração que se segue, introduzindo um ponto de forma que o destaca imediatamente.

Diante dessa ênfase devido ao advérbio, optou-se por traduzir "importantly" pela construção "é importante ressaltar que", de modo que ao acrescentar o infinitivo "ressaltar", um maior destaque seria dado as informações mencionadas após a construção, mantendo-se assim o tom enfático do advérbio do texto fonte, mas

diferenciando a tradução de duas expressões parecidas, “importantly” e “it is important”.

Observa-se que, majoritariamente, o texto utiliza orações subordinadas para fornecer contexto adicional ou esclarecer condições. Por exemplo, no quadro 18, as cláusulas iniciadas por "when" e "which" são utilizadas para detalhar circunstâncias específicas ou definir conceitos dentro de uma oração maior.

Além do uso de conectores, verifica-se o emprego de verbos modais como "can", “may”, "should", e "must", como observado no quadro abaixo, os quais são utilizados para indicar capacidade, possibilidade e obrigações, respectivamente. Esses verbos ajudam a guiar o comportamento esperado dos (as) mediadores (as) e a enfatizar a importância de certas ações dentro dos processos de mediação.

Quadro 20- Exemplificação de verbos modais

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>In order to fulfill specific Security Council mandates⁸ on the issue, the mediator and his/her team <u>can</u> draw on the following checklist (and the more detailed guidance that accompanies it) for addressing conflict-related sexual violence as part of the overall mediation strategy.</i>	Com o objetivo de cumprir mandatos ⁸ específicos do Conselho de Segurança sobre a questão, o (a) mediador (a) e sua equipe <u>podem</u> se basear na seguinte checklist (e nas orientações mais detalhadas que a acompanham) para a abordagem da violência sexual relacionada a conflitos como parte da estratégia geral de mediação.
<i>Mediators <u>should</u> seek to make parties aware that sexual violence used as a tactic of conflict against civilians is a violation of international law and potential war crime or crime against humanity.</i>	Os (As) mediadores (as) <u>deveriam</u> buscar conscientizar as partes de que a violência sexual usada como tática de guerra contra civis é uma violação do direito internacional e um possível crime de guerra ou crime contra a humanidade.
<i>Any data collected on sexual violence <u>must</u> respect established ethical and safety principles, such as security, confidentiality, anonymity, informed consent, safety and protection from retribution, and protection of the data itself.</i>	Quaisquer dados coletados sobre violência sexual <u>devem</u> respeitar os princípios éticos e de segurança estabelecidos, como segurança, confidencialidade, anonimato, consentimento informado, segurança e proteção contra retaliação e proteção dos próprios dados.

<p><i>Mediators and their teams <u>may</u> consider encouraging civil society, including women's groups, to convene a public forum (s) [sic.] to discuss security and peacebuilding issues, including conflict-related sexual violence.</i></p>	<p>Os (As) mediadores (as) e suas equipes <u>podem</u> considerar incentivar a sociedade civil, incluindo grupos de mulheres, a convocar um ou mais fóruns públicos [sic.] para discutir questões de segurança e consolidação da paz, incluindo a violência sexual relacionada a conflitos.</p>
--	--

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A escolha de traduzir "should" e "must" como "deveria" ou "deve", respectivamente, está relacionada ao modo como esses verbos modais são comumente interpretados em português. O verbo modal "should" em inglês frequentemente expressa uma recomendação, um conselho, um dever ou uma expectativa de que algo seja feito. No contexto de textos normativos, documentos, ou instruções formais, "should" pode indicar uma forte sugestão ou recomendação de algo que é altamente desejável ou aconselhável. Portanto, traduzi-lo como "deveria" ou "deveriam" captura essa ideia de recomendação.

Por outro lado, o verbo modal "must" em inglês geralmente indica uma obrigação direta, uma exigência clara ou uma necessidade absoluta de fazer algo. É mais forte que "should" em termos de obrigatoriedade. Traduzir "must" como "deve" ou "dever" reflete essa natureza de obrigação direta.

A escolha de usar "deveria" para "should" e "deve" ou "dever" para "must" ajuda a transmitir com clareza o nível de obrigatoriedade ou recomendação presente no texto-fonte em inglês. A escolha de usar uma tradução consistente para expressar uma forte expectativa ou necessidade é preferível para evitar ambiguidades e garantir que o texto traduzido mantenha a mesma força e clareza do texto-fonte em inglês.

Além do uso de verbos modais, o texto utiliza predominantemente frases declarativas, as quais são empregadas para fornecer informações, explicações e diretrizes. Além disso, há a presença também de frases imperativas, que são empregadas para expressar comandos ou recomendações, como listas de ações a serem tomadas. Adicionalmente, há um uso significativo da voz passiva, frequentemente utilizada para enfatizar a ação e o processo, em vez de quem executa a ação. Essa prática é comum em textos formais para criar um tom de objetividade. Todas essas estruturas podem ser observadas no quadro a seguir:

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Researchers/interviewers <u>must</u> make every effort to avoid re-victimization, while fulfilling their objective to collect reliable data.</i>	Pesquisadores /entrevistadores <u>devem</u> fazer todo o esforço para evitar a revitimização, ao mesmo tempo em que cumprem seu objetivo de coletar dados confiáveis.
<i>It is imperative that sexual violence <u>is addressed</u> in the discipline, mandates and roles of armed groups and transitional security forces. This can have a critical impact on the sustainability of security and peace.</i>	É imperativo que a violência sexual <u>seja abordada</u> na disciplina, mandatos e papéis de grupos armados e forças de segurança de transição.
<i>If left unaddressed, it <u>can be used</u> as a means to continue acts of war outside the purview of agreements and monitoring teams, which can trigger cycles of vengeance and vigilantism, and risk undermining confidence in agreements and possibly the mediation process itself</i>	Se não for abordada, ela <u>pode ser usada</u> como um meio de continuar atos de guerra fora do escopo de acordos e equipes de monitoramento, o que pode desencadear ciclos de vingança e justiça com as próprias mãos e correr o risco de minar a confiança nos acordos e possivelmente no próprio processo de mediação.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No primeiro exemplo, a construção "must make" indica uma obrigação direta ou uma instrução imperativa para os pesquisadores ou entrevistadores. Eles são instruídos a fazer todo esforço para evitar a revitimização, ao mesmo tempo em que cumprem seu objetivo de coletar dados confiáveis. Essa estrutura de instrução direta e obrigatória é característica de frases imperativas.

No segundo exemplo, embora a primeira frase não seja imperativa no sentido gramatical estrito, pois não é uma ordem direta, ela contém uma expressão de necessidade ou urgência. A palavra "imperative" (imperativo) transmite a ideia de que a ação de abordar a violência sexual é essencial e deve ser realizada. Portanto, essa construção impõe uma necessidade imperativa, mesmo que a forma gramatical seja declarativa.

Além disso, é utilizado a construção passiva "sexual violence is addressed" em vez de "mediators address sexual violence". A voz passiva, como mostrado em outro trecho no quadro abaixo, é utilizada para direcionar ações específicas aos (às) leitores (as), no caso, os (as) mediadores (as). Nessa voz, o foco é colocado no objeto da ação (o que está sendo afetado pela ação), em vez de quem está realizando a ação.

Isso pode ser útil quando o objeto, no caso a orientação, é mais importante ou relevante para a mensagem que se deseja transmitir.

Quadro 22 - Uso da voz passiva

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Mediators <u>should be aware</u> of the limitations of informal justice mechanisms, and agreements should help to ensure that criminal accountability and other formal justice processes are not circumvented.</i>	Os (As) mediadores(as) <u>deveriam estar cientes</u> das limitações dos mecanismos de justiça informal, e os acordos devem ajudar a garantir que a responsabilidade criminal e outros processos formais de justiça não sejam contornados.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Como discutido anteriormente, o presente trabalho adota a ideia de hibridiz textual defendida por Travaglia (2007) e a classificação sugerida por Marcuschi (2002). Como mostrado abaixo, é possível observar, através de trechos retirados de GM-SVPA, que o manual apresenta mais de um tipo textual, a injunção e a descrição.

No quadro abaixo, foram destacados os verbos de cada tipologia verbal, uma vez que, conforme defendido anteriormente por Travaglia (2007), entre outras estruturas, os tempos verbais definem uma tipologia textual. Assim, cada tipologia textual é geralmente associada a diferentes tempos verbais, conforme evidenciado nas passagens seguintes:

Quadro 23 -Tradução dos trechos das tipologias textuais encontradas no texto-fonte

TIPO TEXTUAL	EXEMPLOS	TRADUÇÃO
Injunção	“At the earliest point of the mediation process, particularly during ongoing hostilities ¹⁰ [sic] and in ceasefire agreements [sic], the mediator and his/her team <u>are advised to consider</u> three key areas when addressing conflict-related sexual violence: (1) <u>preparing</u> the ground and confidence-building measures; (2) <u>prohibiting</u> sexual	No ponto mais inicial do processo de mediação, especialmente durante as hostilidades em curso ¹⁰ [sic] e nos acordos de cessar-fogo [sic], o (a) mediador (a) e sua equipe são <u>orientados a considerar</u> três áreas-chave ao abordar a violência sexual relacionada a conflitos: (1) <u>preparar</u> o terreno e implementar medidas de construção de confiança; (2) <u>proibir</u> a violência sexual e promover a

	violence and promoting command responsibility; and (3) <u>ensuring</u> robust monitoring arrangements." (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.13, <i>grifos meus</i>).	responsabilidade de comando; e (3) <u>garantir</u> sólidos arranjos de monitoramento robustos.
Descrição	"In today's violent conflicts, civilians <u>are</u> increasingly <u>caught</u> on the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians <u>is</u> conflict-related sexual violence. While women and girls <u>are</u> often primary targets, conflict-related sexual violence <u>is</u> also strategically <u>perpetrated</u> against men and boys" (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p. 3, <i>grifos meus</i>).	Nos conflitos violentos atuais, os civis <u>estão</u> cada vez mais <u>atingidos</u> , <u>presos e obrigados</u> a estarem na linha de frente. Uma das formas mais devastadoras de hostilidade extrema perpetrada contra civis <u>é</u> a violência sexual relacionada a conflitos. Embora as mulheres e as meninas <u>sejam</u> , em geral, os principais alvos, a violência sexual relacionada a conflitos também <u>é</u> estrategicamente praticada contra homens e meninos.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Na primeira linha do quadro, a frase original em inglês, "the mediator and his/her team are advised," emprega o tempo verbal presente simples na forma passiva. Essa escolha indica que a ação de aconselhar é contínua e abrangente, ou seja, direcionada a todos (as) os (as) mediadores e suas equipes. A estrutura passiva é utilizada para destacar a ação de aconselhar (ser aconselhado) em vez de quem realiza a ação.

Ao traduzir para o português, a frase "o (a) mediador (a) e sua equipe são orientados" também usa o presente do indicativo na forma passiva. Isso mantém a ideia de uma orientação que é aplicável de maneira geral ou habitual no presente, preservando a intenção original do trecho.

A estrutura passiva coloca a ênfase na ação de ser orientado, que é o foco principal da recomendação no manual. Essa técnica é crucial para destacar a ação que deve ser tomada sem atribuir ênfase à identidade de quem está fornecendo a orientação. Se a frase fosse traduzida de forma literal para o português no modo ativo, como "aconselham o mediador e sua equipe," isso deslocaria o foco da ação para quem está oferecendo o conselho, o que não é a intenção do texto-fonte. A voz passiva mantém assim o foco na orientação dada aos (às) mediadores (as).

Por ser um trecho que possui uma tipologia do tipo "injunção", apresenta estruturas na forma passiva, assim como destacado por Kussmaul (1997, p. 77, *apud* Silva, 2021, p. 31). Tal estrutura é usada para transmitir diretrizes de maneira clara, firme e impessoal. Além disso, é usada para focar a atenção na ação a ser tomada ou na orientação dada, em vez de quem está dando a orientação.

Na tradução da segunda linha, o tempo verbal predominante em inglês na tradução fornecida é o presente. Os verbos "are", "is", e "are" são todos conjugados no presente indicativo. Por isso, na tradução foram utilizados principalmente tempos verbais no presente, como "estão", "é", "sejam", para manter a descrição no presente, refletindo, assim, o contexto atual dos conflitos violentos e da violência sexual relacionada a esses conflitos.

No português, a escolha do subjuntivo "sejam" ao invés do indicativo "são" na frase "Embora as mulheres e as meninas sejam, em geral, os principais alvos..." está relacionada ao uso do subjuntivo após conjunções concessivas como "embora". Segundo Evanildo Bechara, gramático brasileiro, também se usa subjuntivo com as concessivas de "ainda que", "embora", "conquanto", "posto que" (Bechara, 2009, p.237).

No contexto das línguas românicas, como o português, o subjuntivo é frequentemente empregado para expressar uma condição hipotética, uma possibilidade. Quando introduzido por "embora", ele concede à ideia principal da frase, indicando que, apesar de as mulheres e meninas serem frequentemente os principais alvos da violência sexual em conflitos, essa não é uma verdade absoluta em todos os casos, mas sim uma tendência geral que pode variar dependendo das circunstâncias específicas de cada conflito.

Em relação às relações entre as estruturas, outra característica do texto é a utilização de listas numeradas ou com marcadores, que geram uma estrutura de subordinação entre frases/conceitos e que visam a organização das informações e a

facilitação da compreensão de passos ou princípios cruciais. Tal recurso é essencial para assegurar que as orientações sejam apresentadas clara, para que possam ser entendidas e acompanhadas com facilidade.

Quadro 24 - Uso de marcadores e listas numeradas

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>The mediator and his/her team are advised to consider three key areas in addressing conflict-related sexual violence in framing provisions for post-conflict justice and reparations in peace agreements: (1) accountability for those with a history or association with conflict-related sexual violence; (2) protection and participation of victims and witnesses engaged in pursuit of justice and reparations; and (3) reparations for victims of conflict-related sexual violence.</i></p>	<p>O mediador e sua equipe são aconselhados a considerar três áreas-chave ao abordar a violência sexual relacionada ao conflito ao formular disposições relativas à justiça e reparações pós-conflito em acordos de paz: (1) responsabilização das pessoas com antecedentes ou associação a violência sexual relacionada ao conflito; (2) proteção e participação das vítimas e testemunhas empenhadas na procura de justiça e reparação e (3) reparação das vítimas de violência sexual relacionada ao conflito.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

4.3.8 Elementos suprasegmentais

As características suprasegmentais abrangem todos os aspectos da organização textual que transcendem as fronteiras da análise de segmentos lexicais ou sintáticos. Esses elementos incluem entonação, ritmo, ênfase, pausa e outros atributos que influenciam tanto a expressão oral quanto escrita, contribuindo para a interpretação e o significado do texto de maneira mais ampla. A sua manifestação visual ocorre por meio de recursos como itálico, negrito, aspas, travessões, parênteses, entre outros.

No caso do texto em questão, esses elementos são utilizados com uma função estrutural e enfática. Em relação à função estrutural, a organização do texto em partes, seções e parágrafos, com cabeçalhos e subcabeçalhos em destaque, auxilia na criação de uma estrutura hierárquica que orienta o (a) leitor (a) ao longo do documento. As partes são destacadas em negrito, enquanto as subseções, em itálico. Esse mecanismo é utilizado com o objetivo de facilitar a localização textual.

Em vista da função enfática, a ênfase do texto é alcançada por meio do uso de negrito. No documento, palavras-chave ou frases importantes são destacadas dessa forma para atrair a atenção do (a) leitor (a) para essas palavras, como ilustrado a seguir:

Quadro 25 - Exemplificação do uso de negrito

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>Mediators and their teams may consider encouraging civil society, including women’s groups, to convene a public forum (s) [sic.] to discuss security and peacebuilding issues, including conflict- related sexual violence. Outcomes of such discussions can be fed back to the mediation team and used in discussion with the parties .</i></p>	<p>Os (As) mediadores (as) e suas equipes podem considerar incentivar a sociedade civil, incluindo grupos de mulheres, a convocar um ou mais fóruns públicos [sic.] para discutir questões de segurança e consolidação da paz, incluindo a violência sexual relacionada ao conflito.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Além do uso de negrito e itálico, as aspas são empregadas para enfatizar o uso não literal de uma palavra, conforme exemplificado a seguir:

Quadro 26 - Exemplificação do uso de aspas

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>Criminal Justice</i> [sic.]: <i>While some peace agreements provide for the establishment of war crime tribunals or chambers, the majority of wartime abuses tend to be referred to the domestic justice system with a strong emphasis on traditional/informal justice processes. Most agreements do not address how these processes can effectively prosecute conflict- related or protect the dignity and safety of survivors of sexual violence. Prosecutions through these mechanisms often focus on the senior-most perpetrators, while “de facto” [sic.] amnesty continues to exist for the “rank and file” [sic.]. This has an impact on perceived impunity and redress for victims.</i></p>	<p>A Justiça Criminal [sic.]: Embora alguns acordos de paz prevejam o estabelecimento de tribunais ou câmaras para crimes de guerra, a maioria dos abusos cometidos durante o período de guerra tende a ser encaminhada para o sistema de justiça nacional, com um forte enfoque em processos de justiça tradicionais/informais. A maioria dos acordos não aborda como esses processos podem efetivamente processar os crimes relacionados ao conflito ou proteger a dignidade e a segurança dos sobreviventes de violência sexual. Os processos judiciais através destes mecanismos centram-se frequentemente nos perpetradores de mais alto escalão, enquanto a anistia "de</p>

	<p>facto" [sic.] continua a existir para os "soldados" [sic.]. Essa situação tem um impacto na percepção de impunidade e da reparação das vítimas.</p>
--	--

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Nos trechos acima, as aspas são usadas em "de facto" e "rank and file" para destacar termos específicos que possuem significados técnicos ou contextuais particulares. Segundo Guilherme Bianchini de Oliveira (2017), advogado brasileiro, ao utilizar a expressão "de facto", o texto indica uma expressão em latim comumente usada no jargão jurídico para significar "na prática", em contraste com "de jure" (de direito), que significa "por direito" ou "legalmente". No trecho selecionado, a expressão "de facto" (em latim, que significa "na prática" ou "de fato") é usada aqui para indicar que, na realidade prática, há uma anistia que continua a existir, mesmo que não seja formalmente reconhecida ou oficializada.

O uso das aspas em "de facto" ajuda a destacar um termo estrangeiro ou técnico, muitas vezes não diretamente traduzível ou que possui um significado específico dentro do contexto particular. Além disso, essas aspas também podem indicar que o uso da expressão é irônico ou crítico, destacando a discrepância entre a teoria (leis que deveriam aplicar-se a todos) e a prática (onde alguns indivíduos continuam impunes).

Em relação à expressão "rank and file", ela destaca uma frase específica que se refere aos membros comuns ou de base de uma organização, neste caso, os soldados ou combatentes de menor patente dentro de um contexto militar ou de grupos armados. Nesse caso específico, as aspas podem ter sido usadas para dar um tom sarcástico ou irônico à frase. As aspas em "rank and file" sugerem que o (a) autor (a) está questionando ou subestimando a ideia de que esses combatentes de nível inferior (os "rank and file") são menos culpáveis ou que a amnistia para eles é menos problemática em um contexto em que se observa a violência sexual.

O uso das aspas pode insinuar que, apesar de serem considerados "menos importantes", esses indivíduos também têm responsabilidade significativa pelos crimes cometidos, no caso pela violência sexual cometida, e a amnistia para eles pode contribuir para a sensação de impunidade. Portanto, as aspas podem estar destacando uma crítica implícita à ideia de que apenas os funcionários de alto escalão merecem ser processados, enquanto os de nível inferior são praticamente ignorados.

Em ambos os casos apresentados, as aspas ajudam a sinalizar ao (à) leitor (a) que esses termos devem ser entendidos de uma forma específica e dentro de um contexto jurídico e de mediação de conflitos. Em relação ao uso das aspas para citar diretamente trechos de documentos, discursos e declarações oficiais, o texto faz o uso desse recurso, conforme mostrado no quadro a seguir:

Quadro 27 - Uso de citações de documentos oficiais

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>The United Nations Security Council considers that “sexual violence, when used or commissioned as a tactic of war in order to deliberately target civilians or as a part of a widespread or systematic attack against civilian populations, can significantly exacerbate situations of armed conflict and may impede the restoration of international peace and security”. Three Security Council resolutions specifically oblige the UN system to address conflict-related sexual violence.</i></p>	<p>O Conselho de Segurança das Nações Unidas considera que "a violência sexual, quando usada ou encomendada como tática de guerra para deliberadamente atacar civis ou como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra populações civis, pode exacerbar significativamente situações de conflito armado e pode dificultar a restauração da paz e segurança internacionais". Três resoluções do Conselho de Segurança obrigam especificamente o sistema da ONU a abordar a violência sexual relacionada ao conflito.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O uso de aspas no trecho fornecido destaca uma citação direta da consideração do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a violência sexual em contextos de conflito presente na Resolução 1820. As aspas ajudam o (a) leitor (a) a distinguir claramente entre a análise ou narração do (a) autor (a) do documento e as palavras exatas provenientes de uma fonte autoritativa. Esse uso reforça a seriedade da declaração e a necessidade de considerá-la dentro de políticas e práticas relacionadas ao combate à violência sexual em conflitos.

4.4 EFEITO

Segundo Nord, a tradução não deve ser vista apenas como uma transferência mecânica de palavras e estruturas linguísticas do texto-fonte para o texto traduzido, mas sim como um processo que reflete sobre considerações acerca do texto-fonte e texto-alvo. Diferentemente da intenção e da função do texto, o efeito de um texto sobre

um receptor só pode ser julgado depois que o processo comunicativo foi completado, com a leitura do (a) receptor (a).

No caso de *GM-SVPA*, um possível efeito comunicativo do documento, segundo os conceitos de Nord (2016), seria a capacidade deste manual de informar orientações para os (as) mediadores (as) e as partes envolvidas sobre a abordagem da violência sexual nos processos de paz e de cessar-fogo, tanto na língua original em que foi escrito quanto na tradução para o português.

As análises da cultura-alvo e de partida realizadas ao longo deste capítulo, juntamente com a análise detalhada de *GM-SVPA*, contribuíram significativamente para as decisões discutidas aqui, centradas principalmente na função do texto estudado. Essas análises proporcionaram uma compreensão mais profunda do conteúdo dentro de um contexto específico e momento histórico. Com base nessas análises, a tradutora foi capaz de tomar decisões conscientes em seu trabalho diante da compreensão melhor do texto-fonte e do papel efetivo que o texto desempenhará na cultura receptora obtida através da análise textual proposta por Nord (2016).

CAPÍTULO 5

Nesta seção, serão apresentadas algumas escolhas tradutórias que surgiram durante o processo de tradução. Algumas dessas escolhas já foram devidamente justificadas no contexto da análise do texto-fonte nas subseções 4.1 e 4.2, como por exemplo o termo “de facto”.

Neste capítulo e no anterior, cada decisão de tradução foi cuidadosamente ponderada, levando em consideração não apenas as nuances linguísticas, mas também as peculiaridades culturais e contextuais presentes na obra e na cultura-alvo.

É relevante destacar que, em alguns casos, optou-se por uma abordagem que privilegia a manutenção do mesmo significado do texto-fonte, recuperando sentidos presentes no texto-fonte, enquanto em outros momentos, priorizou-se uma adaptação mais dinâmica que pudesse ressoar melhor para o público-alvo da tradução.

Ao examinar as escolhas tradutórias decididas durante o processo de tradução, busca-se oferecer um entendimento sobre o processo de tradução e as complexidades envolvidas na transposição de significados entre estruturas linguísticas e sintáticas distintas, isto é, entre dois idiomas diferentes.

5. TÍTULOS

O manual *GM-SVPA* menciona órgãos, reuniões, normas e leis internacionais que fundamentam a abordagem da violência sexual em conflitos. Isso inclui resoluções relevantes da ONU, cujos títulos, em português, nem sempre são fixos.

A coesão entre as traduções dos títulos dos documentos e notícias da ONU em português foi baseada principalmente no site oficial da organização. No entanto, é essencial notar que alguns desses títulos em português podem não ser tão prontamente encontrados ou reconhecidos quanto os equivalentes em inglês. Muitas vezes, essas traduções são feitas para os sites da ONU no Brasil e podem redirecionar para as páginas em inglês, onde o conteúdo oficial é disponibilizado.

O objetivo principal deste trabalho foi buscar manter a consistência entre o que é divulgado pela ONU no Brasil e o conteúdo original em inglês, garantindo uma abordagem uniforme das informações, já que se trata da mesma instituição.

Abaixo, alguns exemplos dos títulos traduzidos com base no que foi encontrado na ONU Brasil:

Quadro 28 - Tradução de títulos

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>The Colloquium was organized by the United Nations Development Fund for Women (now part of UN Women), Department of Political Affairs, Department of Peacekeeping Operations, United Nations Development Programme, and Office for the Coordination of Humanitarian Affairs on behalf of UN Action Against Sexual Violence in Conflict and in partnership with the Centre for Humanitarian Dialogue.</i></p>	<p>O Colóquio foi organizado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, atualmente parte da ONU Mulheres, Departamento de Assuntos Políticos, Departamento de Operações de Manutenção da Paz, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários em nome da Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflitos e em parceria com Centro para o Diálogo Humanitário*.</p>
<p><i>Organized by DPA, DPKO, UNDP, UNIFEM and OCHA on behalf of UN Action Against Sexual Violence in Conflict and in partnership with the Centre for Humanitarian Dialogue (HDC).</i></p>	<p>Organizado pelo Departamento de Assuntos Políticos (DPA, sigla em inglês), Departamento de Operações de Paz (DPKO, sigla em inglês), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, sigla em inglês), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM, sigla em inglês) e Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, sigla em inglês) em nome da Ação da ONU Contra a Violência Sexual em Conflito e em parceria com o Centro para o Diálogo Humanitário (HDC, sigla em inglês).</p>
<p><i>See “Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolutions 820 (2008) and 1889 (2009)” (S/2010/604).</i></p>	<p>Vide “Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolutions 820 (2008) and 1889 (2009)” (S/2010/604).</p>
<p><i>Security Council resolution 1820 (2008), Security Council resolution 1888 (2009) and Security Council resolution 1960 (2010), among their provisions, prohibit amnesty for conflict-related sexual violence; require the UN system to develop mediation methods to address conflict-related sexual violence; and provide the</i></p>	<p>As resoluções 1820 do Conselho de Segurança (2008), 1888 (2009) e 1960 (2010), entre suas disposições, proíbem anistia para violência sexual relacionada ao conflito; exigem que o sistema das Nações Unidas desenvolva métodos de mediação para abordar a violência sexual relacionada ao conflito; e fornecem a estrutura de</p>

<i>accountability architecture to list and de-list perpetrators, as well as to report on patterns and trends in conflict-related sexual violence.</i>	responsabilização para listar e retirar da lista perpetradores, bem como para relatar padrões e tendências na violência sexual relacionada ao conflito.
---	---

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A ausência de uma tradução para o português brasileiro do documento "Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolutions 820 (2008) and 1889 (2009)" dificulta que mediadores (as) brasileiros (as) e potenciais leitores (as) localizem o documento caso optem por buscar a versão traduzida do título. Além disso, o título está entre aspas, indicando que foi transcrito integralmente. Portanto, uma tradução literal poderia comprometer o propósito do documento, que é informar e orientar profissionais envolvidos (as) na mediação de conflitos sobre como lidar com a violência sexual relacionada a conflitos, usando recursos como relatórios da ONU.

5.1 ESTRANGEIRISMO

O manual em questão é direcionado a um público especializado, composto por profissionais envolvidos na mediação. Por essa razão, emprega-se jargões da área do direito e da política internacional, termos familiares e compreensíveis para os especialistas da área, que compartilham da mesma bagagem linguística.

"Inter alia" é uma expressão latina que, segundo o glossário de termos jurídicos do desembargador brasileiro Silvio Teixeira Moreira (2008), significa "entre outras coisas". É frequentemente utilizada para indicar que algo está sendo mencionado como parte de uma lista ou enumeração, mas não é o único item relevante.²⁵ Muitos termos latinos são incorporados no português, fenômeno conhecido como latinismo, principalmente na terminologia específica de determinadas ciências exatas ou humanas, como no direito, em contratos e acordos.

Barbosa (1990) denomina o fenômeno como transferência com forma de estrangeirismo, entendida como a introdução do material lexical sem tradução da Língua Fonte (LF) no texto da Língua Alvo (LA). A transferência, portanto, é um

²⁵ *Inter alia*. Disponível <<https://www.migalhas.com.br/coluna/latinorio/63693/aula-n--97>>. Acesso em 29 de maio de 2024.

processo de utilização da estratégia de estrangeirização, em que há o uso original da palavra, como exposto abaixo:

Quadro 29 - Uso da transcrição na tradução do termo “inter alia”

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>The United Nations Security Council considers that “sexual violence, when used or commissioned as a tactic of war in order to deliberately target civilians or as a part of a widespread or systematic attack against civilian populations, can significantly exacerbate situations of armed conflict and may impede the restoration of international peace and security”. Three Security Council resolutions specifically oblige the UN system to address conflict- related sexual violence.</i></p>	<p>O Conselho de Segurança das Nações Unidas considera que "a violência sexual, quando usada ou encomendada como tática de guerra para deliberadamente atacar civis ou como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra populações civis, pode exacerbar significativamente situações de conflito armado e pode dificultar a restauração da paz e segurança internacionais". Três resoluções do Conselho de Segurança obrigam especificamente o sistema da ONU a abordar a violência sexual relacionada ao conflito.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Outro exemplo de transferência com forma de estrangeirismo foi a transcrição do termo “checklist” do texto-fonte para o texto-alvo devido à incorporação deste termo de língua inglesa nos dicionários de língua portuguesa. O termo, que em português significa “lista de verificação”, é amplamente usado em textos no português e muitas vezes é preferível a “lista de verificação”, assim o estrangeirismo pode ocorrer como mostrado abaixo:

Quadro 30 - Uso da transcrição na tradução do termo “checklist”

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>In order to fulfill specific Security Council mandates on the issue, the mediator and his/her team can draw on the following <u>checklist</u> (and the more detailed guidance that accompanies it) for addressing conflict-related sexual violence as part of the overall mediation strategy.</i></p>	<p>Com o objetivo de cumprir mandatos específicos do Conselho de Segurança sobre a questão, o mediador e sua equipe podem se basear na seguinte <u>checklist</u> (e nas orientações mais detalhadas que a acompanham) para a abordagem da violência sexual relacionada ao conflito como parte da estratégia geral de mediação.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A transcrição do termo “continuum” do texto-fonte no texto-alvo é justificada pelos mesmos motivos dos termos acima mencionados. O termo de origem latina, que em português significa “sequência ininterrupta”, “contínuo”, é encontrado em textos em português e nos dicionários, o que mostra que foi incorporado na língua.

Quadro 31 - Uso da transcrição na tradução do termo “continuum”

Texto-fonte	Texto-alvo
[...] <i>To this end, addressing conflict-related sexual violence can be seen as part of a <u>continuum</u>: from facilitating security, to dealing with the past, to breaking the cycle of impunity and ensuring reconciliation and rehabilitation.</i>	[...] Para esse fim, a abordagem da violência sexual relacionada ao conflito pode ser vista como parte de um <u>continuum</u> : desde a facilitação da segurança, ao enfrentamento do passado, até rompimento do ciclo de impunidade e garantia de reconciliação e reabilitação.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Outro exemplo de termo em que se aplicou o procedimento de transferência é o termo "cluster de proteção". Esse termo frequentemente utilizado em contextos de relações internacionais, especialmente em documentos, tratados, relatórios e discussões que abordam questões humanitárias e de proteção em cenários de conflitos armados, desastres naturais e crises humanitárias. Como uma forma de auxílio e de melhora da coordenação humanitária, os *clusters* são criados a partir da união de organizações internacionais com um foco em suas áreas especializadas para a realização de trabalhos específicos (Jahre; Jensen, 2010).

Quadro 32 - Uso da transcrição na tradução do termo “protection cluster”

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>In order to assess whether conflict-related sexual violence may be occurring, or may have occurred, particularly during ongoing hostilities, proactive outreach and coordination efforts by the mediation team is advised with the Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict, humanitarian actors or a humanitarian liaison,12 <u>protection clusters</u>,13 other UN actors, women’s groups and</i>	Para avaliar se a violência sexual relacionada a conflitos pode estar ocorrendo ou ter ocorrido, especialmente durante hostilidades em curso, é aconselhável que a equipe de mediação realize esforços proativos de divulgação e coordenação com o Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência Sexual em Conflito, atores ou Oficial de Ligação humanitários,12 <u>clusters de proteção</u> , 13 outros

<i>networks, 14 victims of conflict-related sexual violence and their communities, police, former soldiers, and religious and political leaders, as appropriate.</i>	atores das Nações Unidas, grupos e redes de mulheres, vítimas de violência sexual relacionada a conflitos e suas comunidades, polícia, ex-soldados e líderes religiosos e políticos, conforme apropriado.
--	---

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O termo "cluster" é empregado por organizações internacionais, governos, acadêmicos e profissionais que trabalham nessas áreas para descrever a coordenação e o agrupamento de esforços voltados para proteger e assistir pessoas em situações vulneráveis. Este termo não possui equivalente em português, sendo utilizado na forma original em textos escritos nesse idioma. Portanto, é crucial manter a integridade e a precisão do termo ao transferi-lo para o português, de modo consistente com sua forma encontrada nos textos em português, pois a tradução deve capturar não apenas o significado literal, mas também a essência do conceito original, para evitar perda de precisão ou interpretações equivocadas.

5.2 TERMOS TÉCNICOS

Como mencionado anteriormente, o manual *GM-SVPA* apresenta uma terminologia jurídica e política específica. Determinados termos foram traduzidos de acordo com o contexto de mediação e relações internacionais e o uso recorrente na língua-alvo, conforme exemplificado abaixo:

Quadro 33 -Tradução do termo 'peacebuilding'

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>[...] It provides strategies for including this security and <u>peacebuilding</u> concern within ceasefire and security arrangements and in framing provisions for post-conflict justice and reparations.</i>	[...] Ele fornece estratégias para incluir essa preocupação de segurança e de <u>consolidação da paz</u> nos acordos de cessar-fogo e segurança, bem como elaborar disposições relativas à justiça e reparações pós-conflito.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Conforme destacado por Gilda Neves (2009, p.9), diplomata brasileira, em uma publicação pela FUNAG, o termo "peacebuilding" é atualmente empregado em círculos diplomáticos e acadêmicos ligados à teoria da solução de conflitos. Segundo

a Fundação, o termo pode ser traduzido literalmente do inglês para o português como "construção da paz" ou, de forma mais ampla, como "consolidação da paz", opção indicada pela instituição. Essa tradução leva em consideração o contexto das Nações Unidas e de seus dois idiomas oficiais neolatinos, contexto em que as formas utilizadas são "consolidación de la paz" e "consolidation de la paix", o que mostra que o termo assume conotações específicas.

A FUNAG, Fundação Alexandre de Gusmão, é uma instituição brasileira vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, que realiza diversas publicações que buscam contribuir para a formação e a capacitação de diplomatas e outros profissionais da área, além de fomentar o debate acadêmico e a reflexão sobre questões globais. Tal instituição é a principal instituição referência em relação ao estudo de temas relacionados às relações internacionais e à política externa brasileira. Desse modo, tendo em vista a referência e à respeitabilidade que a instituição possui, assim como a tradução presente no documento de referência, a tradutora adotou a tradução do termo "peacebuilding" como "consolidação da paz".

O termo "command responsibility" é um termo específico da área do direito internacional e da área militar. Conforme definido pelo glossário online do *European Center for Constitutional and Human Rights* (ECCHR), esse termo:

permite que os comandantes sejam responsabilizados criminalmente por crimes cometidos pelos seus subordinados. Isto aplica-se se o comandante estava em posição de evitar crimes cometidos por forças sob o seu controle efetivo e sabia ou deveria saber que o crime seria cometido. (ECCHR, *tradução nossa*).²⁶

Ao analisar textos relacionados a esse tipo de responsabilidade no português, nota-se o uso da locução nominal "responsabilidade de comando", termo presente, por exemplo, na dissertação de mestrado de Marcelo Feital para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, intitulada "A responsabilidade de comando por atos de subordinados no Direito Internacional dos Conflitos Armados" (2010). No português, na expressão em questão há a adição da preposição "de" formando uma expressão preposicional ("de comando") combinada ao substantivo ("responsabilidade"). Essa construção transmite

²⁶ No original: "[...] allows for commanders to be held criminally liable for crimes committed by their subordinates. This will apply if the commander was in a position to prevent crimes committed by forces under their effective control and knew or should have known that the crime would be committed" (European Center for Constitutional and Human Rights).

a ideia de que existe uma obrigação (responsabilidade) que é inerente à posição de liderança (comando).

O inglês e o português diferem em suas estruturas gramaticais padrão de frases e termos. Enquanto o inglês frequentemente utiliza a estrutura com adjetivo seguido por substantivo (por exemplo, "command responsibility"), o português frequentemente recorre a locuções preposicionais para expressar relações semelhantes. Portanto, no português, o termo "responsabilidade de comando" apresenta em sua composição a preposição "de" para ligar os dois substantivos, indicando uma relação de pertencimento ou origem da responsabilidade no comando, como observado abaixo.

Quadro 34 - Tradução do termo "command responsibility"

Texto-fonte	Texto-alvo
[...] <i>Early discussions on <u>command responsibility</u> can help to ensure that parties understand the risks and legal, political, economic and personal consequences for the use of conflict-related sexual violence. [...]</i>	[...]. As primeiras discussões sobre a <u>responsabilidade de comando</u> podem ajudar a garantir que as partes entendam os riscos e as consequências legais, políticas, econômicas e pessoais do uso de violência sexual relacionada ao conflito. [...]

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Segundo o *Cambridge Dictionary*, "criminal accountability" se refere à responsabilidade por qualquer comportamento ilegal que cause mal ou danos a alguém ou algo.²⁷ O adjetivo "criminal" neste contexto está relacionado ao campo da lei e se refere a algo que está associado ao crime ou ao sistema legal que trata de crimes. Observando as ocorrências de adjetivos que qualificam o substantivo "responsabilidade" na legislação brasileira, observa-se que há ocorrência da forma "responsabilidade penal" e em menor escala da estrutura "responsabilidade criminal". Portanto, a escolha tradutória desse termo é o substantivo "responsabilidade penal" devido à sua verdadeira ocorrência nos textos jurídicos.

Quadro 35 - Tradução do termo "criminal accountability"

²⁷ *Criminal accountability*. Disponível em <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/criminal-liability>. Acesso em 17 mar. 2024.

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>Transitional justice mechanisms should include a mix of approaches, from <u>criminal accountability</u>, to truth seeking, and reparations and redress. [...]</i></p>	<p>Os mecanismos de justiça de transição devem incluir uma variedade de abordagens que abarcam desde a <u>responsabilização penal</u> até a busca da verdade, assim como reparações. [...]</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No quadro acima, pode-se constatar outro termo técnico, a expressão “reparations and redress”. Geralmente, esses termos são utilizados em conjunto para se referir ao processo de compensação ou reparação por injustiças. O objetivo desse processo é corrigir injustiças do passado e mitigar os efeitos duradouros de determinados eventos sobre comunidades afetadas.

Em inglês, “reparations” e “redress” são termos distintos, embora relacionados. O termo *reparation* se refere especificamente à compensação financeira ou material fornecida como forma de reparar danos, injustiças e sofrimentos passados. Geralmente, é usado para descrever compensações diretas concedidas a grupos ou indivíduos que foram prejudicados historicamente, como vítimas de escravidão, genocídio, discriminação racial, entre outros.

Por outro lado, *redress* é mais amplo e abrange não apenas a compensação financeira, mas também a correção em relação a uma injustiça ou desigualdade. Pode incluir uma variedade de medidas corretivas, como reformas políticas, programas sociais, mudanças institucionais, entre outros, destinados a corrigir ou mitigar os efeitos de injustiças passadas e prevenir futuras injustiças, como discorrido por Murray:

redress é uma reparação ou compensação, e pode incluir compensação financeira, prestação de serviços, reconhecimento e desculpas e similares. Inclui danos, ou compensações financeiras, obtidos através de litígios civis, bem como esquemas ou processos estabelecidos por governos ou instituições para oferecer compensação, reparação e/ou serviços.²⁸ (Murray, 2015, p. 87, tradução nossa)

²⁸ No original: “[...] is a remedy or compensation, and it can include financial compensation, provision of services, recognition and apologies and the like. It includes damages, or financial compensation, obtained through civil litigation, as well as schemes or processes established by governments or institutions to offer compensation, reparation and/or services” (Murray, 2015, p. 87).

Assim, no inglês, com o objetivo de diferenciar os processos estabelecidos por governos ou instituições para oferecer compensação, reparação e/ou serviços das formas mais amplas de reparação ou *reparation*, em inglês, utiliza-se “redress”. No entanto, no português não há uma diferenciação tão nítida entre “reparations” e “redress”, assim como ocorre na língua inglesa. Ambos os termos tendem a ser traduzidos de forma mais ampla como “reparação (s)” ou “compensação (s)”.

Além dos termos técnicos mostrados anteriormente, os últimos exemplos de termos técnicos que podem ser observados são os termos “arrangement” e “agreement”.

Quadro 36 - Tradução dos termos “agreements” e “arrangements”

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>If left unaddressed, it can be used as a means to continue acts of war outside the purview of <u>agreements</u> and monitoring teams, which can trigger cycles of vengeance and vigilantism, and risk undermining confidence in <u>agreements</u> and possibly the mediation process itself.</i>	Se não for abordada, ela pode ser usada como um meio de continuar atos de guerra fora do escopo de <u>acordos</u> e equipes de monitoramento, o que pode desencadear ciclos de vingança e justiça com as próprias mãos e correr o risco de minar a confiança nos <u>acordos</u> e possivelmente no próprio processo de mediação.
<i>Amnesties for crimes under international law are prohibited, and <u>arrangements</u> for transitional justice are included, particularly prosecution, reparations and truth-seeking bodies.</i>	Anistias nos casos de crimes tipificados, conforme o direito internacional, sejam proibidas, e <u>arranjos</u> relativos à justiça de transição sejam incluídos, especialmente em relação ao processo criminal, às reparações e Comissões da Verdade.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O Relatório sobre o Direito dos Tratados (*Law of Treaties*), disponibilizado pela Organização das Nações Unidas em 1953, apresenta as definições dos mencionados termos, como a seguinte:

Agreements, as defined in article 1, constitute treaties regardless of their form and designation. (International Law Commission, 1953, p. 90)²⁹

²⁹ “Os acordos, conforme definidos no artigo 1º, constituem tratados, independentemente de sua forma e designação” (International Law Commission, 1953, p. 90, *tradução nossa*).

De acordo com a definição acima, um "agreement" é um entendimento ou compromisso formal entre duas ou mais partes. Um tratado internacional, ou um acordo de paz são todos tipos de "agreements". Por outro lado, segundo as definições de *Cambridge Dictionary* online e *Word Reference*, um "arrangement" refere-se a um planejamento, disposição ou organização de algo. Pode ser menos formal do que um "agreement" e não necessariamente cria obrigações legais para as partes envolvidas. Por isso, pode ser mais flexível e informal, focando mais na organização ou disposição de algo do que em um compromisso formal.

Segundo o *dicionário de direito, economia e contabilidade: português-inglês/ inglês-português*, de Marcílio Moreira de Castro, publicado em 1981, o termo "arrangement" é equivalente da palavra "acordo", assim como "agreement". Desse modo, observa-se que a fonte mencionada mostra que ambos os termos são utilizados como sinônimos e ambos significam "acordo".

Entretanto, ao observar a tradução da sigla *Ceasefire and Transitional Security Arrangements Monitoring Mechanism* (CTSAMM) presente no Decreto nº 9.710, de 13 de fevereiro de 2019, em que há a presença do termo "arrangements", é possível perceber que o termo "arrangements" foi traduzido como "arranjos", como exposto na seguinte passagem:

A obstrução de atividades de missões internacionais de manutenção da paz, diplomáticas ou humanitárias no Sudão do Sul, incluindo o Mecanismo de Monitoramento do Cessar-fogo e dos Arranjos de Segurança Transicional (CTSAMM, na sigla em inglês), ou a entrega, distribuição ou acesso de assistência humanitária; (Brasil, 2019).

No trecho destacado acima, o termo "transitional security arrangements" é traduzido como "arranjos de segurança transicional". A palavra "arranjos" foi escolhida para traduzir "arrangements", que neste contexto se refere a disposições ou medidas provisórias voltadas à segurança durante um período de transição, como em situações de pós-conflito, como é o caso do contexto da expressão no exemplo presente no quadro 36. É necessário recordar que em *GM-SVPA*, há uma série de orientações que ajudam os (as) mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual nos acordos de paz e cessar-fogo, o que inclui também todos os processos que levam a assinatura de um acordo, isto é, os processos preparatórios, como é o caso do estabelecimento de arranjos, que posteriormente irão se transformar em acordos.

No texto, há uma clara distinção entre três principais termos, "provisions", "arrangement" e "agreement", que se referem a diferentes aspectos de como as partes estabelecem e organizam obrigações, entendimentos e disposições em um contexto legal, contratual ou diplomático. "Provisions" são elementos específicos ou cláusulas que fazem parte de um documento maior, como um contrato, tratado ou lei. Eles definem as condições, obrigações, ou direitos das partes envolvidas.

Conforme discutido anteriormente, um "arrangement" é uma organização ou plano feito entre partes para atingir um objetivo comum. Pode ser formal ou informal, e geralmente envolve uma preparação ou combinação prática de recursos ou ações. Por outro lado, um "agreement" é um entendimento ou compromisso entre duas ou mais partes. Pode ser formal, como em um contrato ou tratado, ou informal, como um simples entendimento verbal.

Embora "arranjos" possa ter uma conotação menos formal, neste contexto é apropriado porque captura a natureza temporária e prática dessas medidas. Observa-se, portanto, que para o governo brasileiro, o termo "arrangement" é traduzido como "arranjo". Diante disso, na tradução final do manual que foi traduzido neste trabalho, optou-se por utilizar a tradução como "arranjo" para "arrangement", em consonância com a terminologia adotada em documentos oficiais do Governo brasileiro e com o significado da expressão no contexto analisado.

5.3 REPETIÇÃO

A tendência de repetir palavras ou estruturas pode variar entre o inglês e o português, dependendo do contexto, estilo e propósito da comunicação. Em *GM-SVPA*, observa-se a repetição de muitas palavras em uma mesma sentença.

Na língua inglesa, a repetição é frequentemente utilizada como um recurso retórico para enfatizar um ponto, criar ritmo ou estabelecer coesão textual. Em textos em inglês, as repetições simples de palavras ocorrem, em média, em 79% dos contos e em 83% dos artigos de jornais, enquanto nos textos jurídicos, essa frequência sobe para 90% (Buitkiené, 2005, p. 2).

Por outro lado, o português, especialmente na escrita formal e acadêmica, tende a evitar a repetição através do uso de sinônimos ou pronomes, conforme explicitado pela linguista brasileira Maria Helena Neves (1997). Isso é parte de um estilo preferencial que busca a elegância e a variedade lexical, uma vez que o

português valoriza um estilo mais variado e menos repetitivo, priorizando a clareza e a ênfase sem recorrer tanto à repetição estratégica, como frequentemente observado na língua inglesa.

Considerando essas diferenças culturais e lexicais, em *GM-SVPA*, é possível notar vários trechos com repetições de palavras que podem ser evitadas no português. O uso constante desses elementos não é tão comum na língua portuguesa e pode tornar o texto cansativo para o (a) leitor (a) final.

Quadro 37 - Uso da repetição lexical

Texto-fonte	Texto-alvo
<p>6 <i>Security Council resolution 1820 (2008), Security Council resolution 1888 (2009) and Security Council resolution 1960 (2010), among their provisions, prohibit amnesty for conflict-related sexual violence; require the UN system to develop mediation methods to address conflict-related sexual violence; and provide the accountability architecture to list and de-list perpetrators, as well as to report on patterns and trends in conflict-related sexual violence.</i></p>	<p>6 <i>As resoluções 1820 (2008), 1888 (2009) e 1960 (2010) do Conselho de Segurança), entre suas disposições, proíbem anistia para violência sexual relacionada ao conflito; exigem que o sistema das Nações Unidas desenvolva métodos de mediação para abordar a violência sexual relacionada ao conflito; e fornecem a estrutura de responsabilização para listar e retirar da lista perpetradores, bem como para relatar padrões e tendências na violência sexual relacionada ao conflito.</i></p>
<p><i>Knowledge Gathering, Knowledge Sharing and Strategic Communication</i></p>	<p><i>Levantamento, Coleta e Compartilhamento de Conhecimento e Comunicação Estratégica</i></p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No exemplo acima, para que se evitasse a repetição no português, com o objetivo de tornar o texto menos cansativo para o (a) leitor (a) final, optou-se por eliminar a repetição das palavras "Security Council resolution" e reestruturar a frase de maneira que apenas se citasse os números e os anos das resoluções, para que se mantesse a clareza e o significado da frase original, mas se eliminasse a repetição desnecessária da expressão completa "Security Council resolution" em português

Diante de todas as decisões tradutórias apresentadas neste capítulo, observa-se que todas as decisões tradutórias justificadas acima foram tomadas pela tradutora, com o objetivo de tornar o texto traduzido compreensível para os (as) leitores (as) brasileiros (as), principalmente, para os (as) mediadores (as) brasileiros (as), através

por exemplo da eliminação de termos repetidos, do uso frequente no corpus brasileiro das expressões técnicas, da tradução de títulos institucionais que podem ser facilmente localizados e acessados na internet pelo público brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram propostos os seguintes objetivos: traduzir o texto *GM-SVPA* (2012); debruçar sobre a questão da violência sexual e questões de gênero, a partir das teorias feministas; discutir as estratégias de tradução de termos e expressões especializadas em relação à temática, assim como discorrer sobre a função do texto traduzido.

Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements (2012) é um documento institucional elaborado pelo antigo Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas, que atualmente compreende o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas. Ele oferece orientações aos mediadores e às mediadoras e suas equipes sobre como abordar a violência sexual relacionada a conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz.

O primeiro objetivo proposto neste trabalho é oferecer uma tradução funcionalista do manual, uma vez que, um manual deve ser orientado para o (a) receptor (a), para que ele/ela compreenda e aplique as orientações contidas no manual e, conseqüentemente, atendam às necessidades das comunidades afetadas pela violência sexual, facilitando processos de paz mais inclusivos e sustentáveis. Para alcançar tal objetivo, além dos procedimentos técnicos da tradução discutidos por Barbosa (1990), foram utilizados os conceitos da análise funcionalista da tradução e metodologia de análise textual de Nord (2016; 2018).

A abordagem funcionalista da tradução, conforme desenvolvida por Christiane Nord, enfatiza a importância de entender a função comunicativa do texto. Dentro dessa abordagem, Nord propõe uma metodologia de análise textual, que permite que a tradução produza um texto funcional na cultura-alvo. Para isso, Nord fornece um conjunto de fatores, os quais foram utilizados neste trabalho, para entender e interpretar o texto-fonte, com o objetivo de produzir uma tradução funcional e eficaz na língua-alvo e na cultura-alvo.

A incorporação dos procedimentos técnicos de tradução de Barbosa (1990), dos conceitos da análise funcionalista da tradução e da metodologia de análise textual de Nord (2016; 2018) na tradução do manual *GM-SVPA* destaca a importância de se produzir uma tradução de alta qualidade para que o texto-alvo cumpra sua função pretendida ou exigida. Essas abordagens combinadas permitiram que se buscasse

uma tradução final culturalmente relevante, eficaz na comunicação e funcionalmente adequada para o público-alvo.

O manual traduzido, *GM-SVPA*, destaca a importância de abordar a violência sexual desde o início das negociações de paz para aumentar a durabilidade da paz, mitigar inseguranças de segurança, melhorar a transparência, a responsabilidade e a confiança entre as partes envolvidas. Além disso, discute os contextos nos quais a violência sexual é considerada relacionada ao conflito, de acordo com as normas legais estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em relação ao segundo objetivo proposto, conforme anteriormente discutido, as perspectivas feministas nas Relações Internacionais destacam que o uso desse tipo de violência nos conflitos armados tem como finalidade atingir objetivos estratégicos. A cientista política americana Elisabeth Jean Wood (2010), por exemplo, afirma que essa violência pode fortalecer os laços entre soldados, servir como válvula de escape dos horrores da guerra e instigar pânico no inimigo. Em complemento, a antropóloga argentina Rita Segato (2003; 2018) argumenta que a violência sexual é uma condição necessária para a manutenção das hierarquias de gênero e outras ordens de status.

Assim como exposto, o Brasil enfrenta desafios significativos em relação à violência sexual, tanto nas suas participações em missões de paz nos tempos de conflito quanto em situações de violência interna, doméstica e urbana. Além disso, a falta de informações sobre como lidar com a violência sexual em conflitos e mitigar seus danos no contexto brasileiro faz com que seja necessário a utilização da tradução neste contexto como ferramenta no acesso de orientações que ajudam abordar a violência sexual nos acordos de cessar-fogo e de paz nos contextos de conflitos.

Reconhecendo a violência sexual relacionada aos conflitos como um problema global e visando contribuir para uma maior visibilidade a essa questão de âmbito mundial, foi escolhido *GM-SVPA* como objeto do presente trabalho. A tradução de *GM-SVPA* para o português é uma possibilidade de aumentar o entendimento e a atenção em relação ao fenômeno da violência sexual nos contextos de conflitos por parte dos (as) mediadores (as) brasileiros (as).

Em relação ao terceiro objetivo proposto neste trabalho, como observado durante as seções do presente trabalho, o manual em questão utiliza uma linguagem altamente técnica e específica do campo jurídico e dos direitos humanos, o que indica que o texto apresenta um conteúdo com caráter mais jurídico e técnico. Devido ao

grau de especificidade e tecnicidade dos termos, ao longo do trabalho, foram discutidas diversas estratégias de tradução de termos e expressões especializadas em relação às temáticas presentes no manual traduzido.

Durante as escolhas tradutórias propostas na tradução final, em alguns casos, optou-se por uma abordagem que privilegia a manutenção do mesmo significado do texto-fonte, recuperando sentidos presentes no texto técnico, enquanto em outros momentos, priorizou-se uma adaptação mais dinâmica que pudesse ressoar melhor com o público-alvo da tradução, isto é, os (as) mediadores (as) brasileiros (as). Para isso, foram utilizados os procedimentos técnicos da tradução discutidos por Barbosa (1990), como a equivalência, explicitação, expansão, que ofereceram métodos específicos que poderiam ser empregados para lidar com os desafios linguísticos e culturais ao transpor textos de uma língua para outra.

Diante das reflexões e discussões apresentadas, espera-se que o presente trabalho contribua para futuras pesquisas acerca dos processos tradutórios que envolvem temas tão importantes para a atualidade, assim como em relação à compreensão das teorias da tradução. Além disso, deseja-se também que o presente trabalho seja uma possibilidade de uma melhor capacitação dos (as) mediadores (as) brasileiros (as) para que lidem de maneira mais eficaz com a violência sexual relacionada a conflitos em processos de cessar-fogo e acordos de paz.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Isabela. **Violência Sexual em Conflitos Armados**: uma leitura feminista e pós-colonial sobre as iniciativas de seu combate no Sistema ONU (2008 – 2019). Orientadora: Luciana Ballestrin. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/6898/Dissertacao_Isabela%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 mar. 2024.
- ARROJO, Rosemary. Os estudos da tradução na pós-modernidade, o reconhecimento da diferença e a perda da inocência. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, p. 53- 70, 1996. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrFQFZr0uFmKQUA6Fnz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1727285100/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.researchgate.net%2fpublication%2f307784763_Os_Estudos_da_Traducao_na_Pos-Modernidade_o_Reconhecimento_da_Diferenca_e_a_Perda_de_Inocencia/RK=2/RS=5mMJellnEyyfnFHx0KbV9j8ghQ-. Acesso em: 18 mar.2024.
- ARROJO, Rosemary (Org.). **O signo desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003. ISBN 85-7113-062-0. Disponível em: https://www.academia.edu/download/60861594/O_Signo_Desconstruido_-_Rosemary_Arrojo20191010-51427-1127qtx.pdf#page=76. Acesso em: 01 abr. 2024.
- ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução**: A Teoria na Prática. São Paulo: Ática, 1992.
- AUBERT, Francis Henrik. **As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5779939/mod_resource/content/1/AUBERT_%28In%29fidelidades%20da%20tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- AZENHA Jr, João Júnior. **Tradução técnica e condicionantes culturais**: primeiros passos para um estudo integrado. São Paulo: Humanitas, 1999.
- AZENHA Jr, João. Tradução Técnica, Condicionantes Culturais e os Limites da Responsabilidade do Tradutor. **Cadernos de Tradução**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 137-149, 1996. ISSN 1414-526X. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4925422>. Acesso em: 20 abr.2024.
- BAKER, Mona. **Translation and Conflict**: A narrative account. 2. ed. Londres: Routledge, 2018.
- BARBOSA, Heloísa G. **Procedimentos técnicos da tradução**: uma nova proposta. Campinas, São Paulo: Pontes, 1990.
- BARROS, Carolina de Sousa Saleiro. **A Tradução e a Terminologia na Comissão Europeia**: relatório de estágio. 2022. 104 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Tradução, Universidade do Porto, Porto, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/146521>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 22 mai. 2024.
- _____. **Decreto nº 9.710, de 13 de fevereiro de 2019**. [S. l.], 13 de fevereiro. Aprova o embargo de armas e estende o regime de sanções aplicáveis à República do Sudão do Sul até 31 de maio de 2019. [S. l.], 13 fev. 2019. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9710.htm>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUITKIENÉ, Janina. Variability of Cohesive Devices Across Registers. **Revista Studies About Language**. Lituânia, n. 07, 2005. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/228668420_Variability_of_Cohesive_Devices_Across_Registers. Acesso em 01 jul.2024.

CAMBRIDGE DICIONARY. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CARREAU, Dominique; BICHARA, Jahyr-Philippe. **Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CASTRO, Marcílio Moreira de. **Dicionário de Direito, Economia e Contabilidade**: português-inglês/ inglês-português. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CASTRO, Olga. Gender, language and translation at the crossroads of disciplines. **Gender and Language**, [s. l.], v. 7, ed. 1, p. 5-12, 15 fev. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273818908_Introduction_Gender_language_and_translation_at_the_crossroads_of_disciplines. Acesso em: 07 jun. 2024.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÊNERO. **Plano nacional de ação para implementação da RCSNU 1325**: Relatório intercalar de execução - Ano de 2012. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2012. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/5.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. **Guidance for Mediators on Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements**. [S.l.], 2012. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2020/06/Background-Doc-1-DPA-Guidance-for-Mediators-on-Addressing-Conflict-Related-Sexual-Violence-in-Ceasefire-and-Peace-Agreements.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

ECCHR - EUROPEAN CENTER FOR CONSTITUTIONAL AND HUMAN RIGHTS. **Command Responsibility**. Disponível em: <<https://www.ecchr.eu/en/glossary/command-responsibility/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FEITAL, Marcelo. **A responsabilidade de comando por atos de subordinados no Direito Internacional dos Conflitos Armados**. 2020. 210 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8910/1/MO%206285%20-%20MARCELO%20FEITAL.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FREITAS, Jeane Silva de; LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas. A mediação facilitadora das organizações internacionais na resolução de conflitos: Uma análise da atuação da ONU e a da UA no conflito entre o Sudão e o Sudão do Sul. **Relações Internacionais**, Lisboa, 2016, n. 51, p. 89-106, set. 2016. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 mar. 2024.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. A linguagem de especialidade e o texto técnico-científico. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 241-251, set./dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6381/4065>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

GARCIA, Fernanda de Deus. **Entendendo o tráfico de pessoas**: uma tradução funcionalista do relatório global da ONU sobre o tráfico de pessoas. 2014. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras-Tradução) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8273/1/2014_FernandadeDeusGarcia.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

GRAMMATING. **Present simple in instructions**. Disponível em: <https://www.grammaring.com/present-simple-in-instructions>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GREUEL, Marcelo da Veiga. Reflexões fenomenológicas sobre a Teoria da tradução. Florianópolis: **Cadernos de Tradução**, n. 1, p. 27–36, 1996. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307653987_Reflexoes_Fenomenologicas_sobre_a_Teoria_da_Traducao_um_Esboco. Acesso em: 08 abr. 2024.

GODOY, Raquel Bezerra de. **Um exercício de tradução**: Traduzindo The complete guide to Joseph H. Pilates' techniques of physical conditioning. 2014. 98 f. Tese (Bacharel em Letras Tradução Inglês) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9514/1/2014_RaquelBezerraDeGodoy.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.

HATIM, Basil; MASON, Ian. **Discourse and the translator**. Nova Iorque: Longman, 1990.

HOROWITZ, Sara. **Mediation**. In: Webel, Charles and Galtung, Johan (eds.)

HURTADO ALBIR, Amparo. **Traducción y traductología**: Introducción a la traductología. Madrid: Cátedra. 2001. p. 695.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. **Report on the Law of Treaties by Mr. H. Lauterpacht, Special Rapporteur**. Nova Iorque, 1953. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/documentation/english/a_cn4_63.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

JAHRE, Marianne; JENSEN, Leif-Magnus. Coordination in Humanitarian Logistics through Clusters. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, 2010, v. 40, n.º. 8/9, p. 657-674. <https://doi.org/10.1108/09600031011079319>

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti e MARINELLO, Adiane Fogali. Os gêneros textuais e a tipologia injuntiva. **Caderno Seminal Digital**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 1-20, v.11, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/9821/7699>. Acesso em: 19 mai. 2024.

KOCOUREK, Rostislav. Textes et termes. **Meta**, v.36, n.1, p.71-76, 1991. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/meta/1991-v36-n1-meta331/003330ar/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

KOSKINEN, Kaisa. Institutional translation: the art of government by translation. **Perspectives**, v. 22, n.4. p. 479-492, 2014.

KUSSMAUL, Paul. **Text-Type Conventions and Translating**: Some Methodological Issues. In: TROSBORG, Anna. Text Typology and Translation. [S. l.]: John Benjamins, 1997, v. 26, p. 67-83.

LEAL, Alice Borges. Funcionalismo e tradução literária: o modelo de Christiane Nord em três contos ingleses contemporâneos. **Scientia Traductionis**, Florianópolis, SC, v. 2, n. 1, p. 1-9, 2006.

LEMOS, Clara Giffoni; THIAGO, Maria Eduarda Costa Santos de Souza. A relevância da tradução na diplomacia: O impacto da Resolução 242 na disputa árabe-israelense. **Cadernos de Aulas LEA**, v. 12, p. 156-167, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/calea/article/view/3853>. Acesso em: 05 mai.2024.

LIMA, Júlia Soares de. **A lei de migração**: uma tradução funcionalista para a garantia de direitos. 2021. 150 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras - Tradução - Inglês) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31088/1/2021_JuliaSoaresDeLima_tcc.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros textuais & ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p.1-16. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAseros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf. Acesso em 13 abr. 2024.

MARGARIDA, Silvânia Mendonça Almeida. **A figura do tradutor/leitor e sua função comunicativa**. Recanto das Letras, [S.l.], 2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/3383451>. Acesso em: 28 mai. 2024.

MARTÍN, Jacinto *et al.* **Los lenguajes especiales**. Granada: Editorial Comares, 1996.

MEDEIROS, Gabriela Gurgel; DANTAS, Vitor Emmanuel Viana Antunes; RAFFAELE, Mário Savéri Liotti Duarte. Mediação e diplomacia: uma abordagem acerca do papel da Organização das Nações Unidas na guerra civil síria. **In Verbis**, Natal, v. 49, n. 1, p. 173-197, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://www.inverbis.com.br/index.php/home/article/view/118/34>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Diretriz aos Oficiais de Ligação de Doutrina (EB70-D-10.010)**. 3. ed. 2022. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10279/1/Diretriz_OLig.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024.

_____. **Histórico da participação brasileira em missões da ONU**. 29 abr. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu. Acesso em: 11 mar. 2024.

_____. **Decreto nº 9.710, de 13 de fevereiro de 2019**. [S. l.], 13 de fevereiro. Aprova o embargo de armas e estende o regime de sanções aplicáveis à República do Sudão do Sul até 31 de maio de 2019. [S. l.], 13 fev. 2019. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9710.htm>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brazil's 7 priorities in the Security Council - 2022-2023**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/en/Brazil-UNSC/the-2022-2023-mandate/brazilis-7-priorities-in-the-security-council-2022-2023>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Glossário de termos jurídicos**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/glossario-de-terminos-juridicos>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MOREIRA, Silvio Teixeira. **Latinório**. Aula nº 97. 2008. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/latinorio/63693/aula-n--97>>. Acesso em: 29 mai. 2024.

MOSSOP, Brian. **Translating institutions: a missing factor in translation theory**. In: Woodsworth, Judith and Sherry Simon, eds. *La traduction et son public [Translation and its audience]*. Quebec: 1988. p. 65-71.

MURRAY, Suellen. Five: Reparation and redress. In: MURRAY, Suellen. In: **Supporting Adult Care-Leavers**. Bristol, UK: Policy Press, 2015. Cap. 5. p. 87-110. Disponível em: <https://bristoluniversitypressdigital.com/monochap/book/9781447313656/ch005.xml>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Inês Fernandes. **Tradução em contexto diplomático**. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Tradução, Universidade Católica Portuguesa, Portugal, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/37391>. Acesso em: 07 abr. 2024.

NEVES, Gilda Motta Santos. **Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz: perspectiva brasileira**. Brasília: FUNAG, 2009. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca/download/916-Comissao_das_Nacoes_Unidas_para_Consolidacao_da_Paz_Perspectiva_Brasileira.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

NICK, Stanko. Use of Language in Diplomacy. In: Kurbalija, Jovan e Slavik, Hannah (eds.). **Language and Diplomacy**. Malta: DiploProjects, 2001. p. 39-47.

NORD, Christiane. **Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained**. 2. ed. Manchester: St. Jerome, 2018.

_____. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática, com tradução e adaptação de Meta Elisabeth Zipser et al.** São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

_____. Functionalism in translation studies. In: MILLÁN, Carmen; BARTRINA, Francesca (ed.). **The Routledge Handbook of Translation Studies**. London: Routledge, 2013. Cap. 15. p. 201-212.

OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL ON SEXUAL VIOLENCE CONFLICT. **UN Action against Sexual Violence in Conflict**. 2024. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/about-us/un-action/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

_____. **About the Office**. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/about-us/about-the-office/>. Acesso em: 12 marc. 2024.

OLIVEIRA, Guilherme Bianchini de. **Expressões em Latim mais utilizadas pelos operadores do Direito**. 2017. Publicado por Guilherme Bianchini de Oliveira. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/expressoes-em-latim-mais-utilizadas-pelos-operadores-do-direito/444134158>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ONU- NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ONU NEWS- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NEWS. **ONU verificou mais de 3,6 mil casos de violência sexual durante guerras em 2023**. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/04/1830716>. Acesso em: 15 mar. 2024.

_____. **ONU. Mulheres e meninas são 94% das vítimas de violência sexual em conflitos**. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817547>. Acesso em: 11 mai. 2024.

_____. **ONU pede urgência para erradicar violência sexual em conflito**. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1754242>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PEIXOTO, Aline. Desarmamento, desmobilização e reintegração dos ex-combatentes no âmbito das Nações Unidas. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 4, n. 1, 2006. DOI: 10.5102/uri.v4i1.275. Disponível em: <https://publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/275/237>. Acesso em: 08 jun. 2024.

PIUCCO, Narceli. Sobre a (in) visibilidade do tradutor na tradução: algumas referências teóricas e opiniões de tradutores literários. Paraná: **Revista Trama**, v. 4, n. 7, p. 177-187, 2008. Semestral. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=Awrihk_j6nFmOWULrxLz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1718770531/RO=10/RU=https%3a%2f%2fe-revista.unioeste.br%2findex.php%2ftrama%2farticle%2fdownload%2f2370%2f1790/RK=2/RS=y.46ObCwNNUHtUKD17VepfsBQaw->. Acesso em: 24 abr. 2024.

PUCHALA, Karolina. **Text Typology and its significance in translation**. Wydawn. Uniw. Rzeszowskiego, Rzeszów, v. 8, p. 357-365. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/18326103.pdf> Acesso em: 20 mar. 2024.

REISS, Katharina. **Translation Criticism: Potentials and Limitations: Categories and Criteria for Translation Quality Assessment**. 1.ed. [S.I.]: Routledge, 2000.

ROSA, Adriana Leticia Torres da. **A sequência injuntiva passo a passo**. 2003. 144 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7899/1/arquivo8096_1.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

ROSCOE-BESSA, Cristiane. **A Tradução-Substituição**. 1. ed. Brasília: Editora do Centro, 2010.

SANTOS, Aline de Souza Correia. **A violência sexual em zonas de conflito**: um estudo sobre o Japão imperial do século XX. 2022. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/245624/001146310.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SEGATO, Rita Laura. **La masculinidad es un título, la feminidad no**. Quito: Presenza, International Press Agency, 2018. Disponível em: <<https://www.presenza.com/es/2018/09/lamasculinidad-es-un-titulo-la-feminidad-no-rita-segato/>>. Acesso em: 13 maio 2024.

_____. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/jspui/handle/123456789/156>>. Acesso em: 13 maio 2024.

SILVA, Julia Cristina Valverde da. **Interpretando direitos**: tradução de um manual de autoestudo sobre interpretação em situações de refúgio. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Tradução Inglês) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29292/1/2021_JuliaCristinaValverdeDaSilva_tcc.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

SILVA, Vera Lúcia Paredes. Formação e função nos gêneros de discurso. **Alfa**, São Paulo, n. 41 (n. esp.), p. 79-98, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4033>>

SUPER INTERESSANTE. **Qual é a hierarquia das Forças Armadas?** As forças armadas são divididas em exército, marinha e aeronáutica. Saiba como funcionam as patentes em cada uma delas. As Forças Armadas são divididas em Exército, Marinha e Aeronáutica. Saiba como funcionam as patentes em cada uma delas. 2011. Elaborada por Marina Motomura. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-hierarquia-das-forcas-armadas/>>. Acesso em: 10 mar. 2024

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros**. Anais [do]. 4o Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais. Uberlândia, 2007. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/75.pdf>> Acesso em: 09 abr. 2024.

TEIXEIRA, Elisa Duarte. **A lingüística de corpus a serviço do tradutor: proposta de um dicionário de culinária voltado para a produção textual**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-16022009-141747/pt-br.php>. Acesso em 01 mai. 2024.-

THE FREE DICTIONARY. Disponível em: <<https://www.thefreedictionary.com/indecent+assault>>. Acesso em 10 mar. 2024.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT 2022**. 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382887_por>. Acesso em: 18 mar. 2024.

UNITED NATIONS DEPARTMENT FOR GENERAL ASSEMBLY AND CONFERENCE MANAGEMENT. **United Nations Editorial Manual**. Nova Iorque, 2014. Disponível em: <<https://www.un.org/dgacm/en/content/editorial-manual>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME CAREERS. **Liaison Specialist (Humanitarian)** - Development Project Funded Post. Disponível em: <https://jobs.undp.org/cj_view_job.cfm?cur_job_id=15412>. Acesso em: 12 abr. 2024.

UNITED NATIONS PEACEMAKER. **Diretrizes das Nações Unidas para uma mediação eficaz.** New York, 2012. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDPA2012_pt_Jun2015correction_0.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNITED NATIONS WOMEN. **Women's Participation in Peace Negotiations: Connections between Presence and Influence.** New York, 2012. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2012/10/WPSourcebook-03A-WomenPeaceNegotiations-en.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF WAR. **Military Dictionary:** (advance Installment) Part. I. English-Portuguese. Part II. Portuguese-English. Washington: Government Publishing Office, 2017, p. 99.

UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas. **Qual é a história do emblema da ONU?** Disponível em: <<https://unic.org/pt/qual-e-a-historia-do-emblema-da-onu/>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

VENUTI, Lawrence. **A invisibilidade do tradutor.** Tradução de Carolina Alfaro. In: Palavra 3. Rio de Janeiro: PUC-Rio, [1986]1995. p. 111-134.

VERMEER, Hans Josef (ed.). IS TRANSLATION A LINGUISTIC OR A CULTURAL PROCESS? In: COULTHARD, Malcolm. **Ilha do Desterro: studies in translation.** 28. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992. p. 37-49. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/issue/view/630>. Acesso em: 18 abr. 2024.

VÍLCHEZ, Fidel Pascua. **O glossário bilingue português-espanhol/espanhol-português de termos acadêmicos.** In: FERREIRA, Anise de Abreu Gonçalves D'Orange et al. (Orgs.). **Variiedades do léxico.** Araraquara: Letraria, 2015. p. 81-90. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2016/01/VARIEDADES-DO-L-%C3%89XICO-LETRARIA.pdf#page=71>. Acesso em: 26 ago. 2024.

WOICIECHOWSKI, Andrieli. **Interface tradução-jornalismo e as influências culturais na tradução de títulos jornalísticos.** 2021. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Português e Espanhol) – Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/5487/1/WOICIECHOWSKI.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

WOOD, Elisabeth Jean. Sexual violence during war: toward an understanding of variation. 2010.p.124-137. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (Org.) **Gender, war, and militarism: feminist perspectives.** Santa Barbara: Praeger, .

WRITING EXPLAINED. **What Does To Catch On To Something Mean?** Disponível em: <<https://writingexplained.org/idiom-dictionary/catch-on-to-something>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

WORD REFERENCE. Disponível em: <<https://www.wordreference.com/>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ANEXO A – GLOSSÁRIO

Será apresentado, nesta parte do trabalho, o glossário de termos da área. A escolha dos termos se deu com base na relevância dos termos para a área das áreas de direito internacional, direitos humanos, mediação de conflitos e gestão de paz. As fichas terminológicas presentes neste glossário foram elaboradas, com adaptações, com base nas fichas terminológicas dos pesquisadores Fidel Pascua Vélchez (2015, p. 86) e Fernanda de Deus Garcia (2014, p. 68).

Os campos que compõem as fichas da nossa base de dados terminológica incluem a área temática, o termo na língua de entrada, no caso a língua inglesa, a definição do termo, a fonte da definição, o contexto do termo na língua de chegada, o termo na língua de chegada, no caso a língua portuguesa, a definição do termo na língua de chegada, a fonte da definição do termo na língua de chegada, o contexto do termo na língua de chegada e a fonte.

<p>Áreas temáticas: Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário</p>
<p>Termo em inglês: conflict-related sexual violence</p>
<p>Definição: It refers to rape, sexual slavery, forced prostitution, forced pregnancy, forced abortion, enforced sterilization, forced marriage and any other form of sexual violence of comparable gravity perpetrated against women, men, girls or boys that is directly or indirectly linked to a conflict.</p> <p>Fonte: https://peacekeeping.un.org/en/conflict-related-sexual-violence</p>
<p>Contexto: In today's violent conflicts, civilians are increasingly caught on the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians is conflict-related sexual violence. While women and girls are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against men and boys.</p>

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Violência Sexual Relacionada ao Conflito

Definição: A ONU considera que a “violência sexual relacionada ao conflito” engloba práticas como estupro, escravidão sexual ou indução à prostituição, gravidez e aborto forçados, esterilização, casamento e qualquer outra forma de violência sexual similar. Tráfico humano para fins de violência ou exploração sexual nessas situações.

Fonte: <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1754242>

Contexto: O relatório mais recente do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre violência sexual relacionada a conflitos constatou que mais de 70% dos atores estatais e não estatais citados no relatório são agressores criminosos reincidentes, tendo cometido crimes por cinco anos ou mais. Cada novo conflito, inclusive agora na Ucrânia e no Sudão, traz novos relatos desse ciclo vicioso que começa mais uma vez.

Fonte: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/declaracao-da-diretora-executiva-do-unfpa-dia-internacional-violencia-conflito>

Áreas temáticas: Segurança e Gestão de Conflitos Pós-Conflito

Termo em inglês: Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR)

Definição: It is a process through which members of armed forces and groups are supported to lay down their weapons and return to civilian life.

Fonte: [https://unitar.org/sustainable-development-goals/peace/our-portfolio/disarmament-demobilization-and-reintegration#:~:text=Disarmament%2C%20Demobilization%20and%20Reintegration%20\(DDR,and%20return%20to%20civilian%20life.](https://unitar.org/sustainable-development-goals/peace/our-portfolio/disarmament-demobilization-and-reintegration#:~:text=Disarmament%2C%20Demobilization%20and%20Reintegration%20(DDR,and%20return%20to%20civilian%20life.)

Contexto: [...] The Council also considers sexual violence conflict-related when it is “committed against civilians”, committed “in and around UN managed refugee and internally displaced persons camps”, or committed during “disarmament, demobilization and reintegration processes”.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)

Definição: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração são procedimentos políticos, militares, securitários, humanitários e socioeconômicos que buscam promover a estabilidade efetiva em um cenário pós-conflito. Segundo as Normas Integradas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração- IDDRS (IDDRS, 2006) da Organização das Nações Unidas (ONU), principal órgão internacional na implementação de iniciativas em DDR, tais programas objetivam solucionar os problemas de segurança quando ex-combatentes se vêem sem meios de subsistência durante o período de transição do conflito para a paz e para o desenvolvimento. Esses programas criam um ambiente no qual os ex-combatentes possam entregar suas armas e serem reintegrados social e economicamente na sociedade, tornando-se participantes ativos do processo de construção de paz

Fonte: Rusafa, Thamires Barbosa. Desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR): o papel de ex-combatentes na construção da paz e desenvolvimento pós-

conflito. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2023.

Contexto: Os processos de “Desarmamento, Desmobilização e Reintegração” (DDR) são partes fundamentais da negociação e implementação de acordos de paz. Expressam muitos dos desafios que perpassam a reconstrução de comunidades políticas, incluindo, entre outros elementos, o fim do conflito armado, a reforma das regras de organização da violência no chamado “pós conflito” e o controle democrático das Forças Armadas. [...]

Fonte: <https://www.iri.puc-rio.br/evento/processos-de-paz-e-desarmamento-desmobilizacao-e-reintegracao-ddr-qual-o-papel-da-mediacao/>

Áreas temáticas: Direito Internacional e Direitos Humanos

Termo em inglês: Transitional justice

Definição: Transitional justice covers the full range of processes and mechanisms associated with a society’s attempt to come to terms with a legacy of large-scale past conflict, repression, violations and abuses, in order to ensure accountability, serve justice and achieve reconciliation.

Fonte: <https://www.ohchr.org/en/transitional-justice>

Contexto: Amnesties for crimes under international law are prohibited, and arrangements for transitional justice are included, particularly prosecution, reparations and truth-seeking bodies.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Justiça de Transição

Definição: É o modelo que visa a reconciliação com medidas políticas e judiciais para reparação de direitos humanos e impedir novos abusos.

Fonte: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1704081>

Contexto: Embora a terminologia seja relativamente recente, as origens da justiça de transição remontam aos julgamentos dos nazistas no Tribunal de Nuremberg e os processos de desnazificação realizados na Alemanha e países ocupados pelas forças do Eixo após a 2ª Guerra. [...]

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2024-mar-31/os-60-anos-do-golpe-de-estado-1964-e-a-justica-de-transicao/>

Áreas temáticas: Relações Internacionais e Gestão de Conflitos

Termo em inglês: buffer zones

Definição: It is demilitarized zones established following an armistice, which are generally known as "buffer zones". The main objective of such zones is to prevent the adverse armed forces from being in contact, and they are often placed under the authority of an armistice commission, or in some cases, of a peacekeeping force of the United Nations.

Fonte: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/api-1977/article-60/commentary/1987>

Contexto: Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace agreements, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized zones, buffer zones and DDR-related assembly areas/points.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: zonas tampão

Definição: O conceito de zona tampão pode ser aplicado a áreas estratégicas onde o estado central proíbe o acesso à área de fronteira. A criação de parques nacionais, áreas protegidas ou reservas é uma política pública importante para a organização da zona tampão – barreiras físicas significativas ou áreas florestais também podem ser zonas tampão “naturais”.

Fonte: Pinto, H.S. *A Queda do Poder de Compra do Real no Contexto Latino-americano: possíveis consequências para a segurança alimentar em zonas de fronteira*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisa/CONLEG/Senado, Outubro 2021 (Texto para Discussão nº302). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 06 out.2021.

Contexto: [...] A zona tampão da Linha Verde, patrulhada pela ONU, com forte presença militar em ambos os lados, separa a República do Chipre da República Turca do Chipre do Norte (RTCN), reconhecida apenas por Ancara.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/boa-viagem/noticia/2023/08/03/saiba-como-uma-zona-de-conflito-virou-a-mais-nova-e-polemica-atracao-turistica-do-chipre-no-mediterraneo.ghtml>

Área temática: Política militar

Termo em inglês: Disarmament

Definição: Disarmament, in international relations, any of four distinct conceptions: (1) the penal destruction or reduction of the armament of a country defeated in war; (2) bilateral disarmament agreements applying to specific geographic areas; (3) the complete abolition of all armaments, as advocated by utopian thinkers and occasionally by governments; and (4) the reduction and limitation of national armament by general international agreement through such international forums as the League of Nations, in the past, and the United Nations, in the present.

Fonte: <https://www.britannica.com/topic/disarmament>

Contexto: Discussions on collection, documentation, control and disposal of small arms and light and heavy weapons of combatants and of the Security Arrangements 35 civilian population can contribute to preventing conflict- related sexual violence. For instance, it is estimated that 90 per cent of the cases of conflict- related sexual violence in Eastern Democratic Republic of Congo have been perpetrated by men with guns, outside the purview of existing ceasefire and peace agreements. The engagement of women's groups and networks can help with eventual disarmament processes .

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Desarmamento

Definição: Deposição ou entrega de armas; Licenciamento de tropas e Redução considerável de efetivo do exército.

Fonte: https://dicionario.priberam.org/desarmamento#google_vignette

Contexto: No mundo altamente digitalizado e conectado em que vivemos hoje, as discussões multilaterais sobre segurança internacional já não se limitam ao ambiente físico, passando a incorporar, também, o ciberespaço. Atualmente, temas relativos à segurança cibernética no contexto da segurança internacional figuram entre os principais assuntos debatidos nas discussões sobre desarmamento no âmbito das Nações Unidas.

Fonte: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/paz-e-seguranca-internacional/desarmamento-e-nao-proliferao>

Áreas temáticas: Direitos Humanos, Justiça Transicional, e Resolução de Conflitos.

Termo em inglês: Truth and reconciliation commissions

Definição: Truth and reconciliation commissions are official, nonpermanent, nonjudicial, and investigative bodies that can be used to address conflict-related crimes and their impact on society. Their primary purpose is to allow a society emerging from conflict as a whole to understand what happened during the conflict as well as why it happened and to pursue communal resolution.

Fonte: <https://www.usip.org/guiding-principles-stabilization-and-reconstruction-the-web-version/rule-law/accountability-the-law>

Contexto: Transitional justice mechanisms can include truth and reconciliation commissions, hybrid tribunals, local customs and rituals.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Comissões de Verdade e Reconciliação

Definição: Também conhecidas como Comissões da Verdade, são criadas pelo Estado para investigar violações de Direitos Humanos ocorridas em um determinado período da história de um país. Normalmente ocorrem durante um período de transição política, como por exemplo após um regime autoritário.

Fonte: <https://www.politize.com.br/comissao-nacional-da-verdade/>

Contexto: A Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru é considerada uma das mais representativas do gênero na região. Criada em 2001, encaminhou diversos casos ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e suas investigações fundamentaram processos como o que permitiu que o ex-presidente Alberto Fujimori acabasse preso por crimes cometidos durante seus mandatos.

Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/57067-comiss%C3%A3o-da-verdade-re%C3%BAne-pa%C3%ADses-da-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-para-troca-de-experi%C3%A2ncia>

Área temática: Direito Criminal

Termo em inglês: prosecution

Definição: the act or process of holding a trial against a person who is accused of a crime to see if that person is guilty;

Fonte: <https://www.britannica.com/dictionary/prosecution#:~:text=%CB%8Cpr%C9%91%CB%90s%C9%AA%CB%88kju%CB%90%CA%83%C9%99n%2F-,noun,if%20that%20person%20is%20guilty>

Contexto: [...] Prosecutions through these mechanisms often focus on the senior-most perpetrators, while “de facto” amnesty continues to exist for the “rank and file”. This has an impact on perceived impunity and redress for victims [...]

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: processo criminal

Definição: conjunto de atos (como ouvir testemunhas, exame de corpo de delito, reconhecimento fotográfico...) que buscam verificar se alguém cometeu ou não um determinado crime.

Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/como-funciona-um-processo-criminal/1349064467>

Contexto: No processo criminal, 16 pessoas foram acusadas de homicídio doloso qualificado e por diferentes crimes ambientais. São 11 nomes ligados à Vale e cinco vinculados à empresa alemã Tüv Süd, que assinou o laudo de estabilidade da barragem que se rompeu.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/mpf-recorre-para-manter-processo-criminal-contr-ex-presidente-da-vale>

Área temática: Direitos Humanos
Termo em inglês: summary executions
Definição: Summary execution or extrajudicial killing is a tactic used to terrorize a population and enforce compliance. In nearly all jurisdictions, summary execution is illegal as an arbitrary deprivation of the right to life. Fonte: https://cja.org/human-rights-issues/summary-execution/
Contexto: (d.) All acts of violence against or other abuse of the civilian population, e. g., summary executions, torture, harassment, arbitrary detention and persecution of civilians on the basis of ethnic origin, religion, or political affiliations, incitement of ethnic hatred, aiming civilians, use of child soldiers, sexual violence, training of terrorists, genocide and bombing of the civilian population. Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. <i>Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements</i> . Nova Iorque, 2012.
Termo em português: execuções sumárias
Definição: Execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais é o termo para se referir a perda da vida com ação e envolvimento de agentes estatais, a partir de uma série de características como a relação vítima e autor, exclusão de legítima defesa ou do cumprimento do dever legal. São esses diferentes elementos que tornam um homicídio com características de execução sumária um crime de direitos humanos, bem como explicam as dificuldades de investigação e responsabilização. Fonte: https://www.blogdaletramento.com.br/2019/05/o-que-e-execucao-sumaria.html?m=0

Contexto: A ONU denunciou nesta sexta-feira “execuções sumárias” e “extrajudiciais” no Iraque, enquanto jihadistas se movem a partir de três pontos em direção à capital, Bagdá, depois de fortalecer seu poder em territórios conquistados no Norte do país. [...]

Fonte: <https://oglobo.globo.com/mundo/onu-denuncia-execucoes-sumarias-no-iraque-12839572>

Área temática: Direito Criminal

Termo em inglês: prosecution

Definição: the act or process of holding a trial against a person who is accused of a crime to see if that person is guilty;

Fonte: <https://www.britannica.com/dictionary/prosecution#:~:text=%CB%8Cpr%C9%91%CB%90s%C9%AA%CB%88kju%CB%90%CA%83%C9%99n%2F-,noun,if%20that%20person%20is%20guilty>

Contexto: [...] Prosecutions through these mechanisms often focus on the senior-most perpetrators, while “de facto” amnesty continues to exist for the “rank and file”. This has an impact on perceived impunity and redress for victims [...]

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: processo criminal

Definição: conjunto de atos (como ouvir testemunhas, exame de corpo de delito, reconhecimento fotográfico...) que buscam verificar se alguém cometeu ou não um determinado crime.

Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/como-funciona-um-processo-criminal/1349064467>

Contexto: No processo criminal, 16 pessoas foram acusadas de homicídio doloso qualificado e por diferentes crimes ambientais. São 11 nomes ligados à Vale e cinco vinculados à empresa alemã Tüv Süd, que assinou o laudo de estabilidade da barragem que se rompeu.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/mpf-recorre-para-manter-processo-criminal-contr-ex-presidente-da-vale>

Área temática: Militar

Termo em inglês: disengagement

Definição: Disengagement is a process by which people gradually stop being involved in a conflict, activity, or organization.

Fonte: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/disengagement>

Contexto: Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace agreements, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized zones, buffer zones and DDR-related assembly areas/points.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: desengajamento

Definição: afastamento de compromisso político ou ideológico; abandono da participação em questões políticas, sociais, etc.

Fonte: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desengajamento#:~:text=1.&text=2.,quest%C3%B5es%20pol%C3%ADticas%2C%20sociais%2C%20etc.>

Contexto: [...] Ao contrário das Forças Armadas, o desengajamento político-partidário desses militares sequer foi alvo de proposta governamental. Além disso, foi aprovada uma reforma do regulamento geral das PMs que ampliou a autonomia dessas corporações em relação aos governadores. Mantidas como forças auxiliares e reservas do Exército, as PMs também tiveram suas competências expandidas.

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/08/governo-lula-3-navega-em-aguas-turbulentas-na-relacao-com-as-forcas-armadas>

Área temática: Direito Penal

Termo em inglês: criminal accountability

Definição: It can also be known as “criminal responsibility”, “criminal accountability” and “criminal liability”. Criminal liability is a legal concept that holds individuals responsible for their actions or omissions if they are found to have committed a criminal act. Criminal liability differs from civil liability, which is based on the breach

of a contract or tort. To be considered criminally liable, an individual must have acted with intention or negligence and thus there must be both an actus reus and mens rea.

Fonte: <https://legal.thomsonreuters.com/blog/what-is-criminal-liability/>

Contexto: Mediators should be aware of the limitations of informal justice mechanisms, and agreements should help to ensure that criminal accountability and other formal justice processes are not circumvented.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: responsabilidade penal

Definição: É o “dever jurídico de responder pela ação delituosa que recai sobre o agente imputável” (FRAGOSO, 1985, p. 203).

Fonte: FRAGOSO, Heleno Cláudio, **Lições de Direito Penal - A Nova Parte Geral**. 7ª ed. Forense: Rio de Janeiro, 1985, p. 203.

Contexto: O projeto em discussão no Congresso Nacional propõe baixar de 18 para 16 anos a idade mínima para, em casos de crimes violentos, uma pessoa ser julgada pela Justiça Comum. Trata-se de algo diferente da chamada responsabilidade penal que prevê punições (como as medidas socioeducativas) para um menor de idade infrator. "Hoje, ocorre uma 'judicialização' de temas que envolvem família, política e drogas. Querem tudo resolver com mudanças na lei", critica a promotora.

Fonte: <https://mppr.mp.br/Noticia/IDADE-PENAL-ONU-reducao-da-maioridade-penal-pode-agravar-violencia>

Área temática: Direito Criminal

<p>Termo em inglês: prosecution</p>
<p>Definição: the act or process of holding a trial against a person who is accused of a crime to see if that person is guilty;</p> <p>Fonte: https://www.britannica.com/dictionary/prosecution#:~:text=%CB%8Cpr%29%91%CB%90s%29%AA%CB%88kju%CB%90%CA%83%29%99n%2F-,noun,if%20that%20person%20is%20guilty</p>
<p>Contexto: [...] Prosecutions through these mechanisms often focus on the senior-most perpetrators, while “de facto” amnesty continues to exist for the “rank and file”. This has an impact on perceived impunity and redress for victims [...]</p> <p>Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. <i>Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements</i>. Nova Iorque, 2012.</p>
<p>Termo em português: processo criminal</p>
<p>Definição: conjunto de atos (como ouvir testemunhas, exame de corpo de delito, reconhecimento fotográfico...) que buscam verificar se alguém cometeu ou não um determinado crime.</p> <p>Fonte: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/como-funciona-um-processo-criminal/1349064467</p>
<p>Contexto: No processo criminal, 16 pessoas foram acusadas de homicídio doloso qualificado e por diferentes crimes ambientais. São 11 nomes ligados à Vale e cinco vinculados à empresa alemã Tüv Süd, que assinou o laudo de estabilidade da barragem que se rompeu.</p>

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/mpf-recorre-para-manter-processo-criminal-contr-ex-presidente-da-vale>

Área temática: Direito Internacional

Termo em inglês: hybrid tribunals

Definição: Hybrid courts are defined as courts of mixed composition and jurisdiction, with both national and international aspects, usually operating within the jurisdiction where the crimes were committed.

Fonte: *Rule-of-law tools for post-conflicts states: maximizing the legacy of hybrid courts*, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 2008)

Contexto: Transitional justice mechanisms can include truth and reconciliation commissions, hybrid tribunals, local customs and rituals.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: tribunais híbridos

Definição: [...] os tribunais híbridos são aqueles que se aproximam mais do modelo de tribunal puramente internacional. Estes tribunais, como o para Serra Leoa e o para o Líbano, atuam de forma independente do Estado afetado e do órgão internacional que os criou. Sua criação se dá por acordo internacional ou por resolução do Conselho de Segurança e é o fato de serem constituídos também por elementos de origem nacional, seja pessoal seja da norma aplicável, que os distingue de jurisdições puramente internacionais. [...]

Fonte: WILLIAMS, Sarah. Hybrid and Internationalised Criminal Tribunals: selected jurisdictional issues. Oxford; Portland: Hart, 2012.

Contexto: A negação da adoção dos tribunais híbridos seguramente representará um retrocesso e poderá impactar no próprio avanço alcançado e que vem tornando o Judiciário brasileiro um exemplo mundial de inovação com sua postura receptiva às novas tecnologias, em prol do aprimoramento e democratização do acesso à justiça.

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-05/dierle-nunes-necessidade-adocao-tribunais-hibridos/>

Área temática: Segurança Humana

Termo em inglês: community security

Definição: Community security is a strategy that implements UNDP people-centred approach, through engaging a wide range of state and civil society actors to identify root causes of conflict and violence and develop coordinated responses.

Fonte: <https://www.undp.org/rolhr/community-security#:~:text=Community%20security%20is%20a%20strategy,violence%20and%20develop%20coordinated%20responses.>

Contexto: The mediator and his/her team are advised to consider three key areas in addressing sexual violence in security arrangements: (1) command responsibility and accountability of armed forces and groups; (2) community security; and (3) military and law-enforcement capability.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: segurança comunitária

Definição: Uma nova visão de segurança internacional estabelecida pela PNUD é dividida em sete dimensões, uma dessas dimensões é a Segurança Comunitária, que tem como desígnio fazer com que os grupos e os indivíduos estejam livres e protegidos para manifestar as suas identidades culturais, identidades dos grupos, e valores em união, afastando as ameaças e prevenindo os conflitos étnicos.

Fonte: Nascimento, J. F. C. do. (2018). **AS TRANSFORMAÇÕES DO CONCEITO DE SEGURANÇA EM DETRIMENTO DAS ALTERAÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL: UMA VISÃO SOBRE A SEGURANÇA COMUNITÁRIA**. NEARI EM REVISTA, 4(5). Recuperado de <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/664>

Contexto: [...] reconhecer as diversas possibilidades de atuação dos profissionais da área de segurança pública e de possibilitar que os cursos superiores de tecnologia de segurança pública possam ser organizados sobre diferentes ênfases, como por exemplo, segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa, ainda deu início a um processo sem precedentes na história da formação policial no Brasil, de interação entre as organizações policiais e inúmeras instituições de ensino superior do país [...]. (Brasil, MJ, Matriz Curricular Nacional, 2014: 19).

Fonte: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Coordenação: Andréa da Silveira Passos [et

al.], Brasília: SENASP, 3ª edição. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

Área temática: Direito Criminal

Termo em inglês: Amnesty

Definição: a decision by a government that allows political prisoners to go free.

Fonte: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/amnesty>

Contexto: [...] article 3.18 ensures the exclusion of such international crimes from amnesty [...]

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Anistia

Definição: É o termo que se usa na linguagem jurídica para significar o perdão concedido aos culpados por delitos coletivos, especialmente de caráter político, para que cessem as sanções penais contra eles e se ponha em perpétuo silêncio o acontecimento apontado como criminoso (art. 107, II, Código Penal).

Fonte: [https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8312-anistia#:~:text=%C3%89%20o%20termo%20que%20se,acontecimento%20apontado%20como%20criminoso%20\(art.](https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8312-anistia#:~:text=%C3%89%20o%20termo%20que%20se,acontecimento%20apontado%20como%20criminoso%20(art.)

Contexto: Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm

Área temática: Militar

Termo em inglês: ceasefire

Definição: an agreement, usually between two armies, to stop fighting in order to allow discussions about peace.

Fonte: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/ceasefire>

Contexto: [...] Only three ceasefire agreements (Nuba Mountains, Burundi and Lusaka) specifically include sexual violence, for instance, as part of the definition of ceasefire.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: cessar-fogo

Definição: Suspensão das hostilidades entre partes beligerantes.

Fonte: <https://dicionario.priberam.org/cessar-fogo>.

Contexto: O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Catar, Majed Al-Ansari, disse nesta terça-feira (21) que as negociações sobre cessar-fogo em Gaza e libertação de reféns entre Israel e o Hamas continuam em um impasse.

Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/catar-diz-que-negociacoes-sobre-tregua-em-gaza-continuam-travadas/>

Área temática: Direitos Humanos

Termo em inglês: arbitrary detention

Definição: Arbitrary or unlawful detention occurs when an individual is arrested and detained by a government without due process and without the legal protections of a fair trial, or when an individual is detained without any legal basis for the deprivation of liberty.

Fonte: <https://cja.org/human-rights-issues/arbitrary-detention/#:~:text=Arbitrary%20or%20unlawful%20detention%20occurs,for%20the%20deprivation%20of%20liberty>.

Contexto: Acordo de cessar-fogo do conflito dos Montes Nuba (2000): Artigo II, Princípios de Cessar-fogo: "(d.) Todos os atos de violência contra ou outros abusos da população civil, como execuções sumárias, tortura, assédio, detenção arbitrária e perseguição de civis com base na origem étnica, religião ou afiliações políticas, incitação ao ódio étnico, visando civis, uso de crianças-soldado, violência sexual, treinamento de terroristas, genocídio e bombardeio da população civil."

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: prisão arbitrária

Definição: Prisão arbitrária refere-se a uma detenção ilegal ou injusta, na qual a pessoa é privada de sua liberdade sem base legal ou sem o devido processo legal. Essa detenção ocorre quando não há motivo razoável ou legal para a prisão, violando os direitos fundamentais do indivíduo.

Fonte: <https://juristas.com.br/foruns/topic/significado-de-prisao-arbitraria/>

Contexto: Relatório apresentado no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas nesta terça-feira (8/3) pelo relator especial contra a tortura, Juan Méndez, defendeu a redução da população carcerária brasileira e classificou as audiências de custódia como “uma das mais importantes iniciativas em políticas públicas para combater problemas em prisões arbitrárias e tortura”. O documento é resultado de visita oficial de 12 dias realizada ao país em agosto de 2015 a convite do governo brasileiro.

Fonte: <https://www.cnj.jus.br/onu-audiencias-de-custodia-sao-importantes-contra-prisao-arbitraria/>

Área temática: Conflitos Armados

Termo em inglês: hostilities

Definição: acts of fighting in a war

Fonte:

https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/american_english/hostility

Contexto: [...] Tais medidas podem incluir cessação temporária de hostilidades, cartas de compromisso por parte dos grupos armados e acordos de direitos humanos, que devem conter compromissos para cessar e proibir a violência sexual. [...]

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: hostilidades

Definição: Conjunto de operações de guerra ou seus preparativos.

Fonte: <https://www.aulete.com.br/hostilidade>

Contexto: Após o sucesso no cruzamento da fronteira do grupo de 32 brasileiros que estava em Gaza, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que o Governo Federal seguirá se esforçando para buscar junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas uma solução que permita a suspensão de hostilidades e a criação de pausas humanitárias no confronto no Oriente Médio.

Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/mauro-vieira-brasil-defende-suspensao-de-hostilidades-no-orientes-medio>

Área temática: Deslocamentos internos

Termo em inglês: internally displaced persons (IDPs)

Definição: Internally displaced people, referred to as IDPs, have been forced to flee their homes by conflict, violence, persecution or disasters, however, they remain within the borders of their own country.

Fonte: <https://www.unhcr.org/about-unhcr/who-we-protect/internally-displaced-people>

Contexto: [...] Security actors (such as military and police) need specific mandates to address conflict-related sexual violence, particularly targeting vulnerable communities (internally displaced persons (IDPs), refugees). [...]

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: deslocados internos

Definição: São pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção.

Fonte: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20deslocadas%20dentro%20de,fronteira%20internacional%20para%20buscar%20prote%C3%A7%C3%A3o.>

Contexto: Nas Américas, o Brasil teve a maior quantidade de deslocados internos, sendo mais de cinco mil deles por conflitos por terra e 708 mil por desastres naturais. A quantidade de afetados por condições ambientais é a maior em uma década.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2023-05/brasil-teve-maior-numero-de-deslocados-internos-nas-americas-em-2022>

<p>Área temática: Militar</p>
<p>Termo em inglês: cantonments</p>
<p>Definição: It is a group of buildings or a camp where soldiers live.</p> <p>Fonte: https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/cantonment</p>
<p>Contexto: Provisions for the separation of forces should ensure monitoring of buffer zones by military observers and deployment of special police forces around vulnerable communities, cantonments and IDP and refugee camps. [...]</p> <p>Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. <i>Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements</i>. Nova Iorque, 2012.</p>
<p>Termo em português: acantonamentos</p>
<p>Definição: Lugar onde se acantonam tropas.</p> <p>Fonte: https://dicionario.priberam.org/acantonamento#google_vignette</p>
<p>Contexto: [...] No período de 24 dia 28 de abril, os Soldados incorporados no corrente ano realizaram o acampamento do período básico no Campo de Instrução Sargento Ribeiro Pires (CIRP). A Atividade no terreno teve por finalidade desenvolver a resistência e colocar em prática as instruções típicas do combate.</p> <p>Fonte: https://cmo.eb.mil.br/index.php/publicacoes/943-organizacoes-militares-realizam-acampamento-do-periodo-basico</p>